



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Tecnologia e Ciências

Instituto de Geografia

Gabriela Franco Duarte

Minha laje, minha vida: reflexões sobre o habitar favelado na busca por maior qualidade de vida na favela da Rocinha, Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2019

Gabriela Franco Duarte

**Minha laje, minha vida: reflexões sobre o habitar favelado na busca por maior
qualidade de vida na favela da Rocinha, Rio de Janeiro**

Dissertação apresentada, como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre, ao Programa
de Pós-Graduação em Geografia, da
Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área
de concentração: Globalização, Políticas
Públicas e Reestruturação Territorial

Orientador: Prof. Dr. Ulisses da Silva Fernandes

Coorientador: Prof. Dr. Leonardo dos Passos Miranda Name

Rio de Janeiro

2019

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CTC/C

D812 Duarte, Gabriela Franco.
Minha laje, minha vida: reflexões sobre o habitar favelado na busca por maior qualidade de vida na favela da Rocinha, Rio de Janeiro / Gabriela Franco Duarte. – 2019.
117 f. : il.

Orientador: Ulisses da Silva Fernandes.
Coorientador: Leonardo dos Passos Miranda Name
Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Geografia.

1. Geografia humana – Rocinha (Rio de Janeiro, RJ) – Teses. 2. Rocinha (Rio de Janeiro, RJ) – Bem-estar social. – Teses. 3. Qualidade de vida – Laje – Rocinha (Rio de Janeiro, RJ) – Teses. 4. Planejamento urbano – Favelas – Rocinha (Rio de Janeiro, RJ) – Teses. I. Fernandes, Ulisses da Silva. II. Name, Leonardo dos Passos Miranda. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Geografia. IV. Título.

CDU 911.3(815.3)

Bibliotecária responsável: Fernanda Lobo / CRB-7: 5265

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Gabriela Franco Duarte

**Minha laje, minha vida: reflexões sobre o habitar favelado na busca por maior
qualidade de vida na favela da Rocinha, Rio de Janeiro**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Globalização, políticas públicas e reestruturação territorial.

Aprovada em 19 de junho de 2019

Orientador: Prof. Dr. Ulisses da Silva Fernandes

Instituto de Geografia - UERJ

Coorientador: Prof. Dr. Leonardo dos Passos Miranda Name

Universidade Federal da Integração Latino-Americana

Banca Examinadora:

Prof. Dr. André Reyes Novaes
Instituto de Geografia - UERJ

Prof. Dr. Claudio Rezende Ribeiro
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2019

DEDICATÓRIA

Para Mateus e Salete, meus maiores exemplos de força, perseverança e fé.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Leonardo Name, que desde 2010 me acompanha, acolhe e apoia em toda minha jornada acadêmica. Se existisse um anjo da guarda acadêmico, o meu com certeza seria você. Mil vezes obrigada por segurar na minha mão e acreditar que sou capaz (embora às vezes eu mesma esqueça disso).

À UERJ e ao PPGEIO pela oportunidade de fazer parte do programa e à CAPES pela bolsa fornecida durante os dois anos de curso.

À turma de 2017 do PPGEIO, que esteve comigo ao longo das aulas, tornando o ambiente mais descontraído e leve, mas também estabelecendo valiosas trocas.

A minha mãe, por todo o apoio, amor, cuidado e preocupação.

A Guilherme, pela parceria de anos. Sei que apesar dos caminhos divergentes, seguimos torcendo um pelo outro.

Aos amigos que chegaram em 2018, trazendo alegria a um momento completamente novo. Caio, Gustavo, Ighor, Maíra, Lígia, Rayssa e Rodrigo: obrigada por tanto! Vocês fazem a diferença na vida de qualquer pessoa.

Às minhas grandes amigas, minha rede de apoio em um dos momentos mais críticos da minha vida. Vocês me inspiram e me fortalecem. Michelle, Roberta, Sarah, Thamires e Yasmim, tão incríveis me enche de felicidade e gratidão.

Às minhas amigas de longa data, Kadjyna, Mayane, e Mayara, que me ouviram falar desse trabalho e imediatamente deram suas contribuições. Obrigada pelos dez anos de amizade.

A Viviane Brust, sempre preocupada e presente de uma forma que os muitos quilômetros que nos separam perdem qualquer relevância. É um prazer enorme poder contar com você.

Por fim, agradeço a cada morador da Rocinha que tem na sua laje sua vida, mas também a todos que, independente disso, seguem dando o seu melhor na luta diária. Me sinto verdadeiramente privilegiada por ter nascido e crescido na favela da Rocinha.

RESUMO

DUARTE, Gabriela Franco. **Minha laje, minha vida**: reflexões sobre o habitar favelado na busca por maior qualidade de vida na favela da Rocinha, Rio de Janeiro. 2019. 117 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

Com cerca de 1,4 milhão de moradores em aglomerados subnormais, o Rio de Janeiro é o município que lidera o ranking nacional de população residente em favelas. Em 2010, ano do último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), esse número representava 23% do total da população carioca. Desse contingente, a Rocinha contribui com 69.356 habitantes, o que lhe confere o título de maior favela do país. Dessa forma, refletir sobre o habitar favelado tendo como exemplo empírico essa favela, no qual a laje é objeto central, foi o foco do presente trabalho. O trabalho teve por objetivo lançar indagações iniciais a respeito do quanto este elemento construtivo, ao adquirir singularidades no contexto de grandes favelas como a Rocinha, potencialmente é também um facilitador de uma ou mais formas de qualidade de vida para o/a morador/a favelado/a. Assim, parte-se da compreensão de que, se há lajes em muitas construções, nas favelas a laje é patrimônio, recebe muitos usos e proporciona mobilidades. Tendo isso em vista, assume-se por objeto esse elemento construtivo tomado geograficamente como uma unidade espacial das residências faveladas, capaz de articular mobilidade, paisagem e lugar e, por isso, em alguma medida, prover bem estar a quem as possui. O objetivo do trabalho é compreender o que a laje pode representar em termos materiais e afetivos para um morador da favela, em especial da Rocinha, abordando a história envolvida na sua construção. Em busca desse entendimento, aplicamos como metodologia a realização de entrevistas com quatro famílias moradoras da favela da Rocinha, que possuem em suas lajes a representação de uma parte significativa de suas histórias de vida. O objetivo foi captar relatos que transpareçam a importância que uma laje pode ter não apenas para aqueles que a possuem, mas que também se envolvem ativamente na sua conquista. Percebeu-se, ao longo do trabalho, os diversos usos e funções das lajes, as estratégias realizadas para sua construção e as dificuldades encaradas ao longo do processo, o que aponta para desafios futuros que indicam a necessidade de se conceber as favelas como espaços com dinâmica própria, que ainda carecem de políticas que auxiliem na questão habitacional levando em conta as especificidades envolvidas nessas áreas.

Palavras-chave: Qualidade de vida. Buen vivir. Laje. Favela. Rocinha.

ABSTRACT

DUARTE, Gabriela Franco. **Minha laje, minha vida: reflections over the slum habitation and its population chase for a better quality of life in Rocinha, Rio de Janeiro**. 2019. 117 f. Dissertação de Mestrado em Geografia – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

With around 1.4 million people living in subnormal agglomerates, the city of Rio de Janeiro harbours the largest number of favela inhabitants in Brazil. In the 2010 census by the Brazilian Institute of Geography and Statistics, this number accounted for 23% of Rio's population. Of this amount, the Rocinha favela stands for 69.356 inhabitants, which makes it the largest favela in the country. This work attempts to reflect on the favelado (inhabitant of a favela) experience taking this favela - in which the laje (favela rooftop) is the central object - as empirical example. We make initial inquiries on how this constructive element, by acquiring particularities in the context of big favelas, potentially facilitates a number of lifestyles and improves quality of life for the inhabitants. Thus, if there are lajes in many constructions, the laje is used in various ways, capable of articulating mobility, landscape and place. The objective of this work is to comprehend what the laje represents in material and affective terms to a favelado, especially in Rocinha, addressing the history of its construction. In search of this understanding, we applied interviews with four families that have a significant part of their life stories represented in their lajes, collecting accounts that transpired the importance a laje can have, not only to their owners, but to all involved with its realization. Throughout the work we noted the diverse uses and function of lajes, the strategies employed for their construction and the difficulties faced in the process, which point towards future challenges that indicate a necessity of conceiving favelas as spaces with very particular dynamics, that are lacking in habitation policies regarding the specificities of these areas.

Keywords: Quality of life. Buen vivir. Favela.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 –	Localização da Rocinha e da Autoestrada Lagoa-Barra.....	11
Figura 1 –	A colonialidade do poder: evolucionismo e dualismo conjugados na subalternização do outro	29
Quadro 1 –	Perfil dos membros do Grupo Colonialidade/Modernidade.....	32
Quadro 2 –	Síntese dos modelos de “desenvolvimento”.....	35
Foto 1 –	Gravação de programa de TV na laje da família Andrade.....	45
Foto 2 –	Visão a partir da laje da família Andrade.....	46
Foto 3 –	Flyer de divulgação de evento no Mirante do Arvrão, Vidigal.	47
Foto 4 –	Vista do Mirante do Arvrão, Vidigal.....	48
Foto 5 –	Bar da Laje, Vidigal.....	48
Mapa 2 –	IDS nos bairros Rocinha, Gávea e São Conrado (2010)	57
Quadro 3 –	Comparação do Índice de Desenvolvimento Social e seus indicadores entre os bairros Rocinha, Gávea e São Conrado (2010)	58
Foto 6 –	Ponto de coleta de lixo na Estrada da Gávea, Rocinha.....	59
Mapa 3 –	Percentual de domicílios particulares permanentes com acesso a esgotamento adequado segundo setores censitários da Rocinha (2010).....	63
Foto 7 –	Lajes com baixa presença de antenas de TV a cabo em 2011, antes da UPP.....	61
Foto 8 –	Ateliê de dona Raimunda Rocha, construído em parte de sua laje...	65
Foto 9 –	Laje da família Mota ainda em estágio de acabamento.....	71
Foto 10 –	Cláudio Mota em sua laje.....	71
Foto 11 –	Parte dos objetos reaproveitados na laje da família Andrade.....	72
Foto 12 –	Pequena horta da família Andrade.....	73

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	09
1	PRIMEIRO OS ALICERCES: DA LAJE E SUAS POSSIBILIDADES	17
1.1	Sobre desenvolvimento socioespacial, justiça espacial e <i>Buen Vivir</i>: estabelecendo diálogos por uma epistemologia da laje	21
2	OS CONCEITOS DE PAISAGEM E LUGAR: UMA APROXIMAÇÃO TEÓRICA	40
2.1	O conceito de paisagem e sua relação com a laje	40
2.2	O conceito de lugar e sua relação com a laje	49
3	CHEGAMOS À ROCINHA E SUBIMOS (N)A LAJE: SEJA BEM VINDO(A) E APROVEITE	54
3.1	Subindo o morro: chegamos à favela da Rocinha	56
3.2	Chegamos à laje: seja bem vindo(a) e sinta-se em casa	62
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
	REFERÊNCIAS	84
	APÊNDICE A – Questionário aplicado nas entrevistas realizadas com moradores da Rocinha	87
	APÊNDICE B – Entrevistas realizadas com moradores da Rocinha.....	88

INTRODUÇÃO

O presente trabalho deriva de inquietações e questionamentos provenientes de um trabalho anterior, elaborado para a conclusão dos cursos de bacharelado e licenciatura em Geografia, ambos defendidos em 2015, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Tal trabalho se intitulava *“Nova classe média brasileira: o que a Geografia tem a ver com isso? Um estudo de caso na favela da Rocinha, Rio de Janeiro”* (DUARTE, 2015) e teve por preocupação discutir a pertinência do discurso que, àquele momento, apontava a existência de uma “nova” classe média brasileira - assim classificada com base, majoritariamente, em critérios como renda e poder de compra.

Naquele trabalho de conclusão de curso, foram discutidos os conceitos de justiça espacial (SOJA, 2014), desenvolvimento socioespacial (SOUZA, 2013) e qualidade de vida (ALMEIDA, M.; GUTIERREZ, G.; & MARQUES, R.; 2012), visando não apenas contestar a validade de uma análise de caráter prioritariamente econômico, mas também propor a inserção da Geografia – e, portanto, da dimensão espacial – em um debate do qual a disciplina participava de forma muito incipiente: ao consultar variada bibliografia sobre o tema desta nova classe média brasileira, ficou claro o protagonismo da economia e das ciências sociais nas discussões. Reconhecer a importância da dimensão espacial e tentar mostrar que conceitos e noções geográficas poderiam contribuir e enriquecer o debate foram as motivações centrais daquele trabalho.

A favela da Rocinha foi o exemplo empírico sobre o qual as noções e conceitos supracitados foram aplicados de modo a revelar as limitações da abordagem sobre uma nova classe média brasileira pautada pela renda – de acordo com dados da Secretária de Assuntos Estratégicos, pertenciam à classe média brasileira, naquele momento, aqueles e aquelas que vivessem em domicílios com renda per capita entre R\$ 291,00 (duzentos e noventa e um reais) e R\$ 1019,00 (hum mil e desenove reais) por mês (em valores de março de 2012).

Desta feita, dados do Censo de 2010 do IBGE demonstravam que cerca de 65% da população da Rocinha possuíam uma renda per capita entre $\frac{1}{2}$ salário mínimo e dois salários mínimos – podendo, portanto, ser considerados, desta nova classe média. No entanto, esforcei-me naquele trabalho para demonstrar que a atenção a

dimensões espaciais da favela da Rocinha, em especial referentes aos serviços públicos essenciais ao bem estar humano, fazia transparecer certa fragilidade na definição de classe média pautada apenas na renda e, conseqüentemente, no poder de consumo: a melhoria de vida a partir do que o sujeito, por si mesmo, escolhia consumir se manifestava, na verdade, uma delegação de responsabilidades que ignorava a escala do urbano como meio para a melhoria da qualidade de vida.

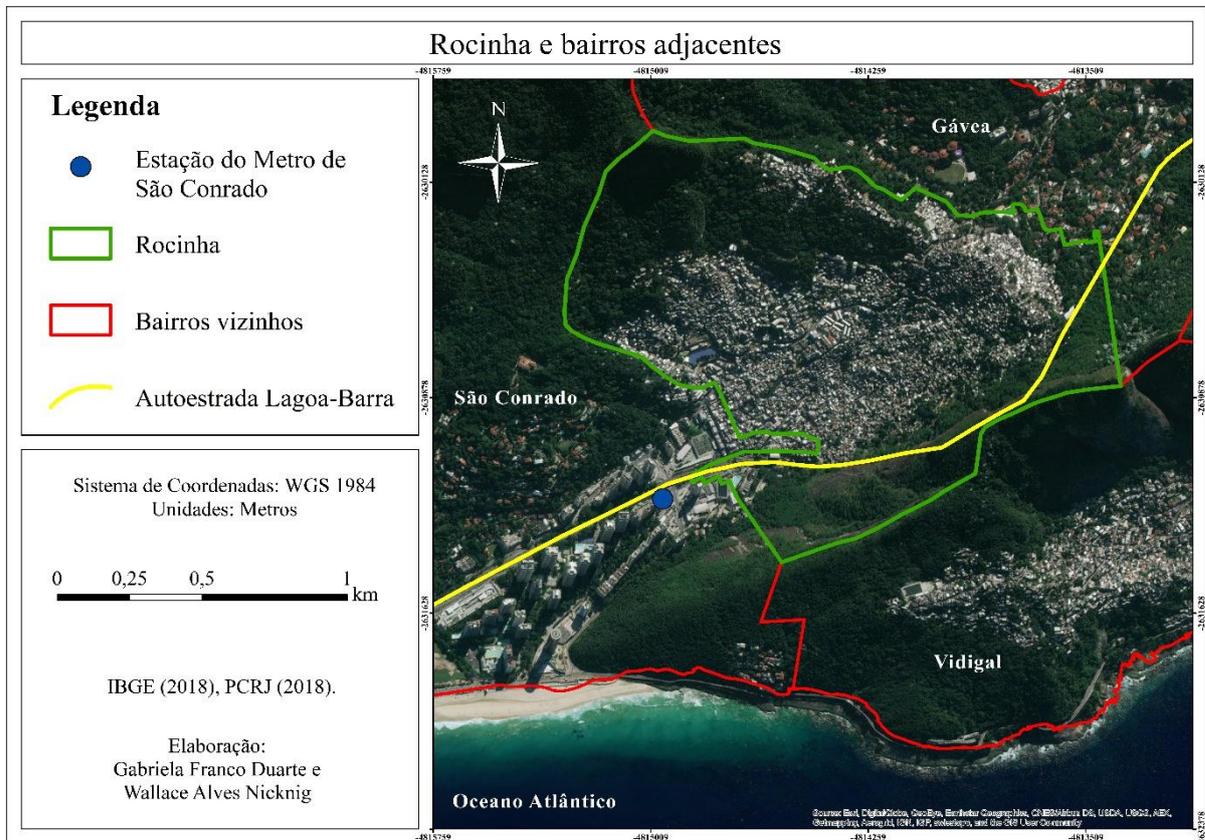
Ainda no que diz respeito ao trabalho de conclusão de curso que, é importante pontuar, tem conexão e influência sobre esta dissertação, a escolha da Rocinha se deu por algumas razões. Em primeiro lugar, o fato de tanto aquele quanto este trabalho serem escritos por uma moradora da favela desde o nascimento. Assim, sempre foi e sempre será um estímulo utilizar minha formação em Geografia para tentar compreender e discutir as dinâmicas socioespaciais existentes no local onde cresci, visando propor mudanças, de forma a destinar à comunidade os conhecimentos adquiridos nos bancos escolares e universitários.

Em segundo lugar, o intenso fluxo de pessoas que ali existe, a variedade de comércio, as dificuldades de mobilidade cotidianas, dentre outras questões, são só alguns exemplos de características observadas no dia-a-dia da favela, que despertam, no mínimo, curiosidade, e que oferecem uma gama de temáticas e aspectos a serem investigados sob a luz da ciência geográfica.

Além disso, tal qual outras favelas cariocas, a Rocinha fez parte de um projeto de cidade próprio do momento em que a cidade do Rio de Janeiro ampliou sua visibilidade por conta de sua eleição como sede de importantes megaeventos mundiais (Copa do Mundo e Olimpíadas) – situação que pautou a política urbana por quase toda a década de 2010, mas que parece já ter se esgotado. Localizada próxima à principal via de conexão entre a Zona Sul da cidade e a Barra da Tijuca (mapa 1), onde se localizou a maior parte dos equipamentos e atrações das Olimpíadas de 2016, a Rocinha recebeu, em 2012, uma Unidade de Polícia Pacificadora.

No presente trabalho, não discutirei a (in)eficácia dessa política de segurança pública e suas implicações na Rocinha, mas irei citá-la como uma medida implantada pelo poder público que teve claro impacto na dinâmica da favela e no cotidiano de seus moradores no decorrer dos anos seguintes. Posteriormente, em 2016, foi inaugurada também uma das estações de metrô que compõem a linha 4, trazendo uma maior acessibilidade a outras partes da cidade para boa parte da população da Rocinha.

Mapa 1 – Localização da Rocinha e da Autoestrada Lagoa-Barra.



Dados: IBGE (2018); PCRJ (2018).

Fonte: A autora e Nicknig, W., 2019

A euforia econômica parece mesmo ser coisa do passado. Desde o encerramento da graduação e finalização do trabalho de conclusão de curso, em 2015, foi possível observar mudanças, por meio principalmente de notícias na mídia¹, que divulgaram dados de órgãos oficiais e empresas privadas tais como IBGE, Vox Populi, CUT, Ibase, dentre outros. A outrora nova classe média brasileira, apontada como próspera e ascendente em termos econômicos, não foi capaz de se sustentar

¹ "Classe C passa a comprar menos e pode até diminuir de tamanho."

<http://oglobo.globo.com/economia/classe-passa-comprar-menos-pode-ate-diminuir-de-tamanho-15386810>

"Crise empurra 3,7 milhões de volta para fora da classe C."

<http://exame.abril.com.br/economia/noticias/crise-empurra-milhoes-de-volta-para-fora-da-classe-c>

"Crise joga 3 milhões de famílias da Classe C de volta à base da pirâmide."

<http://economia.estadao.com.br/noticias/mercados,crise-joga-3-milhoes-de-familias-da-classe-c-de-volta-a-base-da-piramide,1789248>

Vida piorou para 70% dos brasileiros no governo Temer, diz pesquisa

<https://www.valor.com.br/politica/5693079/vida-piorou-para-70-dos-brasileiros-no-governo-temer-diz-pesquisa>

"O futuro não ia ser assim": Pobreza extrema volta a crescer no Brasil

https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/22/politica/1526941832_202640.html

"A extrema pobreza voltou aos níveis de 12 anos atrás"

https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/14/politica/1531600016_303294.html

enquanto tal em um contexto de crise. Mais do que isso, essas pesquisas apontaram que aquelas e aqueles que haviam superado a linha da pobreza, estavam fazendo um movimento inverso, caminhando para abaixo dela durante a crise brasileira dos últimos anos². O aumento dos índices de desemprego lançou de volta às camadas sociais mais baixas boa parte do conjunto de pessoas que, anos antes, devido acesso ao crédito e ao aumento de poder aquisitivo, foram chamados de nova classe C³. Cabe lembrar que esse movimento ainda é relativamente recente e, por conta disso, há certa dificuldade em se encontrar trabalhos acadêmicos que tenham se debruçado sobre essa temática nos últimos anos. Assim, cabe reforçar que o presente trabalho levará em conta dados oficiais do governo, divulgados, em maior medida, nos mais diversos veículos de comunicação.

Já em 2016, momento da elaboração do pré-projeto de mestrado, submetido ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (PPGEO - UERJ), novos campos de estudo se mostraram como um possível caminho a ser seguido, ainda que pouco debatidos no Brasil e, em especial, na própria Geografia. O cenário de crise, já estabelecido no país, confirmou as suspeitas apontadas à época do trabalho de conclusão de curso a respeito do quadro socioeconômico brasileiro, quando da euforia sobre o surgimento e consolidação de uma nova classe média brasileira. Era uma boa oportunidade, portanto, para trazer uma nova ótica que ajudasse a compreender as limitações dos discursos hegemônicos através da emergência de novas abordagens, realizadas a partir de uma visão que valorizasse perspectivas do sul global, em especial da América Latina.

Sustentando o olhar sobre o bem estar e a qualidade de vida, porém agora em um momento socioeconômico diferente para o Brasil, passei a despertar cada vez mais interesse sobre a questão da qualidade de vida e do bem-estar em ambientes urbanos, especialmente em favelas. Assim, decidi manter o foco da análise na

²“Número de pobres cresce ‘dois Uruguais’ no Brasil entre 2014 e 2016”

<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/09/13/mais-de-6-milhoes-cairam-abaxo-da-linha-de-pobreza-desde-2014-aponta-fgv.htm> 2018 FGV

“Com o aumento da extrema pobreza, Brasil retrocede dez anos em dois”

<https://teoriaedebate.org.br/2018/03/07/com-o-aumento-da-extrema-pobreza-brasil-retrocede-dez-anos-em-dois/> 2018 - IBGE

“O que explica o aumento da pobreza extrema no Brasil?”

<https://g1.globo.com/economia/noticia/o-que-explica-o-aumento-da-pobreza-extrema-no-brasil.ghtml> 2018 PNAD IBGE

³ Cf. SOUZA, 2009 e 2010; SOUZA E LAMOUNIER, 2010; NERI, 2008, 2010a e 2010b; POCHMANN, 2012

Rocinha, favela produzida historicamente como um espaço injusto, produto da desigualdade na qual se desenvolveu a cidade do Rio de Janeiro.

No que diz respeito às favelas, meu interesse se volta, agora, para uma porção específica das habitações: a laje. Viso com este trabalho lançar indagações iniciais a respeito do quanto este elemento construtivo, ao adquirir singularidades no contexto de grandes favelas como a Rocinha, potencialmente é também um facilitador de uma ou mais formas de qualidade de vida para o/a morador/a favelado/a. Tendo por inspiração a chamada “epistemologia da laje”, mui recentemente proposta por Freire-Medeiros e Name (2019), o presente trabalho parte da compreensão de que, se há lajes em muitas construções, nas favelas a laje é patrimônio, recebe muitos usos e proporciona mobilidades. Sendo assim, assume-se por objeto esse elemento construtivo tomado geograficamente como uma unidade espacial das residências faveladas, capaz de articular mobilidade, paisagem e lugar e, por isso, em alguma medida, prover bem estar a quem a possui.

Nem sempre construída e/ou finalizada no momento de aquisição do imóvel, a laje muitas vezes é reserva de potencial construtivo, – e de valor –, por meio da qual o imóvel pode futuramente vir a expandir, não sendo incomuns situações nas quais uma casa acaba transformando-se em um edifício de vários andares. Afinal, em uma cidade com limitações topográficas como o Rio de Janeiro, onde as favelas, em boa parte, estabeleceram-se em áreas formadas por morros, a expansão horizontal das habitações nem sempre é possível, restando como alternativa a verticalização. Tal aspecto deu origem à paisagem característica das favelas cariocas em relação ao que é chamado de “asfalto”, i.e., a cidade formal: não só do asfalto se veem casas em meio a fragmentos de Mata Atlântica, como também das lajes se tem uma visão privilegiada do “asfalto”. Indago-me se, a partir a laje, a possibilidade se ver a paisagem vem a agregar valor ao imóvel da favela, ou até mesmo despertar determinados sentimentos e sensações naqueles que a contemplam, o que gera uma discussão a ser aprofundada ao longo do trabalho. Por conta disso, o conceito de paisagem também será trazido à tona, no intuito de se apontar possíveis caminhos para um melhor entendimento do que viria, afinal, a ser a laje, em termos epistemológicos. Além disso, o objetivo do trabalho é compreender o que a laje pode representar em termos materiais e afetivos para um morador da favela, em especial da Rocinha, abordando a história envolvida na sua construção. É nesse sentido que

o conceito de lugar também nos é caro, visto que aborda a percepção e a relação de indivíduos com o espaço através de aspectos como afetividade e pertencimento.

Por isso, em busca desse entendimento da laje, aplicamos como metodologia a realização de entrevistas com componentes de quatro famílias moradoras da favela da Rocinha, que possuem em suas lajes a representação de uma parte significativa de suas histórias de vida. O objetivo foi captar relatos que transpareçam a importância que uma laje pode ter não apenas para aqueles que a possuem, mas que também se envolvem ativamente na sua conquista. Assim, buscou-se captar aspectos que transparecessem valores e comportamentos típicos das favelas, como solidariedade e cooperação, além das dificuldades enfrentadas na construção das lajes e do enfrentamento da aquisição da laje enquanto propiciadora de melhorias na vida daqueles que possuem. O objetivo também foi confirmar a possibilidade de se encarar a laje a partir de uma interpretação geográfica, manifestada em aspectos típicos dos conceitos de lugar e paisagem. As entrevistas e idas a campo ocorreram entre março e abril de 2019 e a seleção das famílias a serem entrevistadas se deu a partir de uma rede de contatos própria da autora do presente trabalho, já estabelecida através de sua vivência no local de estudo.

É importante ressaltar que essas entrevistas não possuem intenção estatística e não se quer, a partir delas, demonstrar uma síntese do pensamento dos moradores, ou de sua maioria, sobre o tema. As entrevistas são tratadas aqui como relatos pessoais, cuja importância reside nas possibilidades de análise geográfica do relato discursivo de cada informante, no que diz respeito às complexidades envolvidas no tema deste trabalho.

Nesse sentido, alguns critérios foram estabelecidos na escolha de entrevistadas e entrevistados. O primeiro deles diz respeito à escolha pela entrevista do/a chefe de família, ou seja, aquele ou aquela que contribua com a maior parte da renda do domicílio. Contudo, isso não impediu que outros membros do núcleo familiar participassem das entrevistas no momento em que foram realizadas. Inclusive, esse aspecto tornou-se importante na medida em que neste diálogo com diferentes faixas etárias, diferentes usos que protagonizam a laje de determinada família relacionados a diferentes idades puderam ser abordados. O segundo critério se referiu à propriedade do imóvel. Não foram entrevistadas pessoas que residiam em imóvel alugado, mas somente em imóvel próprio. Isso porque assumiu-se que um inquilino não goza de liberdade suficiente para decidir o que será construído ou realizado na

laje do imóvel no qual reside, além de não haver muita certeza sobre seu tempo de permanência na residência. Na medida em que o intuito foi ouvir as histórias das lajes conectadas às histórias de vida, a propriedade do imóvel era de extrema relevância.

O trabalho divide-se em três capítulos. No primeiro deles discutiremos, através de revisão bibliográfica, as possíveis relações estabelecidas entre as categorias desenvolvimento socioespacial, justiça espacial, e *Buen vivir* para se pensar no bem estar humano e na qualidade de vida em ambientes favelados. A maior parte dessas noções, contudo, produz categorizações dualistas: o desenvolvimento se contrapõe ao subdesenvolvimento, a justiça se contrapõe à injustiça, uma boa qualidade de vida em contraposição a uma má qualidade de vida, e assim por diante.

Quanto à laje, nosso argumento principal é que convertê-la em objeto de estudo tensiona estes e outros dualismos – como os de público-privado, formal-informal, por exemplo, o que nos leva a refletir sobre o que seria a laje. Seus usos são de caráter individual (familiares) ou coletivos (abertos ao público)? A laje é também cidade? Portanto, discutir tais pontos nos ajuda a traçar reflexões e avançar no que recentemente Freire-Medeiros e Name (2019) chamaram de "epistemologia da laje". Essas inquietações nos fazem elaborar outras perguntas: seria a laje um elemento espacial até então ignorado pelos estudos urbanos e pelo poder público como meio de se melhorar o bem estar humano das populações faveladas, representadas aqui por um pequeno grupo de entrevistados residentes na Rocinha? Ainda que nem todas elas venham a ser respondidas ao longo do trabalho, o estudo da laje torna-se válido por ensejar o debate.

O segundo capítulo traz à discussão as possibilidades de se compreender a laje como um operador analítico dos conceitos de lugar e paisagem, tão importantes para a Geografia. Na tentativa de traçar uma linha de raciocínio coerente, que auxilie no entendimento do que, de fato, seria a laje dentro de uma perspectiva espacial, ambos os conceitos serão apresentados através de revisão bibliográfica. Assim, nos deteremos sobre a relação que a laje possui com a paisagem do entorno e com o lugar que ela representa para aqueles que a possuem. Se trata, portanto, de uma discussão teórica. A revisão bibliográfica de ambos os conceitos dará embasamento teórico para incrementar a epistemologia da laje mencionada no capítulo anterior.

Por fim, o terceiro e último capítulo traz os relatos contidos nas entrevistas realizadas, com o objetivo de ilustrar, através do discurso de alguns moradores proprietários de imóveis com laje, as experiências vividas por e através das suas lajes

durante seu tempo de residência. Isso porque, partindo do pressuposto de que a laje é uma forma de se alcançar maior bem estar e qualidade de vida em um ambiente de favela, as experiências nela vividas são capazes de refletir a percepção do valor não só afetivo, como financeiro por ela proporcionado. São, portanto, relatos que nos ajudam a (re)pensar a importância e pertinência de se olhar para as lajes sob uma perspectiva que assuma, inclusive, a possibilidade de se formular políticas de fomento à construção desses espaços que, dentre outros usos, configuram também espaços de lazer e socialização, tão deficitários em áreas menos favorecidas

1 PRIMEIRO OS ALICERCES: DA LAJE E SUAS POSSIBILIDADES

Há algumas décadas as favelas brasileiras e, em especial, as cariocas, vêm ganhando cada vez mais projeção, tanto na mídia formal e informal, quanto nos estudos científicos realizados na academia. Embora esse campo de estudo tenha crescido muito nas últimas décadas, temáticas desenvolvidas em bairros tidos como "formais"⁴ ainda protagonizam o campo científico. No entanto, a favela passou por uma espécie de descobrimento por parte do capitalismo, que se intensificou a partir do começo do século XXI, onde começou a ser vista como potencial a ser explorado economicamente por muitos daqueles que, até então, a concebiam apenas como espaço de reprodução de pobreza e criminalidade.

Nesse sentido, tem sido cada vez mais importante o movimento realizado por aqueles e aquelas que agora pesquisam e escrevem sobre a favela diretamente de dentro delas, numa tentativa constante de desconstruir estigmas historicamente estabelecidos. Trata-se, na verdade, de uma narrativa "de nós por nós mesmos", realizada anos depois do ingresso de um contingente cada vez maior de moradoras e moradores de favela nas universidades brasileiras. Valladares (2010) reconheceu, já há quase uma década, que mudanças significativas vinham ocorrendo nas favelas cariocas com a emergência de um novo grupo social de graduandos/as e graduados/as, capaz de trazer heterogeneidade à imagem socialmente construída de "favelado". O ingresso desse grupo de estudantes na universidade tem sido uma resposta diferenciada àqueles que acreditam que a pobreza não tem saída, ou que leva, necessariamente, ao ingresso no tráfico de drogas, fracasso e evasão escolar (Ibid., p. 155). Diversas políticas públicas e projetos governamentais possibilitaram esse acesso ao ensino superior nos últimos anos e segue sendo de extrema importância que tais estratégias permaneçam e se expandam, embora tenhamos noção de que, no presente momento, este configura enorme desafio.

Assim, acostumados com a representação das favelas apenas pelo viés negativo, que destaca a violência, os problemas de infraestrutura ou aspectos

⁴ Embora muitas favelas sejam consideradas formalmente como bairros, como é o caso, inclusive, da Rocinha, sabe-se que tais áreas são encaradas pelo poder público e pelo senso comum de forma distinta, como se não fossem, realmente, cidade. Esse estigma é reproduzido pela mídia, pelo senso comum e tem reflexos também nos menores investimentos realizados pelo Estado nessas áreas.

degradados das construções, por exemplo, é cada vez mais expressivo e perceptível o movimento que tenta, usando como ponto de partida a experiência cotidiana e os conhecimentos adquiridos nas universidades, compreender as dinâmicas presentes nesses espaços e narrar, a partir de uma perspectiva própria, as questões e demandas ali presentes. O presente trabalho se afirma como um desses casos, onde a autora, desde seu ingresso no ensino superior, tem se dedicado ao estudo de questões ocorrentes no espaço onde cresceu e reside até os dias de hoje.

Em um momento de prosperidade econômica do Brasil, muitas foram as atividades que cresceram nas favelas cariocas, principalmente no setor de serviços. Afinal, com uma parcela considerável de pessoas sendo chamada de “nova classe média brasileira”⁵, o poder de consumo que nelas existia não passou despercebido pelo mercado. Certamente, estávamos em um outro momento econômico, onde o acesso facilitado ao crédito e as baixas taxas de desemprego faziam pulsar a economia desses espaços. Até mesmo atividades turísticas, desde a década de 1990 presentes nas favelas cariocas – um fenômeno muito bem discutido por Freire-Medeiros (ver, entre muitos: Freire-Medeiros, 2009) – deixaram de ser tabu, sendo estimuladas pelo poder público, em especial no período de preparação para as Olimpíadas.

É nesse contexto que turismo e segurança pública se inter cruzam na Rocinha, em 2012, quando há a implantação de uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). Em decorrência, assistiu-se à chegada de serviços que até então eram oferecidos de forma clandestina – como TV a cabo e internet banda larga, por exemplo –, além da abertura de novos estabelecimentos comerciais. A mídia, à época, também teve papel relevante na divulgação da favela como um espaço seguro, aberto e receptivo aos mais diversos investimentos. No presente trabalho não se intenciona discutir a (in)eficácia dessa política de segurança pública e suas implicações na Rocinha, mas cabe citá-la como medida implantada pelo poder público que teve claro impacto na dinâmica da referida favela e no cotidiano de seus moradores no decorrer dos anos seguintes.

Em consonância com esse momento próspero, em trabalho anterior (DUARTE, 2015) tentei compreender o que representava para a população de uma favela como a Rocinha ser classificada como pertencente à nova classe média.

⁵ Cf. Cohn (2013); Neri (2010 e 2011); Pochmann (2012); Souza e Lamounier (2010)

Detentora de uma grande população – o Censo 2010 do IBGE contabilizou 69.356 habitantes⁶ –, maior que a de muitos municípios brasileiros, a Rocinha, à época, possuía 65% de seus habitantes pertencentes à classe média de acordo com os critérios estabelecidos pelo governo⁷. Naquele momento ficou claro que, embora na escala do lar fosse possível perceber melhorias, manifestadas na aquisição de bens e serviços até então pouco acessíveis, os espaços de uso público, como ruas, becos, vielas e praças seguiam desprovidos de infraestrutura básica para garantir o bem estar daqueles que por eles transitavam. Por isso, problemas decorrentes dessa precariedade eram – e ainda são – facilmente percebidos no dia-a-dia da população local.

Assim, constatou-se que o cálculo por renda dava a medida de melhoria de vida a partir do que o sujeito, por si mesmo, escolhia consumir. Esta delegação de responsabilidade ignorava – e ainda ignora – a escala do urbano como meio para a melhoria da qualidade de vida. Por conta disso, perceber que não bastava a suposta existência de uma nova classe média pautada no consumo e na renda sem o devido alcance de um verdadeiro desenvolvimento socioespacial na área estudada, foi a principal conclusão obtida no estudo realizado à época.

Contudo, ali surgiu o desejo de melhor investigar possíveis formas de obter qualidade de vida em espaços favelados, que possuem uma dinâmica distinta daquela que se dá na chamada cidade formal. A intervenção do poder público, que não chega de forma eficaz em aspectos imprescindíveis para a garantia de um bem estar sólido à população local, faz com que, na maior parte das vezes, fique a cargo dos próprios moradores a realização de intervenções que deem conta de, ainda que minimamente, prover-lhes um ambiente dotado de infraestrutura.

É nesse contexto que surge a figura da laje. Seus múltiplos usos e funções, alinhados à sua estrutura de caráter por vezes temporário, provisório, em constante mutação, oferece uma gama de possibilidades e significados, desempenhando papéis que dificilmente se enquadram nos dualismos através dos quais o pensamento moderno – e, conseqüentemente, as ciências sociais que são produto da Modernidade

⁶ Os números referentes à população da Rocinha são divergentes a depender da fonte consultada e é provável que o censo de 2020 capte um crescimento nesse número. No entanto, aqui utilizarei o dado oficial do último censo realizado pelo IBGE.

⁷ Segundo a definição proposta pela Secretaria de Assuntos Estratégicos, a classe média era composta por todas as pessoas que vivem em domicílios com renda per capita entre R\$291 e R\$1019 por mês (levando-se em conta que esses valores se referem a março de 2012).

– está acostumado a interpretar o mundo. Na laje podem ser realizadas tanto atividades de caráter privado, como socializações em família, eventos que aconteceriam em um espaço de uso coletivo, ou seja, não familiar, festas pagas, cultos religiosos, cursos. Dessa forma, entender melhor o que a laje é, de fato, revela-se tarefa não tão simples, porém extremamente instigante, já que, certamente, ela muito representa para quem a possui.

O objetivo do presente capítulo é discutir conceitualmente aspectos que deem embasamento para enriquecer a chamada “epistemologia da laje”, termo cunhado por Freire-Medeiros e Name (2019), seguindo o entendimento de que essa unidade espacial muito tem a contribuir e oferecer às mais diversas áreas do saber científico. Mais do que isso, debater a laje e o que ela representa e/ou significa nos dá a oportunidade de refletir sobre mecanismos que, a partir dela, possam oferecer e/ou garantir que populações faveladas tenham acesso a uma maior qualidade de vida.

Assim, deseja-se, ao longo do capítulo, discutir uma abordagem do Norte global, representada pelo conceito de justiça espacial de Edward Soja (2014), para se chegar ao *Buen vivir*, passando por uma interpretação brasileira a respeito do desenvolvimento socioespacial de Marcelo Lopes de Souza (2013), também derivada da abordagem de países desenvolvidos. O objetivo é traçar uma linha de pensamento onde, partindo de uma visão etnocêntrica, mantida historicamente de maneira hegemônica nas formas de se interpretar o mundo, possamos chegar a uma visão que permita realizar análises Sul-Sul. Assim, buscamos avançar na compreensão da laje como um possível propiciador de melhor bem estar – que aqui chamaremos de bem viver.

O *Buen vivir*, paradigma proveniente da filosofia andina, que contesta de forma enfática as definições e discursos do desenvolvimento na contemporaneidade, teve, inclusive, implicações nas constituições da Bolívia e do Equador, o que nos mostra potencialidade para protagonizar medidas que reflitam um novo olhar e um novo enfrentamento sobre questões sociais. Apresentando um vínculo forte com os saberes tradicionais dos povos indígenas, – historicamente subordinados –, o *Buen Vivir* questiona a ideia de desenvolvimento atrelada a crescimento econômico (GUDYNAS, 2011), própria do sistema capitalista pautado no consumismo exacerbado. A correlação entre o *Buen vivir* e as demais noções trabalhadas ao longo do capítulo se justifica através do fato de que tanto povos indígenas quanto populações de favela constituíram-se como grupos marginalizados na contemporaneidade. Assim, a partir

de uma análise decolonial, a abordagem ao tema contará com autores latino-americanos, sendo possível, portanto, uma análise Sul-Sul, distinta daquela que prevaleceu nos últimos séculos.

1.1 Sobre desenvolvimento socioespacial, justiça espacial e *Buen Vivir*: estabelecendo diálogos por uma epistemologia da laje

O uso do termo desenvolvimento ocorreu, historicamente, dando ênfase ao seu aspecto econômico. Construído a partir de uma visão eurocêntrica, o termo foi constantemente tratado como sinônimo de modernização e propagado como modelo a ser seguido por países subdesenvolvidos, no intuito de alcançarem uma meta: a de se tornarem desenvolvidos⁸.

A trajetória do sistema capitalista demonstra que a visão utilitarista que o ser humano desenvolve sobre a natureza com o início da Idade Moderna, enxergando-a como mero recurso capaz de proporcionar-lhe riqueza, foi embutida como justificativa para a expansão desse modelo produtivo. Porto-Gonçalves (2011, p. 62) afirma que “desenvolvimento é o nome-síntese da ideia de dominação da natureza”, pois ser desenvolvido, nesse contexto, significaria ser industrializado, urbano, tudo aquilo que fosse o mais afastado possível da natureza. Com o fim da Idade Média, o mundo passa a não mais ser explicado pela matriz teológica e seus dogmas, mas o ser humano se torna o centro de todos os processos, passando a enxergar-se como exterior à natureza e não parte integrante dela, o que confere aceitação ao domínio e à exploração sem limites dos recursos naturais.

O desenvolvimento, – neste momento entendido como prioritariamente econômico –, foi almejado ao longo da história como o ponto máximo de um processo linear, o qual todos os países do mundo deveriam alcançar, visando adquirir os mesmos padrões de vida e consumo já vivenciados pelos países desenvolvidos. Cabe lembrar que o termo “desenvolvimento” tem uma longa trajetória, mas não são poucos os autores que acusam sua base eurocêntrica, seu uso acrítico e constante como sinônimo de modernização e sua propagação como modelo “universal”, coercitivo, a ser seguido por países subdesenvolvidos. De forma abrangente e multiescalar, a ideia

⁸ Cf. Rua, J. (2007); Duarte, G. (2013).

de desenvolvimento contamina concomitantemente a percepção sobre as trajetórias específicas de nações, regiões, lugares, grupos sociais, famílias e indivíduos.

As tecnologias que passam a ser desenvolvidas, bem como as técnicas difundidas após a Revolução Industrial, por serem capazes de acelerar o processo produtivo e conferir maiores ganhos sobre a produção, foram apresentadas como a solução para o atraso dos países subdesenvolvidos. Pregava-se que ao investirem em modernização técnica e científica, tais países superariam seu relativo atraso em relação ao Ocidente, avançando em direção ao progresso e, conseqüentemente, ao desenvolvimento.

O capitalismo se expandiu como um modelo repleto de contradições, utilizando-se das diferenças existentes entre os diversos povos para transformá-las em desigualdades, numa hierarquia onde a cultura europeia era exaltada, enquanto que as demais eram negadas, desvalorizadas, subjugadas. O discurso do desenvolvimento veio ainda carregado de práticas de violência e opressão, onde as culturas locais e suas identidades foram suprimidas, gerando um processo de constante conflito, formador de novas identidades e autoafirmações – assim como também de negação do que era imposto. Houve a intensa presença da ideia de que desenvolver-se significava negar o velho, o ultrapassado, correndo em direção ao novo, moderno e, com isso, a destruição de certas tradições seria um preço a se pagar para o alcance do almejado desenvolvimento.

Tendo isso em vista, abordaremos, a partir daqui, a concepção de desenvolvimento defendida por Souza (2013), onde o termo é entendido como “transformação social para melhor, propiciadora de melhor qualidade de vida e maior justiça social” (p. 264). O mesmo autor, em trabalho anterior (2003), afirma que “um ‘desenvolvimento’ que traga efeitos colaterais sérios não é legítimo e, portanto, não merece ser chamado como tal” (p. 61). E explicita ainda a importância da esfera espacial nos debates sobre o tema, ao afirmar que “a mudança social positiva, no caso, precisa contemplar não apenas as relações sociais mas, igualmente, a espacialidade” (p. 61). Como a dimensão espacial tem sido negligenciada ao longo dos anos nos debates realizados sobre a temática do desenvolvimento, o autor propõe o uso do termo “desenvolvimento socio-espacial”, ao invés de simplesmente “desenvolvimento”, com o objetivo de contrapor aquele à visão etnocêntrica, teleológica e economicista deste.

Dentro do conceito de desenvolvimento socio-espacial os termos melhor qualidade de vida e maior justiça social aparecem como complementares e imprescindíveis para o alcance de um efetivo desenvolvimento socioespacial. Por conta disso, faz-se necessária uma melhor explicação a respeito de ambos os termos. Definir e estabelecer critérios que consigam abarcar com exatidão o que seria qualidade de vida tem sido um desafio, visto que o termo varia ao longo do tempo, pois depende da matriz cultural e da época na qual está inserido, mudando até mesmo na concepção de indivíduo para indivíduo. Parece haver certo consenso de que qualidade de vida é algo positivo, ainda que não se tenha uma definição muito clara do que o termo representa. Do que estamos falando, exatamente, quando falamos em qualidade de vida?

Seguindo esse raciocínio, Almeida et. al (2012) apontam que

O senso comum se apropriou desse objeto de forma a resumir melhorias ou um alto padrão de bem-estar na vida das pessoas, sejam elas de ordem econômica, social ou emocional. Todavia, a área de conhecimento em qualidade de vida encontra-se numa fase de construção de identidade. Ora identificam-na em relação à saúde, ora à moradia, ao lazer, aos hábitos de atividade física e alimentação, mas o fato é que essa forma de saber afirma que todos esses fatores levam a uma percepção positiva de bem-estar. (p. 15)

Os autores supracitados realizaram amplo estudo na tentativa de esclarecer e melhor definir o que viria a ser qualidade de vida. Para Barbosa (1998 apud ALMEIDA et al., 2012):

Tal forma de entender qualidade de vida é muito corrente em ambientes comerciais, propagandas de alimentos, condomínios residenciais, campanhas políticas, entre outros. A concepção sobre qualidade de vida, que a eleva como um objeto a ser alcançado mediante esforço do sujeito, promove uma corrida para alcançar algo que o senso comum sabe que é bom, mas não tem claros seus limites conceituais e sua abrangência semântica. É como se tratasse de um ideal da contemporaneidade, que se expressa na política, na economia, na vida pessoal. Busca-se qualidade de vida em tudo. (Ibid., p. 16)

Assim, a diversidade de definições sobre o termo muitas vezes faz com que qualidade de vida seja tratada, de forma equívoca, como algo a ser alcançado pelo indivíduo, dependendo de sua própria vontade na mudança de seus hábitos. Por esse motivo é importante que estudos nesse campo busquem alternativas para a melhoria no nível de qualidade de vida da maior parcela de pessoas possível, não delegando apenas ao sujeito a responsabilidade pelo alcance de melhores condições.

Embora seja difícil estabelecer um conceito único sobre o que seja qualidade de vida, é importante o esforço para estabelecer critérios objetivos (moradia, acesso à saúde, emprego, saneamento básico, transporte e outras necessidades próprias das sociedades contemporâneas) e subjetivos (fatores emocionais, expectativas e possibilidades dos indivíduos em relação às suas realizações, a percepção que possuem de suas próprias vidas, considerando, inclusive, questões imensuráveis como prazer, felicidade, angústia e tristeza); que sejam capazes de captar as condições nas quais pessoas vivem, bem como suas percepções a respeito de tais condições.

Critérios objetivos permitirão que se trace um perfil do acesso a bens e serviços por indivíduos ou determinados grupos, de forma a embasar o planejamento de ações voltadas para a melhoria de sua qualidade de vida. O ideal é que tanto aspectos objetivos quanto subjetivos sejam considerados em uma análise sobre o tema de forma interdependente, visto que não é possível compreender qualidade de vida de forma individual sem levar em conta a qualidade de vida coletiva. No que diz respeito aos aspectos subjetivos, eles devem levar em conta o ambiente histórico-social do grupo ou do sujeito envolvido, para que seja possível ter noção dos seus níveis de qualidade de vida. Esses níveis abarcam as necessidades, expectativas e percepções individuais dos envolvidos (ALMEIDA et. al, 2012, p. 21). É nesse sentido que, ao encararmos a laje como algo que pode ofertar melhor qualidade de vida para o morador do ponto de vista prático, interessou-nos também relatar e compreender os sentimentos e expectativas envolvidos na construção e no uso das lajes dos moradores entrevistados no presente trabalho.

Cabe esclarecer que o presente trabalho não tem por objetivo estabelecer critérios de medição de maior ou menor qualidade de vida, mas tão somente apontar a importância do termo para se pensar a vida nas favelas. Decerto há metodologias pensadas para se medir diferentes níveis de bem estar e qualidade de vida. Não aplicamos nenhuma delas em nossas entrevistas pois, como colocado anteriormente, elas não possuíam caráter estatístico algum, mas tão somente tiveram por fim captar relatos e experiências de vida dos entrevistados, no sentido de ilustrar aquilo que a teoria já vinha colocando ao longo do trabalho: a laje como um espaço repleto de possibilidades e significados. Nos atemos, portanto, a uma discussão breve sobre o que consiste o termo e os principais aspectos valorizados em sua abordagem.

Dando seguimento ao debate sobre qualidade de vida, para Souza (2003) uma melhoria na qualidade de vida estaria necessariamente atrelada à crescente satisfação de necessidades básicas e não básicas, materiais e imateriais de uma parcela cada vez maior da população. Assim, cabe definir o que seria, portanto, justiça social, para fechar a ideia de desenvolvimento socio-espacial proposta pelo autor. Segundo ele,

Para os presentes propósitos, a injustiça social se refere à desigualdade entre indivíduos e grupos que possam ser consideradas como ilegítimas ou questionáveis do ponto de vista moral, refiram-se elas a assimetrias e disparidades na distribuição da riqueza material, na possibilidade de participar de processos decisórios ou no reconhecimento da dignidade e do valor humano; portanto, a busca por justiça social diz respeito a uma busca por igualdade (no sentido de *igualdade efetiva de oportunidades*, o que nada tem a ver com uniformidade de modos de vida ou homogeneidade de gostos (p. 264, nota de rodapé, grifo do autor).

Para o referido autor, a superação da injustiça social e o alcance de uma melhor qualidade de vida estão inseridos dentro de um projeto de autonomia, sendo esta tanto de ordem individual – capacidade de decidir a respeito da própria felicidade, livre de qualquer tipo de opressão –, quanto coletiva – consciência por parte da população da existência de instituições que garantem o acesso, de fato, igualitário aos processos de tomada de decisão sobre os assuntos que dizem respeito ao interesse coletivo. A busca por autonomia se faz necessária, de acordo com o autor, enquanto houver injustiça social e heteronomia⁹, sendo, portanto, uma tentativa de tornar protagonistas os indivíduos ou grupos nos processos de tomada de decisão que influem diretamente sobre suas próprias vidas.

Logo, fica claro para nós que crescimento econômico ou progresso técnico que tenham sido conquistados à custa de aumento da injustiça social, degradação ambiental e/ou deterioração da qualidade de vida de parte da população não podem ser equiparados ao alcance de desenvolvimento socioespacial. O desenvolvimento socioespacial configura-se como um processo de enfrentamento da heteronomia e tem como objetivo o alcance de mais e mais autonomia, sendo o exato oposto do desenvolvimento puramente econômico. Sua preocupação reside exatamente no estabelecimento de uma “tentativa de ‘superação dialética da ideologia capitalista e eurocêntrica do ‘desenvolvimento econômico’ e se “justifica, étnico-politicamente, enquanto houver injustiça social e heteronomia” (p. 266).

⁹ Na concepção do autor, existe heteronomia enquanto há assimetria estrutural de poder, iniquidades, pobreza, injustiça e rapina ambiental (p. 265).

Souza evidencia ainda que o desenvolvimento socioespacial “não pode ser feito sem a consideração complexa e densa da dimensão espacial em suas várias facetas”, e acrescenta que o que importa não é “uma transformação social para melhor, propiciadora de uma melhor qualidade de vida e maior justiça social, mas sim uma transformação para melhor das relações sociais e *do espaço*, propiciadora de melhor qualidade de vida e maior justiça espacial” (p. 285 e 286, grifo do autor).

Destacar a importância dos aspectos espaciais na discussão a respeito da justiça, foi tarefa realizada por Soja (2014) em seu livro traduzido para o espanhol sob o título de *En busca de la justicia espacial*. Diferente da abordagem de Souza que se volta para a temática da (in)justiça social, Soja vai mais além e caracteriza a questão da (in)justiça como uma questão incontestavelmente espacial. Souza (2013), inclusive, critica tal visão, chamando-a de “fetichismo espacial”. Afirma que diferentemente de enfatizar a “geograficidade da realidade humano-social”, Soja caracteriza “a justiça espacial como uma esfera distinta da justiça social e dotada de vida própria.” (p. 286) Ainda assim, acreditamos que a contribuição de Soja é relevante e precisa ser considerada no presente trabalho.

Pôr em primeiro plano aspectos espaciais da justiça deu origem ao que alguns autores anglofônicos têm chamado, numa tradução livre, de “virada espacial”: uma difusão sem precedentes do pensamento crítico espacial em um amplo espectro de matérias. Este giro espacial e o novo tipo de conhecimento espacial que tem gerado têm sido o início de um movimento que busca reverter anos e anos de relativo desprezo com o pensamento espacial. Soja afirma que:

La visión crítica espacial se há vuelto cada vez más relevante para entender lá situación actual, ya estamos pensando em lá creciente intervención de médios eletrônicos em nuestras rutinas diárias – tratando de entender los conflictos geopolíticos que se multiplican em todo el mundo –, ya busquemos vías para actuar políticamente para reducir la pobreza, el racismo, lá discriminación sexual y lá degradación del médio ambiente (2014, p. 46 e 47).

Além disso, a virada espacial representa uma crescente mudança nas ciências, partindo de uma época em que o pensamento espacial estava subordinado ao histórico, para outra, onde as dimensões histórica e espacial têm a mesma importância, sem que uma seja privilegiada em detrimento da outra. Assim,

Lo más relevante del giro espacial y del resurgimiento del interés por el pensamiento crítico espacial deriva de la creencia de que somos seres tan espaciales como temporales, que nuestra espacialidad y temporalidad existenciales son esencial u ontológicamente equivalentes em cuanto al poder explicativo y lá importancia del comportamiento, interrelacionados em una relación mutuamente formativa. Lá vida de las personas es em todos los

sentidos espacio-temporal, geo-histórica, sin tiempo ni espacio, historia o geografía; es inherentemente privilegiada por si misma (Ibid., p.48).

Ao longo do tempo, a produção de geografias injustas teve como produto padrões de privilégio e poder, o que gerou vantagens e desvantagens distribuídas de maneira desigual no espaço. Na verdade, qualquer exemplo de vantagem ou oportunidade desigual individual ou coletivamente já pode ser considerada uma injustiça espacial, pois notadamente possui reflexos na forma como o espaço se organiza e como as relações nele se materializam. Tal injustiça se produz de cima para baixo, através da organização política do espaço (SOJA, 2014, p. 61). Como bem explicita o autor:

“Todos los que están oprimidos, subyugados o explotados económicamente están sufriendo hasta cierto punto los efectos de geografías injustas, y esta lucha por la geografía puede ser utilizada para construir una mayor unidad y solidaridad transversal.” (p. 57)

Por isso, reconhecer a importância do espaço no debate acerca da justiça possibilita novas perspectivas, que ajudam a compreender como injustiças são geradas (neste mesmo espaço) e permite que se avance no propósito de construir ativismos e práticas concretas, que tornem visíveis as reivindicações de um determinado grupo. É sob essa ótica que se evidencia que aqueles que têm poder para planejar os espaços físicos que habitamos têm também o poder de perpetuar (ou não) as injustiças outrora estabelecidas, assim como também possuem o poder de criar espaços mais justos.

O contexto urbano se torna central na temática da (in)justiça espacial na medida em que tem-se que a maior parte da população vive hoje em cidades, o que traz à tona a importância de inseri-la nas lutas coletivas pela garantia de um acesso mais igualitário aos recursos e vantagens próprios das cidades. Para tanto, o desenvolvimento de uma consciência espacial crítica que aja como força política e mobilizadora se faz necessário, para que geografias injustas passem a ser visíveis, questionadas e, conseqüentemente, superadas. Isso porque geografias injustas são produto de uma construção social e, portanto, necessitam de ação social para serem modificadas.

Aqueles que, historicamente, têm sido desfavorecidos precisam ter “un mayor control sobre la manera en que el espacio se produce socialmente para crear mayores transformaciones que satisfagan mejor suas necesidades básicas.” (SOJA, p. 143).

Como a ideia de justiça espacial trabalhada por Soja tem consonância com o direito à cidade abordado por Henri Lefebvre, aquele autor apropria-se do conceito de direito à cidade, encarando-o como um marco capaz de resumir e sintetizar os debates anteriores sobre a teoria espacial da justiça (p. 140). Assim, a grande importância das cidades nos dias atuais reforça também a relevância de se debater cada vez as questões que lhes envolvem. Por conta disso, Soja afirma que

Lefebvre vio el funcionamiento normal de la vida urbana diaria como generador de relaciones de poder desiguales, que se manifiestan sucesivamente en distribuciones desiguales e injustas de los recursos sociales a lo ancho del espacio de la ciudad. La exigencia de un mejor acceso al poder social y los recursos valiosos para los más desfavorecidos por las geografías desiguales e injustas definió la lucha por la reclamación de los diversos derechos a la ciudad (p. 141).

É nesse sentido que o autor reforma que se faz necessário “obtener um mayor control sobre las fuerzas que dan forma al espacio urbano, en otras palabras, reclamar la democracia frente a aquéllos que han estado utilizándola para conservar sus posiciones privilegiadas” (p. 141).

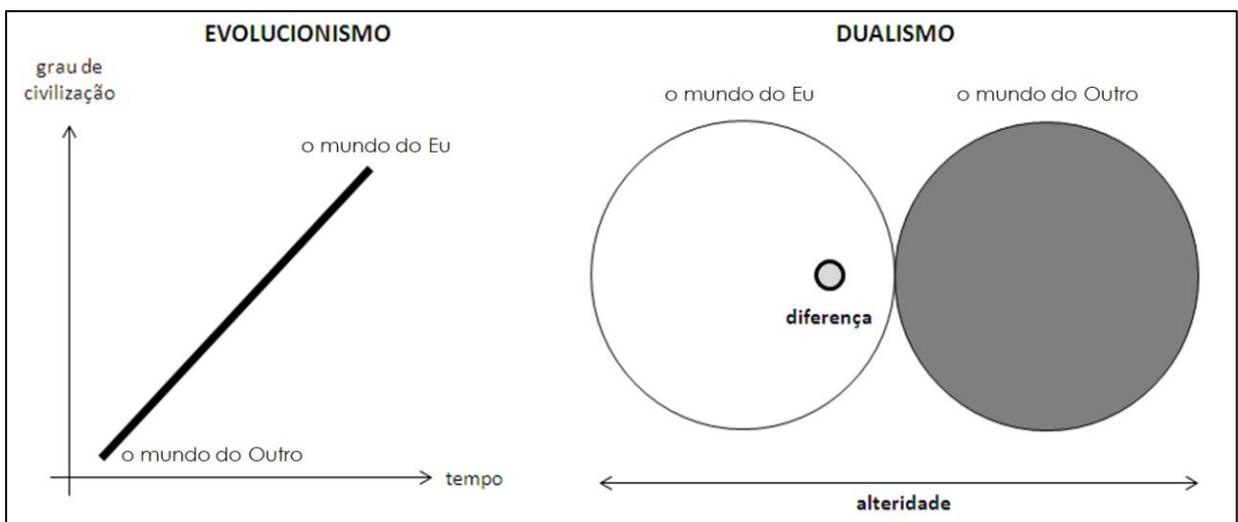
Ao assumirmos que as favelas têm sido espaços historicamente injustos, produto de processos que geraram desigualdades espaciais frente o restante da cidade, – a chamada cidade formal –, podemos passar a encará-las com a missão de melhor compreender o que nelas ocorre para, dessa forma, contemplá-las com uma análise que possibilite o enfrentamento e a superação de geografias injustas, já postas historicamente. Essa visão confirma a interpretação que se tem da laje no presente trabalho, pois seria ela uma forma de nos apropriarmos daquilo que, comumente não é sequer pensado como pertencente ao espaço urbano.

Assim, adentramos em uma abordagem que nos é cara e permeia o trabalho, justamente por contestar e romper com a visão etnocêntrica que tem protagonizado as ciências sociais ao longo da história. Nos referimos aqui ao aparato teórico trazido pelo chamado paradigma do *Buen vivir*. A visão eurocêntrica de superioridade sobre os povos da América, África e Ásia surgida no colonialismo, – encarados como primitivos e atrasados –, foi propagada através da utilização de discursos que legitimavam e justificavam a exploração e dominação destes povos. O capitalismo ganhou então, um caráter de modelo civilizatório, responsável por levar aos não-ocidentais a humanização da qual eram considerados desprovidos, sendo estes incorporados à “natureza natural”, juntamente com os animais. Os genocídios e etnocídios cometidos contra tais povos eram, então, aceitáveis sob a visão de que

eram necessários para o prevaecimento apenas de uma população mundial evoluída, civilizada.

É nesse sentido que Quijano (2012) expõe que uma das armadilhas da modernidade é o estabelecimento da relação entre evolucionismo e dualismo, que é acionada conjuntamente na relação entre colonizador e colonizado. Ao indígena e ao escravo foi dito que eles, ao mesmo tempo, eram outra coisa que não era o europeu e, ao mesmo tempo, tinham que pegar o caminho do progresso, da evolução, para tentar ser o europeu, o evolucionismo. Contudo, ao se dizer para alguém que deve se evoluir no caminho do europeu, mas, ao mesmo tempo, assume-se que essa pessoa é inexoravelmente diferente do europeu, nos deparamos, na verdade, com uma armadilha, porque nunca mudaremos o fato de que aquele que não é europeu jamais conseguirá atingir o nível do europeu. O esquema abaixo (figura 1), nos ajuda a melhor compreender como o dualismo e o evolucionismo se comportam dentro da colonialidade do poder.

Figura 1 – A colonialidade do poder: evolucionismo e dualismo conjugados na subalternização do outro



Fonte: Name, L. (2019) para o curso Insurgências Decoloniais: geopolítica do conhecimento para outros mundos possíveis (gentilmente cedido pelo autor), com base em *Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina*, de Aníbal Quijano (2000).

Dessa forma, podemos assumir que indígenas e escravos foram o outro, representado no processo de colonização. A eles era dito que eram inferiores e precisavam evoluir. Visualizamos no esquema que o mundo do eu é o europeu, sendo que este era completamente diferente do mundo do outro, composto por indígenas e escravos. Tais diferenças manifestam-se na racialização e na subalternização de

grupos sociais, o que, nos dias de hoje, inclui aqueles que habitam áreas de favela. Percebemos na imagem que no mundo do eu há uma diferença, ao mesmo tempo em que o mundo do outro está posto ao lado, em uma seta que indica alteridade. É nesse sentido que, se transpusermos a imagem para os dias atuais, levando em conta o ambiente urbano, podemos interpretar que a favela se encaixaria no mundo do outro, não chegando, nem mesmo, a ser interpretada como a diferença dentro do mundo do eu. Ela não seria, portanto, considerada cidade, mas sim uma não cidade, a leitura do território em sua máxima alteridade. Voltaremos a essa discussão mais a frente, quando apresentarmos, de fato, o que viria a ser a epistemologia da laje. Por hora, seguiremos abordando os preceitos do bem viver ameríndio para melhor embasar o pensamento que culminará na proposta da laje enquanto aparato oferecedor de maior bem estar e qualidade de vida para a população favelada.

Durante o levantamento bibliográfico sobre o *Buen vivir*, nos deparamos com os termos descolonial e decolonial, o que merece um esclarecimento sobre a diferença nos seus usos, já que há autores que defendem um em detrimento do outro. Aqueles que utilizam o termo decolonial o fazem embasados no argumento de que este não se trata de uma negação ou superação da colonização ocorrida desde o século XV nos países do Sul, o que dispensa, portanto, o uso do prefixo des. O pensamento decolonial aceita esse momento histórico e assume que sua relevância está no posicionamento através do qual se coloca como resistência, luta contínua. Já o termo descolonial teria um sentido de reverter, desfazer o colonialismo, tendo, portanto, um objetivo distinto. Nesse contexto, a abordagem realizada pelos estudos decoloniais se apresenta como um aporte teórico rico de possibilidades de novas interpretações sobre os processos e dinâmicas socioespaciais existentes nos espaços latino-americanos atualmente. Aqui optamos pelo termo sem o s, por concordarmos com o posicionamento de Walsh (2009) quando afirma que:

Suprimir la “s” y nombrar “decolonial” no es promover un anglicismo. Por el contrario, es marcar una distinción con el significado en castellano del “des”. No pretendemos simplemente desarmar, deshacer o revertir lo colonial; es decir, pasar de un momento colonial a un no colonial, como que fuera posible que sus patrones y huellas desistan de existir. La intención, más bien, es señalar y provocar un posicionamiento – una postura y actitud continua– de transgredir, intervenir, in-surgir e incidir. Lo decolonial denota, entonces, un camino de lucha continuo en el cual podemos identificar, visibilizar y alentar “lugares” de exterioridad y construcciones alternativas (p. 15-16).

Esclarecido esse ponto, prosseguimos na questão da modernidade enquanto imposição aos povos colonizados. Quijano (2005, p. 107) menciona dois processos

históricos que, associados, foram essenciais para a produção do espaço/tempo de um padrão de poder de vocação mundial, estabelecido como a primeira identidade da modernidade. O primeiro seria a suposta diferença biológica existente entre aqueles que colonizavam e os que eram colonizados, embasando a ideia de raça. Tal ideia serviu para justificar uma suposta superioridade natural do europeu sobre os povos tradicionais das áreas colonizadas, o que serviu para reproduzir a relação de dominação daquele grupo sobre este. O segundo processo se refere ao controle sobre o trabalho, os recursos e os produtos desenvolvidos nas áreas colonizadas. Ambos os processos surgiram no contexto colonial, apresentando novos padrões de interpretação do colonizador sobre o colonizado.

Ainda de acordo com o autor supracitado, embora o fim do colonialismo tenha se dado na segunda metade do século XIX, não podemos dizer o mesmo da colonialidade como relação social, cultural e intelectual. Cruz (2017, p. 16) aponta que se, por um lado, inicia-se “o projeto civilizatório da modernidade, que busca afirmar e celebrar a experiência histórica da Europa como sendo algo universal e superior, através de elementos como o racionalismo, o humanismo, a ciência, a ideia de progresso”; ao mesmo tempo, “negaram-se e subalternizaram-se outras matrizes de racionalidades, outras formas de razão, outros projetos civilizatórios, outras cosmovisões, com outros saberes, linguagens, memórias e imaginários.” Por conta disso, para o autor seria impossível pensar a modernidade sem levar em conta a colonialidade, sendo a modernidade/colonialidade “duas faces de uma mesma moeda” (CRUZ, 2017, p. 16).

Quijano (2005, p. 110) descreve ainda como a colonização se deu sobre o imaginário do colonizado, através da repressão sobre os seus modos de conhecer e produzir conhecimento. Tal processo teria ocorrido a partir de três dispositivos: expropriação das populações colonizadas, repressão das formas de produção de conhecimento dos colonizados e imposição da cultura dos dominadores sobre os colonizados, de forma que a dominação fosse reproduzida e perpetuada. Dessa forma, o resultado de tal quadro foi a “colonização das perspectivas cognitivas, dos modos de produzir ou outorgar sentido aos resultados da experiência material ou intersubjetiva, do imaginário, do universo de relações intersubjetivas do mundo; em suma, da cultura” (QUIJANO, 2005; p.111). Assim, há uma intensa negação do outro, a não aceitação de seus valores, costumes e conhecimentos, e a imposição de outra cultura, considerada como única passível de ser aceita.

Uma das primeiras iniciativas de um movimento epistemológico que visava realizar uma renovação crítica e utópica nas ciências sociais na América Latina foi o Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C), iniciado no fim da década de 1990 (BALLESTRIN, 2013). A inspiração foi o Grupo de Estudos Subalternos, surgido na Índia na década de 1970, com o projeto de analisar de forma crítica a história colonial da Índia, historicamente realizada a partir de europeus. Na década seguinte, os estudos subalternos ultrapassaram as fronteiras indianas, chegando aos estudos culturais ingleses e estadunidenses. A partir dos autores participantes do M/C que se estabeleceu a ideia de "giro decolonial" na América Latina, oferecendo releituras históricas e problematizando questões para o continente. A autora também destaca o uso do termo decolonial como opção epistêmica, teórica e política, assumindo a permanência da colonialidade (p. 89). O quadro 1 sistematiza os principais nomes envolvidos nessa iniciativa, bem como sua nacionalidade e universidade onde lecionam. Cabe pontuar que Aníbal Quijano faleceu em 2018, porém o quadro foi retirado de um trabalho realizado no ano de 2013, momento no qual o autor ainda se encontrava em vida.

Quadro 1 – Perfil dos membros do Grupo Colonialidade/Modernidade

Integrante	Área	Nacionalidade	Universidade onde leciona
Anibal Quijano*	Sociologia	Peruana	Universidad Nacional de San Marcos, Peru
Enrique Dussel	Filosofia	Argentina	universidad Nacional Autónoma de México
Walter Mignolo	Semiótica	Argentina	Duke University, EUA
Immanuel Wallerstein	Sociologia	Estadounidense	Yale University, EUA
Santiago Castro-Gómez	Filosofia	Colombiana	Pontificia Universidad Javeriana, Colômbia
Nelson Maldonado-Torres	Filosofia	Porto-riquenha	University of California, Berkeley, EUA
Ramón Grosfóguel	Sociologia	Porto-riquenha	University of California, Berkeley, EUA
Edgardo Lander	Sociologia	Venezuelana	Universidad Central de Venezuela
Arthuro Escobar	Antropologia	Venezuelana	University of North Carolina, EUA
Fernando Coronil**	Antropologia	Venezuelana	University of New York, EUA
Catherine Walsh	Linguística	Estadounidense	Universidad Andina Simón Bolívar, Equador
Boaventura Santos	Direito	Portuguesa	Universidade de Coimbra, Portugal
Zulma Palermo	Semiótica	Argentina	Universidad Nacional de Salva, Argentina

* Falecido em 2018

** Falecido em 2011.

Fonte: Adaptado de Ballestrin, 2013.

É curioso perceber que embora sejam autores que tenham inaugurado uma preocupação e tenham se dedicado aos estudos decoloniais, universidades do norte global quase que monopolizam a presença desses acadêmicos. Dos 13 presentes no quadro exposto por Ballestrin, apenas quatro ocupam posições em universidades de países subdesenvolvidos. Ou seja, embora seja uma produção acadêmica voltada para um viés decolonial, ainda há um protagonismo de centros de pesquisa do norte.

Name (2016) nos chama a atenção para o fato de que há uma clara ausência de intelectuais da Geografia brasileira participando dos debates sobre decolonialidade, tendo como raras exceções autores como Cruz e Oliveira (2017), Porto-Gonçalves (2011), Rocha (2015) e Silva e Ornat (2016). O autor afirma que "geógrafas e geógrafos têm renunciado à possibilidade de tensionar, a partir da centralidade que é dada ao espaço como seu objeto distintivo da investigação, a recorrente enunciação de metáforas espaciais sem o devido adensamento conceitual pelos escritos decoloniais" (p.61). Name, inclusive, destaca o potencial da geografia na contribuição de discussões mais densas sobre espaços e espacialidades, algo que se mostra ausente em trabalhos de intelectuais decoloniais.

Para Esteva (2009), hoje o desenvolvimento é "o emblema de um mito em agonia e um lema político para vender produtos tóxicos" (p.1). Dessa forma, o poder das ideias se mostra justamente no fato de que um termo vazio de conteúdo, segundo ele, conseguiu dominar o debate público por tanto tempo (meio século). Contudo, uma série de crises ocorridas a partir de 1980 (década perdida na América Latina) colocou em evidência a natureza do desenvolvimento. Para a geração de Esteva o desenvolvimento era algo sagrado e inviolável, a ser perseguido a todo custo. Porém, segundo ele, chegou o momento de reconhecer que o próprio desenvolvimento é um mito maligno que ameaça a sobrevivência das maiorias sociais e da vida como um todo no planeta. Assim, ele aponta alguns adjetivos que passaram a qualificar o termo desenvolvimento e que, a seu ver, são igualmente negativos: desenvolvimento social, integral, endógeno, centrado no homem (se é que, em algum momento, foi centrado em outra coisa), sustentável, humano, outro...

As quatro décadas de desenvolvimento, segundo Esteva, "foram um experimento gigantesco e irresponsável, que segundo a experiência de todo o mundo, tem fracassado miseravelmente. A crise atual é a oportunidade de desmontar a meta do desenvolvimento em todas as suas formas" (p.1). Nesse sentido que vemos emergir e ganhar força um discurso que não só contextualiza a validade do

desenvolvimento e do que se realizou em sua defesa, como também nos deparamos com a proposição de uma nova leitura de mundo e de uma nova concepção que leva em conta aspectos relacionados ao bem estar da população sem priorizar aspectos materiais e ligados ao consumo. Intenciona-se, dessa forma, dar aporte para que se possa definir qualidade de vida a partir de pressupostos que não são materiais, mas que têm a ver com o bem estar do cotidiano, da reprodução da vida cotidiana e da felicidade, do bem estar espiritual, etc.

Para dois terços do mundo, desenvolvimento conota sempre, pelo menos, a capacidade de escapar de uma condição vaga, chamada de subdesenvolvimento.

En el mundo real, más allá de la disputa académica sobre los significados del término, desarrollo es lo que tienen las personas, áreas y países 'desarrollados' y los demás no. Para la mayoría de la gente en el mundo, 'desarrollo' significa iniciarse en un camino que otros conocen mejor, avanzar hacia una meta que otros han alcanzado, esforzarse hacia adelante en una calle de un solo sentido. 'Desarrollo' significa sacrificar entornos, solidaridades, interpretaciones y costumbres tradicionales en el altar de la siempre cambiante asesoría de los expertos. 'Desarrollo' promete enriquecimiento. Para la gran mayoría, ha significado siempre la modernización de la pobreza: la creciente dependencia de la guía y administración de otros. Reconocerse como subdesarrollado implica aceptar una condición humillante e indigna. (p. 3)

Historicamente, o Sul utilizou como aporte teórico para interpretação de suas realidades conceitos, categorias, teorias e línguas do norte global, formulados a partir de uma realidade completamente distinta da nossa. Cruz (2017, p.27) realiza uma autocrítica, ao afirmar que “ignoramos os intelectuais que falam a partir dos lugares, experiências e línguas do sul”. E segue apontando que:

Não é raro intelectuais brasileiros ignorarem solenemente a produção intelectual dos países vizinhos, sem falar do que é produzido nos continentes africano e asiático. A questão não é a limitação ou ignorância (uma condição de todos) e sim a naturalidade com que aceitamos o fato de que o conhecimento legítimo, sofisticado e de vanguarda é atributo somente de certos centros geopolíticos do norte global (p. 27-28).

Tendo isso em vista, torna-se de extrema importância a construção de leituras e interpretações que nos permitam compreender a colonialidade do poder, do saber, do ser e da natureza em diferentes escalas, que vão desde a estrutura geral até a escala do cotidiano. Dessa forma, seria possível trazermos à luz a complexidade dos processos e dinâmicas existentes atualmente, na tentativa de superar um quadro científico que tenta entender o sul e os locais marginalizados que nele existem a partir de uma perspectiva externa.

A título de síntese e visando melhor ilustrar no que se baseia o *Buen vivir*, ao se contrapor aos modelos desenvolvimentistas, o quadro 2 compara os dois modelos de desenvolvimento: capitalista e o viver bem ameríndio.

Quadro 2 – Síntese dos modelos de “desenvolvimento”

Desenvolvimento capitalista	Viver bem ameríndio
O crescimento econômico e financeiro é ilimitado.	O crescimento ilimitado é um câncer.
Viver bem é viver melhor	Somos iguais, mas diversos.
O egoísmo humano é o ímpeto do crescimento econômico.	A ajuda mútua (<i>ayni</i>) é o motor do Viver Bem.
A competência entre os sujeitos humanos é a base da riqueza.	A solidariedade e a complementariedade geram qualidade de vida.
Os vícios pessoais (avareza; egoísmo; cobiça; etc.) se convertem em virtudes em relação ao que é público.	A trilogia andina rege o que é pessoal e o que é público: <i>ama suwa, ama llulla, ama qella!</i>
O livre mercado (demanda e oferta) contribui para a justiça social.	O livre mercado fomenta desigualdades e injustiças.
A natureza é o objeto e meio de produção.	A natureza é nossa mãe viva.
Tudo é quantificável.	A qualidade se sobrepõe à quantidade.
O mundo é uma máquina.	O mundo é <i>Pacha</i> , organismo ordenado e em equilíbrio.
A vida pode ser reduzida ao mecânico.	A vida é característica em tudo que existe.
Os recursos naturais são meios de produção.	Os recursos naturais são a base da vida.
O dinheiro cria riqueza (produz).	Só a natureza produz.
O desenvolvimento contribui para a felicidade.	O viver bem é expressão da felicidade.

Fonte: Estermann, 2012.

Tendo isso em vista, o *Buen vivir* seria um paradigma a ser utilizado como aporte teórico para reflexão e contestação das definições e discursos do desenvolvimento na contemporaneidade e como proposta de uma nova interpretação sobre a relação homem-meio. Portanto, vê-se nele uma possibilidade de formular perspectivas alternativas sobre a vida.

É evidente, atualmente, que o discurso do desenvolvimento, que possui raízes coloniais, justifica visões excludentes (ACOSTA, 2016). Sendo assim, se faz necessária a emergência de um discurso contra hegemônico, capaz de não apenas analisar de maneira crítica a realidade, mas propor novas formas de interpretação e práticas que vão de encontro com a visão até então predominante. Acosta (2016, p. 34) indica o *Buen Vivir* como uma possível contribuição para a “mudança de

paradigmas em meio à crise que golpeia ou países outrora centrais”, mas que também já assola, inclusive, países da América Latina. O autor ressalta que apesar de sua origem indígena, o paradigma consegue dialogar com grupos que possuem visões que se encontram em sintonia, como a ecologista, feminista, cooperativista, marxista e humanista.

Por sabermos que tanto áreas ocupadas por indígenas como áreas de população de menor renda, como as favelas brasileiras, são espaços historicamente injustos, acredita-se haver possibilidade de diálogo entre o paradigma supracitado e a realidade existente na Rocinha. De acordo com Acosta (2016),

A visão de mundo dos marginalizados pela história é uma oportunidade para construir outros tipos de sociedades, sustentadas sobre uma convivência harmoniosa entre os seres humanos consigo mesmos e com a Natureza, a partir do reconhecimento de diversos valores culturais existentes no planeta (p. 25).

Apesar de tal afirmação, o autor reconhece as limitações dessa visão em um sistema capitalista, já que a lógica deste sistema se pauta em preceitos completamente opostos aos do *Buen vivir*.

Ainda assim, concordamos com Acosta (2016), quando este salienta que

O bem viver – enquanto filosofia de vida – é um projeto libertador e tolerante, sem preconceitos nem dogmas. Um projeto que, ao haver somado inúmeras histórias de luta, resistência, e propostas de mudança, e ao nutrir-se de experiências existentes em muitas partes do planeta, coloca-se como ponto de partida para construir democraticamente sociedades democráticas (p.29).

Por se propor a valorizar a ótica de grupos tidos como marginalizados, o Bem viver, ao ser transposto para a realidade brasileira e, mais especificamente, de uma favela carioca, pode oferecer ricas conexões a serem estabelecidas entre tal paradigma e as ferramentas de análise de cunho mais espacial, próprias da Geografia. É nesse sentido que a busca por um maior bem estar ou melhor qualidade de vida na Rocinha perpassa por uma abordagem crítica, que encare a relação homem x meio sob outra perspectiva, visando a compreensão a respeito das injustiças espaciais geradas no local e permitindo que se avance no propósito de construir ativismos e práticas concretas, capazes de mudar a realidade vigente. Aqui temos, portanto, um aporte teórico que pode nos oferecer um caminho distinto daquele que tende a perpetuar abordagens mais tradicionais, seja por terem se constituído no norte, seja por beberem na fonte de autores próprios de países hegemônicos. A partir daqui discutiremos outras noções que podem nos auxiliar na reflexão sobre formas de se

interpretar não só as favelas, mas um dos espaços característicos dessas áreas: a laje. São noções que, ainda que mais tradicionais e não pós desenvolvimentistas como o Buen vivir, possibilitam estabelecer certo diálogo e avançar na discussão das potencialidades desses espaços.

Nesse contexto que Freire-Medeiros e Name (2019) propõem a construção de uma Epistemologia da Laje, inspirados na chamada Epistemologia do Armário de Sedgwick (cf. Sedgwick, [1993] 2007; [1990] 2008), onde discutem os dualismos utilizados constantemente não apenas no que se refere aos dispositivos de regulação da sexualidade, mas também no que diz respeito a outros pares presentes na cultura ocidental. O armário, usado na teoria como metáfora, funciona como um dispositivo de regulação da vida de gays, lésbicas e bissexuais, a partir do qual é possível discutir o que a autora chama de “cadeia metonímica de binarismos”. Binarismos estes com os quais nos deparamos a todo momento, que tentam dar conta das classificações dos mais diversos campos científicos existentes. São categorizações que tentam abarcar a realidade, mas, muitas das vezes, acabam engessando definições e dificultando a compreensão sobre aquilo que não se encaixa nesse quadro. Como exemplo de dualismos comuns temos público/privado, privacidade/exposição, conhecimento/ignorância, homossexual/heterossexual, masculino/feminino, maioria/minoria, natural/artificial, saúde/doença, mesmo/diferente, dentre outros.

Esse tipo de dualismo também se manifesta no espaço urbano, principalmente quando se discute o que é ou não cidade. Logo, é assim que as favelas acabam também sendo categorizadas a partir de dualismos que tentam, a todo tempo, dar conta de encará-las e defini-las como objetos de fácil compreensão, o que, podemos ver ao longo do trabalho, não é tão simples assim. Assim, são elas um exemplo claro de locais espacialmente injustos a partir do momento em que são encaradas, interpretadas e concebidas como não pertencentes à chamada cidade formal, ainda que haja leis que lhe classifiquem como tal. Se adentrarmos as favelas brasileiras e, em especial, as cariocas, nos depararemos com a figura da laje, que também nos leva a questionar categorizações pautadas em binarismos. Como bem pontuam Freire-Medeiros e Name (2019),

Se a definição dá conta dos aspectos técnicos, nem de longe consegue abarcar a pluralidade de usos que a laje permite e a diversidade de valores nela investidos, no contexto das favelas de altíssima densidade populacional” (p. 3).

No trabalho supracitado, os autores enfrentam empírica e conceitualmente aspectos do urbano brasileiro, dando origem aos primeiros traços do que poderia vir a ser uma epistemologia da laje. Nas favelas cariocas a laje pode ser usada para fins de lazer – brincadeiras, churrascos, eventos comemorativos –, cultos religiosos, pode ser o local que abriga a caixa d'água da residência, pode servir para a secagem de roupa, como jardim ou horta, criação de animais domésticos, pode ser um local de armazenamento daquilo que não cabe ou não está sendo útil dentro de casa, bem como pode figurar como palco eventual para músicos ou artistas, festas e bailes, atração turística, atividades físicas, dentre outros usos, que certamente aparecerão no último capítulo, o qual expõe alguns relatos de moradores da favela da Rocinha que possuem lajes e nelas já realizaram ou ainda realizam as mais diversas atividades.

A favela, ao mesmo tempo em que é concebida como não cidade, recebe estratégias de desenvolvimento que lhe são colocadas, onde toda essa chave do planejamento urbano é ofertado como caminho para que ela saia de uma condição supostamente precária de favela para um dia ser cidade. Percebemos assim, uma nova manifestação do discurso desenvolvimentista, onde se tem por objetivo traçar um caminho que culmine na forma máxima de desenvolvimento. Ou seja, deixar de estar em uma condição precária de habitação irregular para um dia ser uma habitação como outra qualquer da cidade. Mas ora, se a favela é sempre posta como a não cidade, ela jamais vai conseguir pegar esse caminho evolutivo, que acaba se revelando uma fraude também.

Nesse sentido, a laje é uma chave para romper com esses dualismos. Ela nos leva a pensar que, ao se revelar como algo que nem é público, nem privado, não é nem casa, nem rua, ela acaba sendo tudo isso. Assim, revela-se como um operador analítico, uma metáfora para se romper justamente com o que o decolonial quer romper, ou seja, com a associação sempre perversa entre o dualismo e evolucionismo. É por isso que assumimos que a favela é o outro da cidade. É ela o colonizado da cidade e, nesse sentido, a laje se revela como uma chave para melhor interpretarmos os espaços favelados.

Dessa forma, o aparato teórico trazido pelo bem viver se apresenta como uma referência importante do quadro analítico para que se possa olhar para a laje como uma possibilidade de investigação de um bem estar, de uma felicidade, de uma abertura de possibilidade de fazer o cotidiano ser melhor. No próximo capítulo serão

abordados os conceitos de paisagem e lugar no intuito de melhor compreender a laje dentro de sua geograficidade.

2 OS CONCEITOS DE PAISAGEM E LUGAR: UMA APROXIMAÇÃO TEÓRICA

Durante a reflexão a respeito de uma possível teorização da laje enquanto espaço passível de análise geográfica, elegeu-se dois conceitos próprios da geografia que ofereciam uma gama de possibilidades para melhor compreendermos a dinâmica dessa unidade: paisagem e lugar. O presente capítulo se dedica à análise da laje através desses dois conceitos, tão caros à ciência geográfica. Durante a realização de entrevistas com quatro famílias moradoras da favela da Rocinha, um dos temas abordados buscou captar a importância por eles atribuída à paisagem da favela observada a partir de suas lajes. Tentou-se captar nos relatos as sensações, emoções e a relevância trazidas pela contemplação/observação da paisagem a partir desses espaços. No que tange ao conceito de lugar, valeu-se da abordagem humanista, na qual aspectos como pertencimento e afetividade são valorizados e auxiliam na compreensão do espaço levando-se em conta as experiências pessoais de cada sujeito. Assim, se deu a partir do questionamento sobre experiências marcantes vivenciadas na laje, tenham sido elas de cunho positivo ou negativo.

2.1 O conceito de paisagem e sua relação com a laje

O conceito de paisagem se apresenta como um dos principais pilares sobre os quais se assenta a ciência geográfica, tendo possuído ampla trajetória desde a geografia clássica até as chamadas geografias pós-modernas. Name (2010), ao realizar ampla revisão bibliográfica sobre o conceito, aponta que embora ele não seja exclusivo da geografia, sempre se mostrou de extrema importância para a disciplina, o que lhe conferiu o papel de conceito-chave. Por ter tal relevância, discussões a seu respeito são constantemente realizadas. Como aponta Meneses (2002, in Name, 2010, p. 164), o termo paisagem é polissêmico, o que acaba contribuindo para que seja utilizado em larga escala como algo de sentido comum, lhe descontextualizando e banalizando.

Assim, Name, no trabalho supracitado, utiliza-se de uma linha do tempo tradicional, que partindo da geografia clássica, termina nas geografias pós-modernas,

no intuito de contextualizar as definições do conceito em cada um desses períodos (p. 165). É importante destacar ainda que, naquele trabalho o autor relaciona o conceito de paisagem com o de cultura, assumindo que ao longo de sua trajetória enquanto conceito, ambos estiveram intrinsecamente relacionados.

Na Geografia clássica, na qual tem-se os estudos de Vidal de la Blache, onde a paisagem acaba aparecendo através dos conceitos de gênero de vida e cultura, Name (2010) pontua que "La Blache se afasta de qualquer tentativa de determinação de leis universais para o estudo geográfico", ao estabelecer que cada gênero de vida possui uma localização única, o que corresponde a uma paisagem-tipo (p. 166 e 167). Assim, o termo paisagem em si acaba confundindo-se com região, que era muito mais central para La Blache. A paisagem acaba aparecendo de forma muito mais implícita na forma e na fisionomia das áreas estudadas. O autor pontua ainda que, neste momento, "o 'sujeito' que se relaciona com a paisagem é evidentemente um sujeito coletivo".

Já no momento em que surge a abordagem de Carl Sauer - início do século XX –, passe-se a criticar aquela geografia idiográfica e descritiva. Em A morfologia da paisagem (2012), o autor defende que a Geografia estude a paisagem, para ele sinônimo de "área". Como bem aponta Name (op. cit.),

Sauer, na verdade, carregava todas as contradições e ambiguidades do período em que viveu, o que de fato aumenta a complexidade de seu trabalho: diz estar interessado numa ciência positiva, [...] mas ao mesmo tempo admite que há um conteúdo subjetivo da paisagem, que vai além da ciência e que se define por qualidades estéticas; defende a descrição geral, mas aponta que a organização sistemática da paisagem se inicia com a recusa a priori de teorias a seu respeito; elogia a analogia orgânica, [...] mas recusa qualquer compromisso com a biogenética social (p. 168 e 169).

Nesse sentido, para Sauer, a paisagem seria formada "por uma área distinta de formas, ao mesmo tempo físicas e culturais" (p. 169). A partir disso, ele dividirá as paisagens em dois tipos: aquelas denominadas naturais, em oposição às chamadas de culturais. Aqui passamos a ter a cultura como conceito atrelado à paisagem, a partir do momento em que considera a geografia como ciência interessada no estudo das marcas deixadas pelo ser humano nas paisagens através de suas ações.

Avançando na história do pensamento geográfico, chegamos às geografias modernas, referentes às geografias quantitativa e crítica. Seus apontamentos desqualificavam a geografia tradicional, vista como ultrapassada, sob alegação de que

no mundo que se vivia, já não cabiam teorias que interpretavam o espaço de maneira tão particular e específica. O mundo, cada vez mais interligado, precisava de uma abordagem que levasse em conta tamanha integração nas esferas econômica e cultural. Nesse momento, a paisagem perde relevância e só vai reaparecer nos anos 1960, através da geografia humanista e 1970, sob uma abordagem marxista realizada por Yves Lacoste.

Os anos 1960 foram um momento de intensa contestação do cenário vigente, manifestada na cultura e na política. Neste contexto que na Academia se revelam apelos ao surgimento de uma geografia mais pautada na subjetividade. Como bem coloca Name (op. cit),

Tendo como suporte a fenomenologia, por vezes existencial, em um enfoque bastante particularista, a paisagem é avaliada pelo que se convencionou chamar de geografia humanista, a partir dos valores, das crenças, do gosto e das preferências, da visão de mundo, termos que substituem o conceito de cultura. Busca-se a análise da paisagem a partir de sua interação com pequenos grupos (o máximo no que diz respeito a um “sujeito coletivo”) e seus valores (p. 172).

Contudo, prossegue esclarecendo que

há que se ressaltar que a paisagem é um conceito de menor importância na geografia humanista – os debates intensos vão posteriormente fazer com que o “lugar” ganhe muito mais relevância e se torne a síntese de suas muitas vertentes de pensamento –, mas a pequena produção sobre a paisagem se destaca por ser diferente das discussões anteriores, sem que, para isso, expoentes como Sauer fossem atacados ou abandonados.

Já na última parte do trabalho supracitado, Name se dedica à paisagem e à cultura no contexto das geografias pós-modernas, no qual Augustin Berque, por exemplo, é um nome expressivo. Para ele, a paisagem é simultaneamente tanto marca quanto matriz, ou seja, ao mesmo tempo em que ela materializa as marcas deixadas por uma civilização em um determinado espaço e tempo, também cabe ser analisada enquanto percepção, concepção e ação, através da cultura (BERQUE, 2012, p. 239).

Assim, enquanto marca, "a paisagem pode e deve ser descrita e inventariada" (p. 240). Contudo, se só a percebemos por esse viés, nos distanciamos de seu aspecto sensível e, por conta disso, Berque afirma que

do ponto de vista da geografia cultural, [...] é preciso compreender a paisagem de dois modos: vista por um olhar, apreendida por uma consciência, valorizada por uma experiência, julgada e eventualmente reproduzida por uma estética e por uma moral, gerada por uma política etc; e, por outro, ela é matriz, ou seja, determina, em contrapartida, esse olhar,

essa consciência, essa experiência, essa estética, essa moral, essa política etc (p. 240).

Cabral (2000) através da abordagem da geografia humanista, dedica-se à reflexão sobre a paisagem enquanto fenômeno vivido. Dessa forma, a subjetividade presente nas interações humanas ganha papel central na compreensão dos fenômenos ocorrentes no espaço. Sob essa perspectiva, assume-se que a paisagem terá diferentes significados de acordo com o olhar de quem a interpreta. Portanto, ela será levada em conta tanto enquanto campo de visibilidade quando de significação individual e sócio-cultural. O autor pontua que, de acordo com a abordagem humanista, deve-se levar em conta o envolvimento do pesquisador com o objeto, o que, na verdade, acaba se confirmando a partir da escolha da lente presente nas construções de favela como objeto central, visto a motivação pessoal da autora do presente trabalho.

Holzer (1992, in CABRAL, 2000), afirma que a geografia humanista surge a partir do empenho de geógrafos e geógrafas históricos e culturalistas, que dos anos 1970 em diante interessam-se por temáticas centradas na subjetividade das relações humanas com o ambiente, valendo-se ainda de contribuições de campos como a antropologia, psicologia e sociologia (p. 35 e 36). No que se refere ao aporte filosófico, tem-se na fenomenologia existencialista a valorização do indivíduo e de sua subjetividade enquanto fonte de conhecimento. Na mesma direção, Yi-fu Tuan (1982, in CABRAL, 2000) aponta a geografia humanista como aquela que "reflete sobre os fenômenos geográficos a fim de melhor entender o homem e sua condição."

A paisagem, que surge a partir da composição do mundo como uma cena, é comumente definida através do que se percebe pela visão. Contudo, é importante ter em mente que sua percepção não deve se limitar a esse aspecto sensorial, mas também à atribuição de sentido(s). Assim, como esclarece Cabral (op. cit.) ao citar Ronai (1976), "não existe um olhar virgem, espontâneo, inocente. O olhar não é somente exercício de um sentido (a visão), ele é também a produção de sentido (significação)." Dessa forma, pode-se concluir que a paisagem que se percebe é também uma paisagem que se constrói.

Por isso mesmo, concorda-se com o autor supracitado quando este pontua que

a paisagem não pode ser considerada isoladamente e nem ser dissociada do sujeito que a vivencia. Sob uma perspectiva humanista é preciso deslocar a atenção do objeto externo para os processos que ocorrem com os sujeitos que interagem com a paisagem. Não no sentido de determinar com precisão

as forças físicas e psíquicas envolvidas, mas de descrever e analisar a maneira pela qual eles partilham essas relações existenciais com o entorno (p. 38 e 39).

Neste trabalho, portanto, assume-se a concepção de paisagem que a encara como algo subjetivamente e culturalmente construído, levando-se em conta a relação pessoal de sujeitos na leitura e interpretação de determinadas paisagens – aqui, no caso, a paisagem da favela vista e percebida a partir da laje.

Para Souza (2013, p. 46), “a paisagem é uma *forma*, uma *aparência*. O conteúdo ‘por trás’ da paisagem pode estar em consonância ou em contradição com essa forma e com o que ela, por hábito ou ideologia, nos ‘sugere.” Assim, quem olha a paisagem da favela diretamente “do asfalto” não é capaz de captar as particularidades e as relações existentes entre aqueles que a habitam e destes com o espaço em si. Sua contemplação externa é dotada de uma subjetividade própria, que não encara o espaço favelado da mesma forma que a população local. Souza pontua também que como a paisagem se apresenta, a primeira vista, como uma aparência, é positivo desconfiarmos do que ela revela em um primeiro momento. A partir dessa desconfiança, “buscar interpretá-la ou decodificá-la à luz das relações entre forma e conteúdo, aparência e essência” (p. 49) é tarefa conveniente e extremamente válida.

No que concerne às entrevistas realizadas nesta pesquisa, quando indagados sobre a vista que possuem em suas lajes e se têm o hábito de contemplar a paisagem durante algum período de seu dia, as respostas dadas foram enfáticas ao destacarem aspectos positivos e adjetivos como “maravilhosa”, “relaxante”, “desestressante”, “linda”, “chique”, dentre outros. Podemos mencionar ainda os sons e cheiros percebidos durante determinados momentos, uma vez que, por exemplo, no dia de realização de uma das entrevistas comemorava-se o dia das mães, com diversas lajes tocando música alta, pessoas conversando, além do cheiro característico proveniente dos churrascos realizados no entorno. Assim, para além do aspecto do visível, constitui-se toda uma aura relacionada à paisagem também através de cheiros e sons, que manifestam no morador sentimentos específicos sobre os espaços denominados laje.

No caso da família Andrade, a ampla visão que possuem da favela (foto 1) diretamente de sua laje foi determinante para a escolha do espaço como cenário de gravação de um programa do Canal GNT.

G. – Eles [produção do programa] disseram por que queriam especificamente o espaço de vocês?

K.A. – O motivo mesmo é porque meu pai conhecia o Batista, que é o cozinheiro assistente do Claude. Ele mora a vida inteira na Rocinha. Ele mora ainda na Rocinha e a ideia do programa na TV era fazer o Natal e o Ano Novo na casa do Batista. Como o Batista, eu acho, não tem uma laje, usaram uma laje do meu pai para dizer que era a laje dele.

Foto 1 – Gravação de programa de TV na laje da família Andrade.



Fonte: Acervo pessoal da família, gentilmente cedida, 2017.

Assim, percebemos a escolha da laje como um espaço carregado de significado e atrelado diretamente à história de vida de uma espécie de personagem, como é Batista. Para reforçar sua origem, foi imprescindível que a laje aparecesse, com a favela como pano de fundo, somada a uma decoração que remetesse a esse tipo de espaço. Logo, pode-se assumir que a leitura que se faz da laje vem intimamente associada à cultura de determinado grupo ou indivíduo. Como destaca a foto 2, podemos observar a visão que se tem da laje durante o dia e a dimensão da abrangência visual oferecida a partir desse espaço.

Foto 2 – Visão a partir da laje da família Andrade.



Fonte: A autora, 2019.

Já na fala de Mirela, percebemos até mesmo certo orgulho, já que ela menciona fazer questão de levar em sua laje pessoas que nunca estiveram em uma favela, como estrangeiros que conheceu em dois intercâmbios realizados anos atrás.

A vista é linda! Sempre paro para olhar. Ainda mais quando o pôr do sol de verão aparece. É lindo demais! Sempre tiro foto. Como morei na Alemanha um ano e no Canadá seis meses, sempre fiz amigos de fora do Brasil. Aí quando eles vêm para o Brasil, sempre rola aquela visita na laje, porque eles sempre acabam querendo conhecer onde eu moro.

É comum, atualmente, a realização de festas pagas que usem a laje como um cenário ideal para a contemplação da paisagem da favela, somada às belezas naturais do entorno. Na favela do Vidigal, por exemplo, o Mirante do Arvrão e o Bar da Laje, conhecidos estabelecimentos comerciais localizados na parte mais alta do morro, atraem principalmente pessoas de fora da comunidade nos mais diversos eventos que realizam. É perceptível, em uma rápida visita a um dos eventos, que os preços praticados nesses locais, tanto no que diz respeito ao acesso, quanto ao consumo, acabam tornando esses espaços excludentes para a população local. Alguns serviços, como *transfer* de vans que saem do Leblon em direção ao Vidigal, deixam claro o alto índice de frequentadores que não residem na favela. Em praticamente todos os *flyers* de divulgação de eventos ou dos locais em si (fotos 3, 4 e 5) há o uso de fotografias que captam a visão que se tem a partir do mirante que,

nada mais é, do que uma espécie de laje. Nas legendas das fotos postadas na *fanpage* do Mirante do Arvrão, inclusive, faz-se alusão à paisagem que pode ser observada, ao afirmar-se que se trata "do melhor camarote do Rio, com uma vista incrível e única." Tal fato confirma a mercantilização da paisagem, que passa a agregar valor comercial a determinados espaços desenvolvidos nos últimos anos em favelas cariocas.

Foto 3 – Flyer de divulgação de eventos no Mirante do Arvrão, Vidigal

(a)



(b)



Fonte: Divulgação em *fanpage* do Facebook, divulgação, 2019

Foto 4 – Vista do Mirante do Anvrão
(a)



(b)



Nota: A foto da esquerda possuía a seguinte legenda: “Um bar que vc não precisa beber muito pra ficar alto.”

Fonte: Divulgação em fanpage do Facebook, 2019.

Foto 5 – Bar da Laje



Fonte: Divulgação em fanpage do Facebook, 2019.

Na Rocinha, a mesma lógica é aplicada no recém inaugurado Mirante Rocinha, onde as fotos de divulgação quase sempre contam com a Lagoa Rodrigo de Freitas ao fundo. Novamente, os preços praticados no local fogem da realidade da maior parte dos moradores locais, o que nos leva, mais uma vez, a refletir sobre a mercantilização

da paisagem e a forma como tais espaços são apropriados sob viés econômico, que, muitas das vezes, exclui ou limita aqueles que residem no local.

2.2 O conceito de lugar e sua relação com a laje

Atualmente, nos deparamos com o uso do termo “lugar” de forma recorrente em conversas cotidianas, para nos referirmos a uma localidade qualquer, a uma área específica ou mais abrangente. Independente dos mais variados usos do termo, aqui nos interessa aquele que conceitua o termo a partir da década de 1970 como “um espaço percebido e vivido, dotado de significado” (SOUZA, 2013, p. 114). A dimensão cultural-simbólica ganha papel central e, a partir dela, despontam “as identidades, a intersubjetividade e as trocas simbólicas por trás da construção de imagens e sentidos dos lugares enquanto espacialidades vividas e percebidas, dotadas de significado” (op. cit.). Tal concepção dará origem ao que Tuan chama de topofilia (1980), termo muito presente nos debates realizados pela geografia humanista.

Cabe pontuar também que em um momento repleto de questões postas pelo fenômeno da globalização, onde discursos sobre homogeneização do espaço se contrapõem aos de singularização, o lugar apresenta potencial para ampliar debates e caminhos através dos quais se pode compreender um mundo que, ao mesmo tempo em que se diz unificado, se fragmenta em um ritmo acelerado. Nesse sentido que Ferreira (2000) afirma que “o conceito de lugar, adquire, deste modo, para a Geografia Humanista, um papel central, visto que é através dele que se articulam as experiências e vivências do espaço” (p. 67). Por conta disso, o conceito se manifestará a partir da nossa vivência e familiaridade com o espaço. Souza (2013) defende que os lugares não devem ser encarados como “coisas”, pois “só existem enquanto durarem as relações sociais das quais são projeções especializadas” (p. 117). Assim, de acordo com o autor, se retiramos os sentimentos e as imagens que se produzem e reproduzem nos discursos, resta apenas o substrato material, pois perde-se o que confere ao lugar o *status* de lugar.

Tendo isso em mente, quando olhamos para a laje como um espaço passível de congregar diversos usos e, conseqüentemente, significados para aqueles que a possuem e dela se utilizam, podemos concebê-la como um lugar, uma vez que

desperta não só sentimentos e sensações, como acaba também representando aspirações e conquistas que nortearam – e, em certa medida, ainda norteiam – a conquista por uma melhoria de vida, não apenas no âmbito material, mas também afetivo/emocional.

Durante as entrevistas realizadas com as famílias, já em um momento final, pedia-se que o(a) entrevistado(a) mencionasse a lembrança mais marcante que possuía sobre um fato que tivesse ocorrido em sua laje. Tal ponto representou uma tentativa de captar, ainda que de forma breve, momentos que expusessem a relevância emocional que o espaço da laje desempenhava na vida da família. Vale destacar que a pergunta deixava margem para que fossem citados momentos tanto positivos quanto negativos, o que, de fato, acabou ocorrendo.

Mirela mencionou sem hesitar as lembranças de sua adolescência, quando dançava em um grupo de valsa que se apresentava em festas de debutantes.

O período em que eu dançava em festas de 15 anos com o grupo de valsa foi bem marcante porque, às vezes, quando não tínhamos lugar para ensaiar ou precisávamos de ensaios extras, todos iam ensaiar na laje da minha casa. Então, essa época me proporciona lembranças muito positivas porque passava muito tempo na laje com o pessoal da valsa.

A comemoração do casamento de Lucio e Joana Andrade foi por ele mencionado como a lembrança mais marcante relacionada à laje da família. Como afirma Lucio: “A laje estava muito bem arrumada, muito bonita e cheia. Cheia, que você não podia andar. Ficou muito bonita, a laje ficou muito bem feita. Cheguei aqui, vi a laje cheia, fiquei doidinho. Essa foi bem chocante mesmo. Era gente demais”. Por serem uma família muito numerosa, repleta de membros que migraram da Paraíba para o Rio de Janeiro em décadas passadas, os Andrade atribuem à laje um significado que tem muita relação com o preenchimento do espaço com o maior número possível de pessoas. Percebe-se que os membros dessa família gostam de utilizar a laje frequentemente, independente de haver um motivo específico para comemoração. Inclusive, possuem um grupo no aplicativo Whatsapp denominado “Laje da família”, onde combinam os encontros e convidam uns aos outros para churrascos, aniversários, etc. Tal exemplo ilustra bem o que Ferreira (2000) pontua, ao afirmar que “lugares seriam, portanto, pontos de encontros de redes de relações sociais, movimentos e comunicações cujas relações recíprocas tenham sido construídas em escala muito maior do que aquelas definidas para o lugar naquele momento” (p. 75).

Na família Alves, os aniversários protagonizam as memórias apontadas como mais positivas. Samuel, por exemplo, relata ter comemorado o aniversário do filho até os 14 anos de idade, além de um final de semana inteiro de realização de uma feijoada na qual celebrou seus 38 anos. Edson, no entanto, também acabou destacando uma lembrança de cunho negativo, ao narrar um episódio traumático vivenciado por sua família anos atrás.

E. – Eu também tenho uma história que ficou marcante, história triste que aconteceu aqui na laje também. Foi na Copa do Mundo, que aconteceu um acidente com meu irmão. Foi quando os bandidos vieram, que ele se envolveu, aconteceu tudo. Então a Copa do Mundo... Todo mundo vendo o jogo, foi quando aconteceu tudo. Tem mais de 20 anos.

Na família Mota também houve menção a momentos tensos, onde ficou evidente a apreensão e o medo envolvidos nos episódios. Em decorrência de eventos de fortes chuvas, a família, que chegou na localidade onde atualmente reside anos atrás, quando havia poucas construções na área, vivenciou problemas típicos de épocas chuvosas em áreas de risco do município do Rio de Janeiro.

C. – A que me chocou mais? Foi um muro que desceu muito pesado para cima da laje e ele [Leonardo] vinha quase junto.

L. – Aqui atrás existia um muro e não tinha outra construção. Então, toda vez que chovia, a gente tinha medo, porque a água da chuva acumulava na laje e descia para nossa casa. Chovia lá fora e quase que dentro de casa. Então quando estava chovendo era um momento de apreensão. Eu não dormia, meu pai não dormia. Tinha que ficar vigiando e com medo, porque lá em cima tinha um muro, tinha um barranco enorme. Então todo mundo tinha medo e não via a hora do vizinho chegar aqui e fazer a obra dele. Aí o cidadão foi lá, fez uma obra malfeita, bateu uma chuva daquelas, derrubou um muro em cima da obra dele. E, nesse momento que o pai está falando, foi o momento que eu corri para lá para saber o que tinha acontecido e, nesse mesmo momento, quando meu pai chegou lá, viu o muro descendo e a imagem que ele tinha é que eu tinha descido junto. E a imagem que eu tinha vendo minha mãe aqui, minhas irmãs, dormindo, é que tinha quebrado tudo lá para baixo. Então foi choque. Essa memória marcou mesmo, foi pesada. A mãe chorava. Juntando com essa memória junta outra que foi a do dia que alagou aqui atrás, que ele desceu para ajudar também e a mãe chorando, pensando que o prédio ia cair. A água da CEDAE arrombou um cano que cabia uma pessoa em pé embaixo da estrutura do prédio.

Em contrapartida, quando perguntados sobre experiências marcantes vivenciadas em sua laje, cada membro da família Mota se sentiu à vontade para apontar um momento, indo desde a comemoração de formatura da filha mais nova, Amanda, até a própria construção da casa da filha do meio, Karoline, que segundo seu marido, Carlos, refletiu uma grande união entre familiares e amigos para a realização das obras, principalmente após o abandono dos profissionais envolvidos

até determinada etapa. Claudio, o patriarca, afirma ainda que a melhor experiência é chegar à laje e ver “aquele visual bonito”, olhar “para baixo agradecendo a Deus” por ter chegado até ali. Seu filho, Leonardo, reforça tal visão ao dizer que: “A parte boa é quando a gente sobe as escadas, que você olha para aquilo que você era. Era impossível você chegar lá. E quando você chega lá na laje, aquilo ali representa uma conquista”. E prossegue:

Aí, quando a gente sobe e vê o que conquistou, olha para a vista e [vê] que você abriu mão de muita coisa, mas que valeu a pena... Essa é a sensação que eu tenho. Saber que eu consegui o que parecia impossível. É um sentimento de gratidão, primeiramente a Deus, por ter saúde e conseguir. A gente nasceu ruim na vida, já nasceu de má sorte, porque nasceu pobre e sem nada.

Leonardo chega, inclusive, a narrar certa angústia e medo durante o processo de construção da atual residência da família, o que revela a importância dada à realização de um projeto que vinha há tantos anos demandando esforços consideráveis tanto de cunho financeiro, quanto emocional por parte da família. Como ele bem nos relata,

Acho que um dos meus maiores medos, [era que] eu me sentia como se nunca fosse terminar aqui, nunca fosse fazer. Eu sempre ficava com muito medo disso. E aí, quando a gente olhava para o terreno e olhava para o céu, não é, pai? Fazendo o buraco e olhando para o céu. Será que um dia a gente termina? [...] Antes eu tinha medo, porque antes a gente nem morava aqui. Antes a gente chegava, via aquela obra fechada, tampada com tábua de 30 e olhava só o ponto da casa. Aí ficava imaginando lá a cobertura, ficava imaginando a laje. “Ah, minha laje. Uma churrasqueira para comer um churrasco.”

Claudio atribui o sucesso de sua família também a determinados valores que vigoram entre eles, como, por exemplo, a união. Segundo ele, “onde tem aquela briga em família, nada constrói, nada dá certo”. Por isso mesmo, é consenso entre os membros da família que sua laje se torna especial na medida em que se revela como o espaço no qual eles reafirmam seus laços através de práticas cotidianas e em momentos de celebração. Sem tal união e afetividade, a família afirma que talvez fosse impossível ter conseguido chegar até onde estão. Eles esclarecem ainda que não é o espaço físico da laje que torna seu imóvel mais valioso, mas sim o uso que lhe atribuem, o valor afetivo que dão a ela.

É um milagre você conseguir fazer uma casa desse tamanho aqui. O que torna melhor não é os dois ambientes [casa mais laje] juntos. É o valor que você dá ao ambiente. Porque, por exemplo, tem um vizinho aqui que ele tem uma laje maravilhosa, mas eu não vejo... Não tem amigo, não tem... Ele tem uma laje maravilhosa, tem uma churrasqueira, tudo no granito. Nunca acontece nada lá. É feriado, é réveillon, é aniversário da esposa, do filho, do

papagaio, está lá o cara [sozinho]. Só para ter mesmo. Eu posso ter a melhor casa do mundo, posso ser rico, mas não poder gastar dinheiro? Para que eu quero dinheiro?

Vemos, dessa forma, a relevância que a laje possui quando analisada sob o aparato teórico oferecido pelos conceitos de paisagem e lugar, tão importantes para a Geografia, bem como a gama de possibilidades que possui enquanto objeto de estudo. Os relatos aqui apresentados, colhidos durante as entrevistas, exemplificaram bem aspectos próprios de cada conceito, com os quais nos deparamos durante o levantamento bibliográfico realizado. O próximo capítulo terá por foco o próprio processo de conquista e construção dos espaços determinados como laje na história de cada família, visando a captar seus múltiplos usos, estratégias implantadas para sua conclusão, além de dificuldades e percalços encarados ao longo do processo.

3 CHEGAMOS À ROCINHA E SUBIMOS (N)A LAJE: SEJA BEM VINDO(A) E APROVEITE

Nos capítulos anteriores desvendamos a laje como um objeto passível de análise geográfica, a partir de uma visão que a revela como algo muito mais complexo do que, à primeira vista, nos parece. Partindo de um ponto de vista que traçou um caminho epistemológico para a laje; e, a partir da teoria decolonial, confrontando uma abordagem etnocêntrica que valoriza dualismos conjugados a evolucionismos – nos quais, está claro, a laje não se enquadra – passamos pela concepção da laje também a partir de dois conceitos muito caros à ciência geográfica: paisagem e lugar. Definimos a trajetória de ambos os conceitos para, em seguida, podermos expor como eles se manifestam nas histórias de vida dos moradores entrevistados através de suas lajes, tarefa a ser realizada neste capítulo.

Tendo isso em vista, é chegada a hora de aqui reproduzir as vivências que ilustram a importância e o significado que a laje manifesta na vida daqueles que a possuem. O objetivo do presente capítulo é trazer à tona experiências e relatos que nos mostrem a riqueza de usos e sentidos que a laje pode vir a ter, reforçando, assim, a necessidade e a importância de pensá-la e concebê-la como um espaço dotado de significado, que muito pode oferecer ao incremento do bem estar do morador. Dessa forma, no presente capítulo apresentaremos falas que ilustram as mais diversas dimensões e usos da laje, confirmando o que foi debatido no início do trabalho, quando ao tentamos decifrar o que seria a laje, de fato, abordamos a chamada epistemologia da laje proposta por Freire-Medeiros e Name (2019).

Ao longo da pesquisa foram realizadas quatro entrevistas com proprietários de imóveis nos quais havia uma laje. O objetivo da realização das entrevistas foi refletir sobre o(s) significado(s) de suas lajes para cada entrevistado e os esforços levantados em sua construção, visando a captar a percepção desses espaços como oferecedores de melhora de qualidade de vida em uma favela de grande porte como a Rocinha. Assim, o foco das entrevistas foi, primeiramente, apreender nos relatos a forma como se deu o processo de construção da laje, que na maior parte das vezes, mostrou-se como algo contínuo, que durou muitos anos e demandou recursos financeiros advindos de sacrifícios feitos pelo núcleo familiar para o investimento na obra.

Tal ponto foi essencial para termos em mente o caráter impermanente e inacabado da laje, uma vez que o morador demonstrou ter consciência de que ela não está(va) finalizada e que há a possibilidade de que, futuramente, ela sofra modificações e dê origem a novos pavimentos, imóveis ou usos até então inexistentes – e até mesmo a novas lajes. Podemos dizer que todos os entrevistados dedicaram anos à construção dos espaços que hoje chamam de laje e que contaram, majoritariamente, com mão de obra própria ou, no máximo, de familiares e amigos, na realização dos trabalhos. Mão de obra qualificada era contratada em menor medida, até porque os recursos eram escassos e, muitas das vezes, os próprios moradores acabavam aprendendo técnicas de construção, passando, então, eles mesmos a realizarem os serviços.

Além dos aspectos materiais que envolveram a construção da laje, tentamos também, através das entrevistas, captar sentimentos, sensações e percepções pessoais sobre a laje de cada um dos entrevistados. É nesse sentido que algumas perguntas visavam a captar aspectos referentes à afetividade dos moradores no que diz respeito às suas lajes, seus mais diversos usos, e a importância da contemplação da paisagem enquanto prática que lhes trouxesse emoções as mais variadas. Assim, questionamentos sobre os eventos considerados relevantes e/ou marcantes, negativa ou positivamente, que se desenvolveram ou ainda se desenvolvem nesses espaços, ou momentos reservados à apreciação da paisagem, por exemplo, foram um dos pontos abordados nas entrevistas.

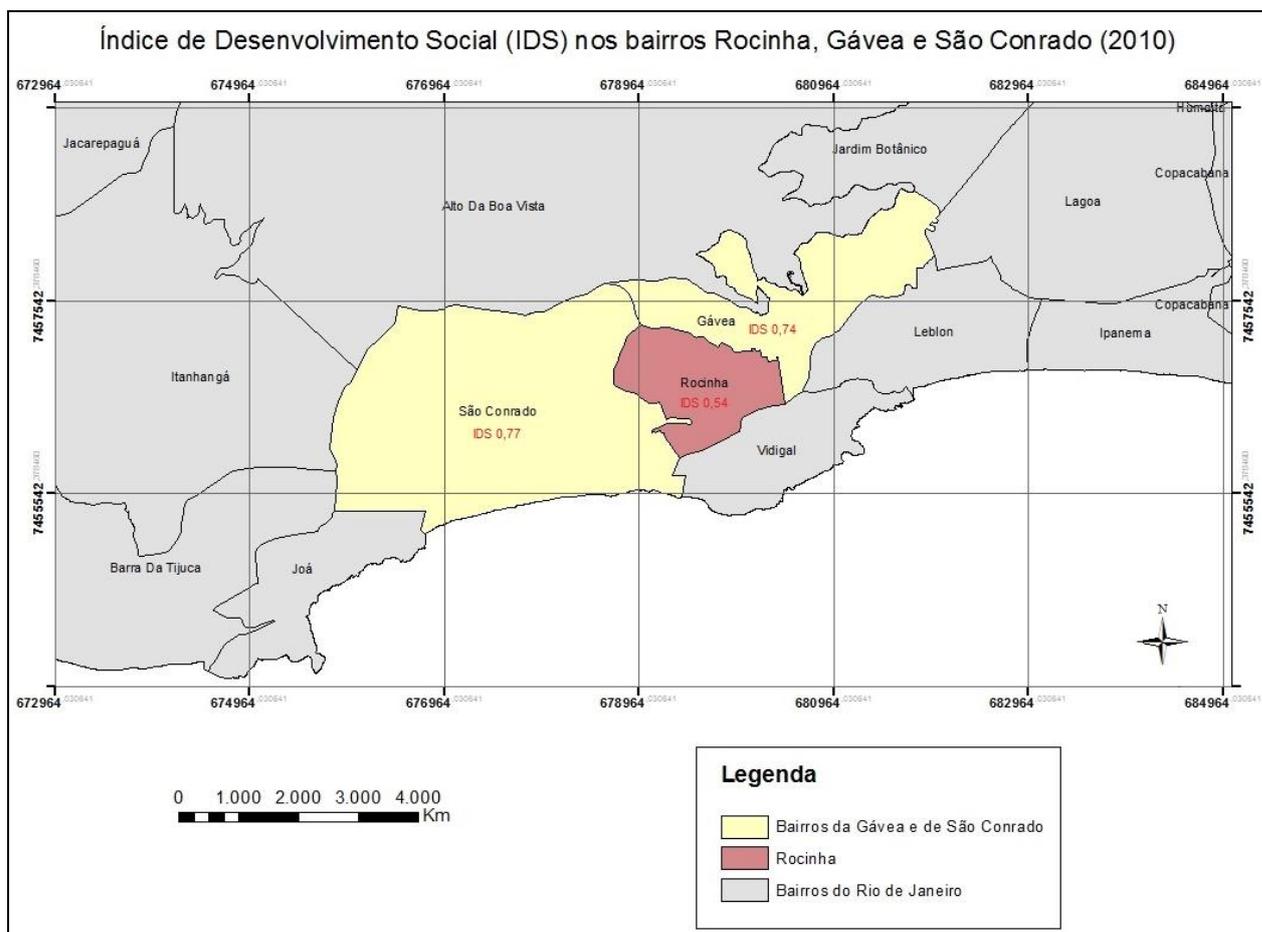
Embora o trabalho venha debatendo uma unidade espacial comum às favelas cariocas, nosso recorte espacial se limitou à favela da Rocinha. Dessa forma, sabendo que a referida favela apresenta toda uma dinâmica e complexidade próprias, até mesmo por conta de seu tamanho, caberá também neste capítulo expor dados a seu respeito, revelados principalmente nos últimos censos e levantamentos realizados pelo governo, no intuito de contextualizarmos o ambiente onde estão presentes as lajes sobre as quais nos detivemos no trabalho.

3.1 Subindo o morro: chegamos à favela da Rocinha

Possuindo localização estratégica – em uma das principais vias que ligam a Zona Sul à Barra da Tijuca, bairro da Zona Oeste carioca – a Rocinha é cercada por dois bairros de alto Índice de Desenvolvimento Social (IDS): Gávea e São Conrado (mapa 2). Enquanto o primeiro apresenta um IDS na ordem de 0,74 e o segundo 0,77, a Rocinha possui um índice de 0,54 (IPP, 2010). Comparando-a aos demais bairros do município, a Rocinha faz parte do grupo que apresenta os piores índices, composto pelos bairros Jacarezinho, Complexo do Alemão, Vigário Geral, Acari, Barros Filho, Vargem Grande, Vargem Pequena, Santa Cruz, Sepetiba, Barra de Guaratiba e Guaratiba (além da própria Rocinha). Tais bairros apresentam IDS igual ou inferior ao da Rocinha.

O IDS foi inspirado no conhecido Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que já é utilizado desde a década de 1990 pela Organização das Nações Unidas (ONU) como índice comparativo entre diversos países do mundo a respeito de sua taxa de desenvolvimento. Seguindo essa linha, tem como finalidade medir o grau de desenvolvimento social de uma determinada área geográfica em comparação com outras de mesma natureza. Para os fins deste estudo, utilizamos o IDS referente aos bairros do município do Rio de Janeiro, dado fornecido pelo Instituto Pereira Passos no ano de 2010.

Mapa 2 – IDS nos bairros Rocinha, Gávea e São Conrado (2010).



Fonte: Elaborado pela autora, 2014. Dados: IPP.

Tendo como ponto de partida os dados dos censos demográficos realizados pelo IBGE em 2000 e 2010, o IDS é composto por oito indicadores, a saber: 1) percentual de domicílios particulares permanentes com serviço de abastecimento de água adequado; 2) percentual de domicílios particulares permanentes com serviço de esgoto adequado; 3) percentual de domicílios particulares permanentes com serviço de coleta de lixo adequado; 4) banheiros por moradores; 5) percentual de analfabetismo de 10 a 14 anos; 6) rendimento médio dos responsáveis, que têm rendimento, pelos domicílios em salários mínimos; 7) percentual dos responsáveis por domicílios, que têm rendimento, com rendimento até dois salários mínimos; 8) percentual dos responsáveis por domicílios, que têm rendimento, com rendimento igual ou superior a 10 salários mínimos. Na tabela 2 é possível comparar os indicadores da Rocinha e dos dois bairros em seu entorno, São Conrado e Gávea.

Quadro 3 – Comparação do IDS e seus indicadores entre os bairros Rocinha, Gávea e São Conrado (2010)

Bairros	IDS	% de domicílios particulares permanentes com serviço de abastecimento de água adequado	% de domicílios particulares permanentes com serviço de esgoto adequado	% de domicílios particulares permanentes com serviço de coleta de lixo adequado	Banheiros por moradores	% de analfabetismo de 10 a 14 anos	Rendimento médio dos responsáveis que têm rendimento, pelos domicílios em salários mínimos	% dos responsáveis por domicílios, que têm rendimento, com rendimento até dois salários mínimos	% dos responsáveis por domicílios, que têm rendimento, com rendimento igual ou superior a 10 salários mínimos
Rocinha	0,54	98,69	85,43	98,23	0,37	3,46	1,56	85,07	0,14
São Conrado	0,77	98,68	98,63	99,97	1,03	0,46	19,04	15,09	54,17
Gávea	0,74	99,94	99,86	100,00	0,97	0,69	13,11	13,05	43,87

Fonte: IPP-Rio (2012).

Ao analisarmos a tabela, fica clara a disparidade entre os três bairros analisados. Ainda que muito próximos fisicamente, as desigualdades manifestadas nos dados nos revelam justamente a presença de padrões espaciais desiguais, que culminam em uma pior qualidade de vida e de bem estar dos moradores que vivem na Rocinha.

A taxa de analfabetismo entre jovens de 10 a 14 anos é quase oito vezes maior na Rocinha do que em São Conrado e cinco vezes maior do que na Gávea. Enquanto o rendimento médio dos responsáveis por domicílios na Rocinha chegava a um salário mínimo e meio em 2010, em São Conrado e na Gávea atingiam uma média de 19 e 13 salários mínimos, respectivamente. Cabe esclarecer que a variável “percentual de domicílios particulares permanentes com serviço de coleta de lixo adequado” só alcança a taxa de quase 100% na Rocinha porque considera tanto o lixo coletado diretamente por serviço de limpeza como aquele depositado pelo morador em caçamba em via pública (foto 6), onde só então será coletado pela empresa responsável pela realização do serviço.

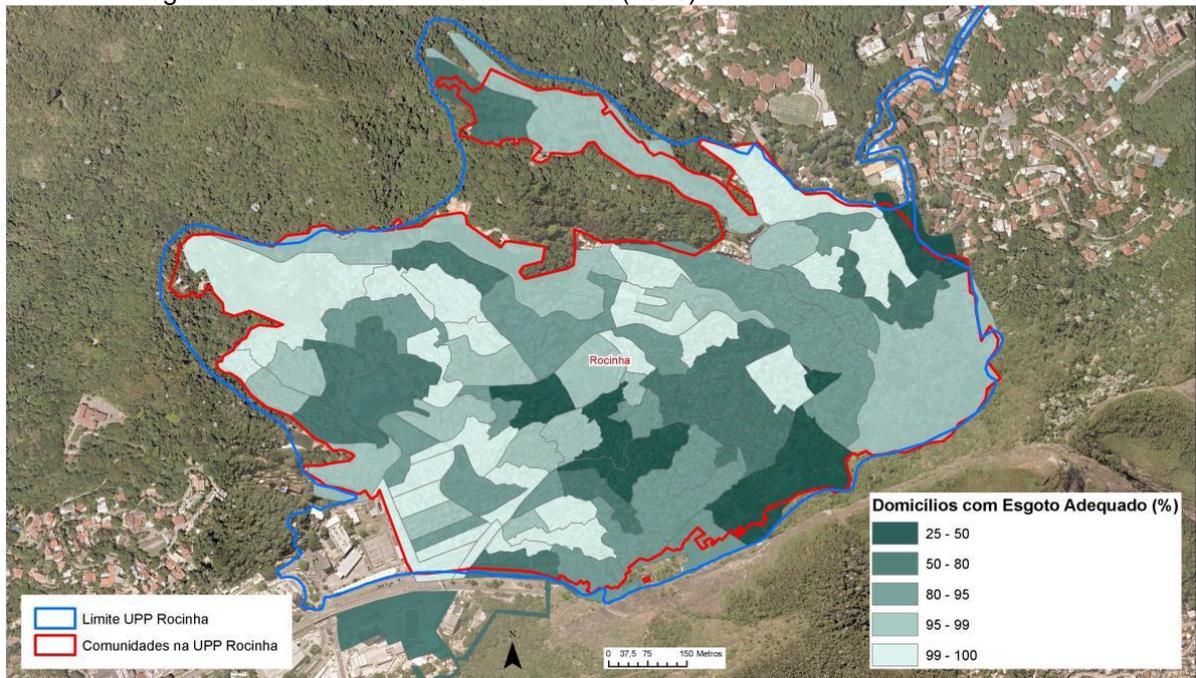
Foto 6 – Pontos de coleta de lixo na Estrada da Gávea, Rocinha.



Fonte: A autora 2014.

Em relatório divulgado em 2014, o IPP esclarece que os dados referem-se à cobertura dos serviços de abastecimento de água, esgoto sanitário e coleta de lixo, não apontando, portanto, a qualidade de tais serviços. Aspectos como frequência de coleta de lixo e as condições físicas dos pontos de coleta, ou intermitência de fornecimento de água não foram contemplados. Da mesma forma, o esgotamento sanitário adequado referia-se aos domicílios conectados à rede geral de esgoto ou à rede pluvial. O acesso era classificado como inadequado quando não enquadrado nessas duas categorias, mas em fossas rudimentares, valas, diretamente no mato ou encosta, etc. O relatório chama atenção ainda para o número de domicílios da Rocinha que não têm acesso à rede geral ou fossa séptica. O número de 3.241 domicílios representa 16% do total. O mapa 2 demonstra a distribuição espacial do acesso a esgotamento considerado adequado na Rocinha. Nele podemos ver que o serviço varia bastante entre uma localidade e outra, com áreas onde o acesso ultrapassa os 90%, ao mesmo tempo em que, em outras áreas apenas 25% dos domicílios possuem acesso ao esgoto de forma adequada.

Mapa 3 – Percentual de domicílios particulares permanentes com acesso a esgotamento adequado segundo setores censitários da Rocinha (2010).

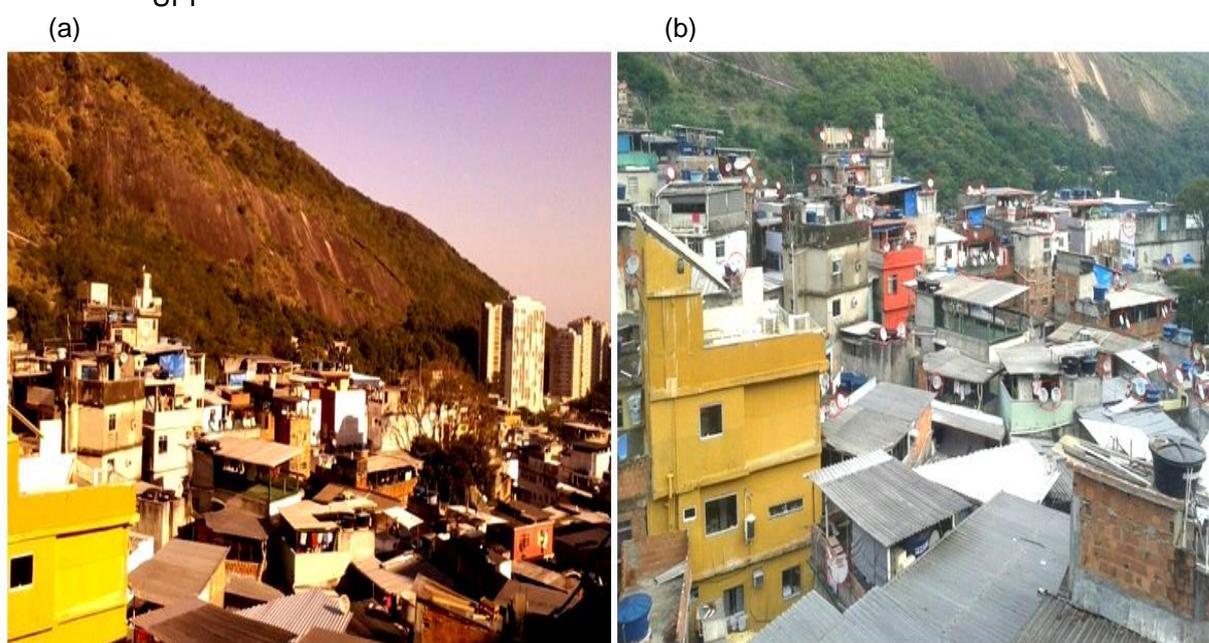


Em 2011 com a implantação de uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), havia certa expectativa, por parte da população, de que a preocupação do poder público com a melhoria na oferta de tais serviços aconteceria, e não apenas a retomada do território favela pelas mãos do Estado, através da ocupação policial permanente. Em trabalho anterior (DUARTE, 2015) apontei minha suspeita de que a UPP da Rocinha teria como um de seus efeitos (embora não tenha sido seu objetivo principal) a preparação do território para o capital comercial, que, àquela época já percebia o potencial consumidor de uma favela com dimensões tais como as da Rocinha e os lucros que poderiam ser obtidos quando se passa a gozar da segurança patrimonial e jurídica que antes não ocorria nessas localidades. Um dos serviços que mais rapidamente explorou o novo mercado disponível foi o de TV a cabo.

As imagens da foto 7 comparam dois momentos distintos: a presença de antenas de TV a cabo nas lajes de algumas casas antes da ocupação policial (e da presença massiva das empresas de TV a cabo) e um tempo depois, nos primeiros meses após a chegada da polícia. Ambas as imagens nos permitem observar a laje enquanto local de expressão de mudanças ocorrentes na favela. Bastava observar a paisagem para visualizar a quantidade de antenas presentes nas lajes, demonstrando que um serviço específico estava se popularizando na favela. O crescimento notável de estabelecimentos comerciais e de franquias e lojas de varejo nos anos decorrentes,

além do crescimento nos valores dos imóveis (tanto para aluguel, quanto para compra e venda), apenas confirmou tais suspeitas surgidas em 2011. À época o poder de consumo havia aumentado e, percebendo isso, houve cada vez mais a exploração desse potencial consumidor por serviços privados que chegavam à favela. Cabe ressaltar, no entanto, que esse movimento retrocedeu conforme o país foi vivenciando um contexto de crise, o que acabou impactando o crescimento e a permanência de alguns serviços na Rocinha.

Foto 7 – Lajes com baixa presença de antenas de TV a cabo em 2011, antes e depois da chegada da UPP



Fonte: A autora, 2014.

Ainda assim, no que se refere aos demais serviços¹⁰ privados existentes na referida favela, estes sempre foram um aspecto destacado e valorizado por seus moradores, que costumam dizer que “não é preciso sair da Rocinha para nada.” Freire-Medeiros (2010) destaca que a distribuição desses serviços não é homogênea, existindo grande disparidade entre diferentes localidades da favela no que tange ao

¹⁰ Incluindo-se aqui bancos, salões de beleza, mercados, casas lotéricas, lanchonetes, restaurantes, clínicas médicas, odontológicas e veterinárias, imobiliárias, lojas de material de construção, academias, curso de idiomas, agências de viagem, lojas de vestuário, lojas de varejo e os mais diversos estabelecimentos comerciais. Além disso, possui escolas e creches públicas e particulares, com postos de saúde e uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h), implantada com as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A Rocinha conta ainda com a presença de duas linhas de ônibus que circulam internamente (além das diversas linhas que transitam pela auto-estrada Lagoa Barra, uma das principais vias de acesso à favela), uma linha circular de van e serviço de mototáxi, essencial para a locomoção de moradores até locais de difícil acesso através de outros meios de transporte.

acesso, segurança contra riscos ambientais como deslizamentos, transporte, saneamento básico e abastecimento de água. Ao mesmo tempo em que há a presença de localidades com condições extremamente precárias, outras apresentam habitações mais arejadas, maior oferta de comércio e serviços, abastecimento de água e luz regulares. Há também áreas com sérios problemas de (i)mobilidade, uma vez que são de difícil acesso e se encontram distantes das vias principais onde há coleta de lixo, entrega de correspondência pelos Correios ou de mercadorias por empresas de varejo.

Apesar do apontamento da grande variedade de serviços presentes na Rocinha, cabe destacar a deficiência no que tange a aspectos como cultura e lazer. Nesse sentido, a laje acaba se revelando como um espaço emblemático, já que nela comumente são realizados eventos comemorativos ou de socialização. Inclusive, praticamente todos os entrevistados durante a pesquisa afirmaram utilizarem a laje para reunir família e amigos, seja para celebrarem datas especiais, ou apenas para encontros cotidianos e/ou casuais.

A Rocinha é oficialmente um bairro desde 1993 e se encontra em uma Área de Especial Interesse Social instituída por lei em 2001. Desde então, já foi alvo de políticas públicas como o Favela-Bairro e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em suas fases 1 e 2. Aqui não objetivamos nos deter sobre tais políticas públicas, não nos dedicando à análise de seus efeitos na referida comunidade. Cabe apenas mencioná-las a título de contextualização da Rocinha como uma favela que, nos anos mais recentes, sofreu modificações significativas em seu espaço e em sua dinâmica, como reflexo de tais políticas.

Tendo isso em mente, o próximo item se propõe a expor os relatos colhidos ao longo das entrevistas realizadas, traçando um diálogo entre os aspectos discutidos ao longo do trabalho e a vivência diária dos moradores e moradoras.

3.2. Chegamos à laje: seja bem vindo(a) e sinta-se em casa

Como mencionado anteriormente, as entrevistas realizadas com quatro famílias da Rocinha objetivaram captar tanto a trajetória dessas pessoas, atrelada à

aquisição e construção de suas lajes, como também os sentimentos, emoções e percepções envolvidas em tais locais presentes nas habitações. Durante as entrevistas, às vezes realizadas com mais de uma pessoa do núcleo familiar ao mesmo tempo, foram tiradas fotografias das lajes, nas quais poderemos observar tanto o espaço nos dias atuais, quanto a paisagem que se observa a partir delas. No anexo A é possível consultar com detalhes o questionário seguido nas entrevistas, onde pode-se verificar perguntas que abordam desde aspectos materiais sobre a construção das lajes dos entrevistados e entrevistadas, até aspectos mais subjetivos, como, por exemplo, os momentos considerados mais marcantes, que foram vivenciados naqueles espaços.

Um dos primeiros aspectos que nos foi revelado e se repetiu como uma espécie de padrão entre as famílias entrevistadas foi o caráter temporário da laje, onde a partir da construção de diversos andares ao longo do tempo, tinha-se uma laje em cada momento. Assim, construía-se um ou dois andares, sobre os quais havia uma laje, que, posteriormente, transformava-se em um novo andar, geralmente composto de novas unidades habitacionais voltadas para aluguel, passando a haver, portanto, uma nova laje.

É o caso, por exemplo, da família Andrade, composta por cinco pessoas. Lúcio é casado com Joana e têm três filhas – Kátia, Mariana e Marina –, todas já formadas em engenharia, porém ainda residentes no mesmo imóvel que os pais. Morando há 28 anos na Rocinha, – ele é paraibano –, Lúcio relatou como a laje do prédio onde reside há 12 anos foi sendo construída aos poucos com a colaboração de amigos e familiares. Até chegar à forma atual, com cinco andares (seis, se contarmos a garagem), o prédio contou com três lajes diferentes. Como ele relata:

Eu fundei o prédio, eu com meu cunhado. Cavamos, fizemos toda a fundação, fizemos toda a base e, dali para a frente, fomos subindo. Fiz uma garagem, fiz depois um andar para o meu cunhado, fiz o meu em cima e fiz mais três andares para alugar. Tudo isso era muito lento. Muito lento. Ainda tenho obra para fazer. Está bem devagar porque o dinheiro é pouco mesmo. Agora só melhorar, fazer algumas coisas internas. Um melhorias. Sempre estar melhorando. Sempre tem alguma coisa para fazer também. Sempre aparece alguma coisa para fazer, mas nada para cima.

De maneira semelhante, a família Mota relata o mesmo processo de construção do prédio onde reside, hoje com seis andares. Como nos contou Leonardo, filho mais velho da família e um dos principais envolvidos nas obras,

A laje existe antes da própria casa. Primeiro é a laje, depois que se tornou uma casa. Primeiro foi o térreo, o chão, feito o chão. Depois o primeiro andar, que é a garagem. No segundo andar já era uma laje sozinha, sem ninguém habitar, para depois fazer a casa.

Seu pai Carlos, cearense de 54 anos, que há 35 reside na Rocinha, atualmente mora com a esposa e uma filha em um dos apartamentos do prédio de seis andares. Leonardo, hoje já casado, mora com esposa e filho em outra unidade habitacional, construída depois da residência de seu núcleo familiar original, da mesma forma que Karoline, hoje casada com Cláudio, mora também em outra residência no mesmo prédio. Assim, hoje temos três núcleos familiares diferentes, pertencentes à mesma família, residindo no mesmo prédio, onde cada núcleo foi construindo sua casa no lugar de uma das lajes presentes no imóvel à época. Da mesma forma, outros apartamentos são ocupados por outros familiares, como primos, por exemplo, que, pelo que nos foi revelado durante a entrevista, também participaram das obras do prédio.

Já a família Rocha, composta por um casal e três filhos – dos quais nenhum ainda reside na Rocinha – viveu uma situação um pouco distinta, na qual a casa onde residem, comprada há cerca de 26 anos, já possuía uma laje pronta. Ainda assim, ela sofreu modificações ao longo dos anos, configurando hoje, inclusive, espaço de trabalho de dona Raimunda (foto 8), que é costureira. Como bem explica Mirela, filha caçula, a laje da família

Era apenas uma laje normal, só com uma parte coberta, mais ou menos na metade dela. Depois de muitos anos, meus pais cobriram a laje inteira e, no final da laje, construíram um quatinho para minha mãe trabalhar. Então, hoje, ela usa a laje como “ateliê” e coloca as máquinas dela lá.

Tal fato nos revela o uso da laje também como local de trabalho, visto que, adotadas algumas estratégias, parte do espaço antes usado para outros fins, passou a ser destinado à realização de tarefas relacionadas à profissão de uma das moradoras da residência, o que, como Mirela relata, foi uma vantagem, já que

Todas as máquinas e panos ficavam bem na entrada de casa, na varanda, então ficava bem feio e bagunçado. Quem chegava, dava de cara com aquela bagunça. Aí a gente priorizou a cobertura da laje e a construção desse quatinho.

Foto 8– Ateliê de dona Raimunda, construído em parte de sua laje.

(a)



(b)



Fonte: A autora, 2019

De maneira semelhante às famílias Andrade e Mota, a família Alves também foi construindo um prédio, onde cada andar foi sendo destinado a um filho. A diferença é que, no caso da família Alves, o que precedeu a construção de alvenaria foi um barraco de madeira, comum na época em que a família chegou à Rocinha, advinda da Paraíba – anos 1970. Tal barraco de madeira foi substituído por uma nova construção nos anos 1980, como nos relatou Edson, um dos filhos da família, hoje com 42 anos.

Foi no ano mais ou menos de 1980, que meu pai e meu irmão mais velho foram indenizados, aí ganharam um dinheiro de firma que eles trabalhavam. Aí o meu irmão falou assim: “Pai, vamos fazer uma laje aqui.” Aí começou a subir coluna, fazer laje. Porque ele já via isso em outras comunidades, que já estavam sendo evoluídas. Aí ele resolveu fazer a laje. Até porque aqui na minha mãe acho que foi uma das primeiras casas a fazer laje.

Logo, percebemos na fala anterior a laje como um espaço, à época, já percebido como diferencial em uma residência. Edson relata já haver certa percepção, por parte de seu irmão, de que tal padrão de construção ocorria em outras favelas e que, certamente, seria vantajoso para a família gozar desse tipo de espaço. O trecho revela ainda o início de uma mudança na morfologia das habitações presentes na

vizinhança da família, já que sua residência teria sido uma das primeiras do entorno a contar com uma laje. Cabe pontuar que a família Alves, dentre as entrevistadas, era a que morava na Rocinha há mais tempo, tendo construído sua atual residência em uma época anterior a das demais famílias entrevistadas.

Um dos pontos também abordados durante as entrevista visava a compreender as estratégias empreendidas para a realização das obras. Dessa forma, tentamos captar quais tipos de ajuda cada família havia recebido, tanto no que tange à ajuda financeira, bem como o tipo de mão de obra empregada nos processos de construção.

Outro aspecto muito presente nas histórias das lajes que visitamos foi o fato de que elas são, na maior parte das vezes, o último andar de um prédio que foi construído aos poucos, podendo virar um novo andar futuramente, no qual pode-se construir novas unidades habitacionais voltadas para o aluguel. Esse fato revela a faceta da laje enquanto reserva de valor, consolidando-a como estratégia para se obter renda futura. A construção costuma ocorrer em etapas, sempre contando com recursos financeiros limitados. Assim, a laje surgia tão logo havia disponibilidade de dinheiro e de tempo dos membros da família para a realização das obras.

Foi quase que totalmente ausente a aquisição de empréstimos para a obtenção de dinheiro para as obras, com exceção apenas da família Mota, que ainda assim, precisou lançar mão de uma estratégia para conseguir utilizar o dinheiro, de fato, na construção de sua casa. Como Leonardo bem expôs,

Para a gente, que mora em um endereço difícil, que não é social, o nosso endereço é um endereço muito complicado. A gente não tem documentação da casa. O banco não entende isso como um pré-requisito para você fazer o empréstimo. Então a gente, para provar que é pobre, é até difícil. Então, por exemplo: “Ah eu preciso de R\$ 5 mil.” “Você quer R\$ 5 mil para quê?” “Ah, para fazer minha casa.” “Então me dá o documento da casa, me dá o RG, o registro no município, o registro na prefeitura.” “Ah, não tenho documento.” “Então não te empresto dinheiro.” O empréstimo do Viva Cred não era para construção. Até hoje não existe empréstimo aqui na Rocinha para ninguém fazer nada. O empréstimo era para melhoria do trabalho do pai, que ele é protético, faz dentadura. Então ele estava pegando aqueles R\$ 5 mil para fazer reforma no imóvel onde ele trabalhava, que ele pagava aluguel.

Para o restante das famílias contou-se basicamente com recursos próprios, resultantes do trabalho dos membros familiares. No que diz respeito à mão de obra utilizada nas obras, nos foi muito clara o protagonismo dos próprios proprietários e, no máximo, de familiares e amigos, um padrão comum quando falamos de autoconstrução, embora tenha havido também, em menor grau, pelo menos no início

das obras, a participação de pedreiros e ajudantes remunerados. Como menciona Magalhães (2013),

O costume da autoconstrução pode ser explicado pelo alto custo da contratação dos serviços dos profissionais acima mencionados, custos que não têm como serem absorvidos pela remuneração obtida no mercado de trabalho (p. 326).

Assim, foram comuns nos discursos a presença de estratégias que visavam a reduzir os custos da obra, já que o trabalho, ainda que envolvesse amigos e parentes, costumava ser recompensado no máximo de forma indireta, através da realização de churrascos, por exemplo, ao fim de cada etapa. Já o trabalho de pessoas qualificadas, por sua vez, deve ser remunerado com dinheiro. Dessa forma, um aspecto que muito nos chamou atenção ao longo das entrevistas foi a autoconstrução realizada por aqueles que, na maior parte das vezes não possuíam conhecimentos técnicos adequados na área de construção civil. Formado em educação física, Leonardo se frustrou com a carreira ao perceber, depois de um tempo, que o que ganhava não era mais suficiente para sustentar a família. A partir da experiência da construção do prédio da família Mota, ele viu na construção civil a possibilidade de uma nova carreira, que lhe despertava maior interesse e, segundo ele, lhe trazia maiores retornos financeiros. Leonardo relata ainda que, de início, tanto ele quanto seu pai apenas observavam os pedreiros e ajudantes trabalharem e, dessa forma, foram adquirindo conhecimento sobre as mais diversas etapas que envolvem a construção de uma casa e, conseqüentemente, da laje acima dela. A partir daí, buscou se qualificar e começou a atuar como pedreiro, fazendo desta sua profissão. Ele nos contou ainda não ter sido o único de sua família que passou a trabalhar profissionalmente na área após as experiências realizadas na sua residência. Sua fala exposta abaixo ilustra bem tais pontos.

Na verdade, quando a gente tinha dinheiro para pagar, a gente pagava o profissional. Eu ganhava bem, sobrava dinheiro, dinheiro do meu pai, dinheiro da minha mãe. Reunia um pouco daquilo e botava o profissional para fazer a estrutura, a fundação. Automaticamente, ele estando fazendo aquilo ali, a gente está presenciando. O profissional estava trabalhando, aí, por exemplo, era [sic] eu e mais quatro pessoas ajudando. Quatro profissionais recebiam, que eram os pedreiros e dois ajudantes e ficava eu e meu irmão e às vezes tinha outra pessoa - meu pai não podia, porque tinha que trabalhar - fazendo trabalho de ajudante. Enquanto eles estavam fazendo, a gente estava olhando. "Ah, então é assim que faz um buraco. Ah, então assim que amarrava o ferro, assim que bota a tábuas." [...] Aí aos poucos, quando já não tinha mais dinheiro para pagar... [...] Depois eu fui vendo que para mim estava ficando ruim no meu trabalho [na área de educação física]. Aí larguei o trabalho e caí na obra. Da obra foi que eu fui me especializando mais. Até que fui aprendendo mais. Larguei a profissão, cansei. Enjoei.

Ao encararem impasses com os profissionais envolvidos, antes mesmo da conclusão das obras, preferiram eles mesmos darem prosseguimento aos trabalhos. Esse exemplo manifesta o desenvolvimento de uma certa confiança dos moradores entrevistados sobre seus conhecimentos obtidos de forma empírica, acompanhando etapas anteriores das obras, ainda que não tenham obtido qualificação para tal, nem trabalhado profissionalmente com esse tipo de serviço até aquele momento.

Na família Alves, o patriarca, junto com seu filho mais velho, que sempre trabalhou como peão de obra, acabou adquirindo noções de construção civil que seriam depois aplicadas não só na construção de sua casa, como dos andares que se sucederam no prédio que hoje possui cinco andares mais uma laje. Como bem relata um dos filhos, Edson,

Meu pai mesmo construiu porque o trabalho do meu pai sempre foi [ser] peão de obra. Então ele sempre viu os pedreiros, – que ele não era pedreiro na época. Ele sempre viu fazendo. O que ele fez? Ele sozinho conseguiu construir isso aqui. Só que ele construiu assim: era um barraco, em volta ele fez a alvenaria e fez a casa. Depois que ele destruiu o barraco. [...] E ele teve isso da cabeça dele mesmo. “Vou fazer assim porque eu não tenho onde morar. Não posso pagar um aluguel para poder sair daqui para construir.” Então ele fez primeiro em volta a laje, depois ele destruiu o barracão.

Nesse sentido, as entrevistas se detiveram também sobre a questão das ajudas recebidas para a realização das obras. Quando questionado sobre o assunto, Lúcio deixa evidente em sua fala que sempre contou com recursos próprios, mas que "ajuda de mão de obra, para bater laje, para fazer qualquer coisa quando era serviço maior, sempre tinha aí oito, 10 pessoas, vizinhos, amigos e parentes que davam a maior força para a gente." Já na família Mota, a construção de cada andar e, conseqüentemente de uma nova laje, se transformava em um verdadeiro evento colaborativo entre familiares. Como aponta Leonardo,

Os familiares são os que mais ajudam a gente com a força, com apoio. Às vezes com dinheiro. [...] Aqui houve muita coisa sem ser paga. Muita gente e ia lá e ajudava na amizade. Como era antigamente, fazia mutirão, as pessoas ajudavam os outros sem pensar no dinheiro. Hoje em dia para você fazer uma laje, por exemplo, quando você vai fazer, ou você tem o dinheiro e faz e paga cada um R\$ 150 naquele trabalho, ou não faz. Mas graças a Deus aqui sempre teve pessoas que ajudaram. Vieram até de fora para ajudar a construir naquele dia.

Poderíamos, portanto, assumir a existência de certos rituais envolvidos na construção da laje, uma vez que esse evento, segundo os relatos dos membros de diferentes famílias, envolviam o encontro de amigos e familiares, todos unidos, de

modo colaborativo, para realizarem o que comumente se chama de “bater a laje”. Em todos os relatos colhidos ficou claro se tratar de uma ação que não contava com remuneração dos envolvidos – já que apenas os pedreiros e ajudantes contratados recebiam algum pagamento em dinheiro pelo trabalho -, havendo, no máximo, uma comemoração ao fim da obra para celebrar a conclusão de mais aquela etapa. Às vezes há também a contratação de pessoas de dentro da própria favela, que já trabalham na área. Nesses casos, como expõe Magalhães (2013),

quando se trata de alguém que exerça esse trabalho profissionalmente, o preço cobrado pelo serviço, muitas vezes, é inferior àqueles normalmente praticados no mercado. Este caso constitui um dos exemplos de relação social social encontrada na favela [...], que não obstante não esteja inteiramente fora das relações de mercado, não se submete pura e simplesmente às regras deste, sendo temperado por outras formas de regulação da vida social (p. 327).

Em seguida, confirma-se o que expomos anteriormente a respeito do aspecto colaborativo dos eventos, permeados por laços existentes em relações muitas das vezes de vizinhança. Nesse sentido, o autor afirma ainda que

Ocorre aqui o aproveitamento da rede de relações pessoais de que a pessoa dispõe, bem como do conhecimento acumulado, próprio ou de terceiros, quanto aos processos construtivos, decorrentes de inserção profissional em atividades de construção civil ou de experiências anteriores de autoconstrução (p.327).

Levando em conta essa situação, podemos concordar com o autor supracitado, quando este menciona que

Nos termos de Bordieu (2001), em face das limitações de capital econômico, os moradores recorrem ao capital social e ao capital técnico de que dispõem. Ou, ainda nos termos de Polanyi (2000), procuram obter no *principio da reciprocidade* aquilo que não puderam obter recorrendo, pura e simplesmente, ao principio das *trocas de mercado* (p. 327, grifos do autor).

Os sacrifícios realizados pelas famílias para a construção das lajes também foi um aspecto que nos interessou nas entrevistas. Inclusive, tal ponto ajudou a compreender a importância dada à conclusão de cada etapa alcançada pelas famílias, já que estas aconteciam após sacrifícios não só de ordem financeira, mas também no que diz respeito ao tempo e empenho dedicados na tarefa. Ilustrativa é a fala, por exemplo, de Márcia, quando menciona desde a abstenção de consumo de itens de vestuário até a perda de momentos importantes da família, como o casamento de um dos filhos.

Minha filha, era um sufoco tão grande, que um dia eu fui caçar uma calcinha aqui para vestir e não tinha. Todo dinheiro era para obra. Recebia com uma mão, entregava com a outra. [...] Quando a gente mudou para o primeiro andar, a gente ficou devendo R\$ 14 mil. [...] Para o banco, para ele [irmão da entrevistada, que estava presente], Deus e o mundo. Cinco anos sem ver minha mãe. Meu filho casou no Ceará, o Carlinhos, que você conhece, só quem foi fomos eu e as meninas. Eles não foram porque não tinha condição. Não tinha dinheiro de passagem.

Por fim, nos foi de grande interesse elencar os usos que cada família fazia de sua laje, visando, justamente, ilustrar o que foi mencionado no capítulo 1 a respeito das diversas possibilidades oferecidas pela laje, mostrando a multiplicidade de usos e significados existentes. Na família Rodrigues, a laje é atualmente utilizada para fins de trabalho, como mencionado anteriormente, além de churrascos e almoços de família. Além disso, Mirela destaca como "mais importante" o espaço para lavar e secar roupa. No passado o espaço da laje teve outros usos, como ela explica ao dizer que

Sempre foi um lugar grande e ao ar livre, que cabia todo mundo e deixava todas as pessoas confortáveis. Além da vista, que sempre foi uma atração à parte. Por um período de tempo, foi também lugar de ensaios. Eu dançava em um grupo de valsa que se apresentava em festas de 15 anos e nem sempre tínhamos espaço para os ensaios. Como a laje daqui de casa era enorme, durante um tempo usamos para ensaiar. Usamos para festas de 15 anos – a minha e de amigas. Também costumávamos pegar sol em cima da laje quando ficávamos com preguiça de ir à praia.

Já para a família Andrade, as reuniões familiares se somam às confraternizações para comemorar também aniversários de amigos. Como exposto no capítulo 2, a família comemorou diversos eventos marcantes na laje, como, por exemplo, o casamento de Lucio e Joana e a formatura das três filhas.

Já na família Mota comemorou-se casamento de amigos, formatura de uma das filhas, aniversários e os recorrentes almoços de fim de semana. No caso dessa família, em específico, percebe-se a laje ainda em um estágio de construção intermediário (fotos 9 e 10), portanto, segundo relataram, cada realização de evento demanda uma organização na qual se reúnem para arrumar o espaço, camuflar os indícios de obras sendo realizadas, além da necessidade de se subir diversos objetos necessários para uma maior comodidade dos presentes.

Por exemplo, uma das coisas que eu mais queria, era meu objetivo, era terminar a laje. Por quê? Porque vê o sacrifício que foi para almoçar. Uns tem que almoçar pela metade. Quando tem aniversário, alguma coisa... A mesa é aqui [embaixo]. Uns têm que comer lá fora [na sala]. Eu não quero. Eu falei que eu quero uma mesa igual àquela ali. [Leandro mostra o quadro da Santa Ceia, onde Jesus se reúne com seus apóstolos em volta de uma grande mesa]. Lá é um ambiente para a gente reunir, fazer um almoço. Vai ter

cozinha, vai ter banheiro... Lá eu quero finalizar assim: lá vai ter a geladeira, vai ter o fogão, vai ter tudo completo, a cozinha completa. Não vou levar nada daqui para lá. Vai ser a casa montada para tudo estar lá. Na hora de fazer o almoço, vamos fazer tudo lá. Já estará tudo lá (Leonardo Mota).

Foto 9– Laje da família Mota ainda sem acabamento



Fonte: A autora, 2019.

Foto 10– Cláudio em sua laje.

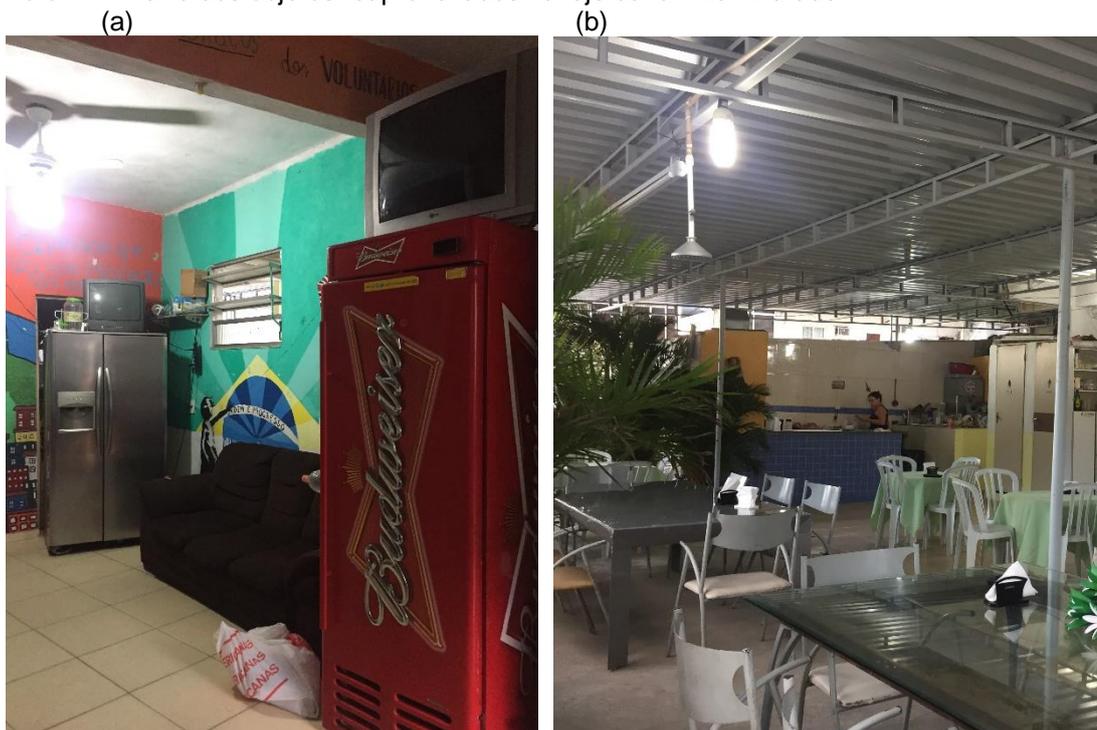


Fonte: A autora, 2019.

Durante os trabalhos de campo, nos quais ocorreram as entrevistas, percebeu-se que geralmente as lajes são decoradas com aquilo que não se utiliza mais dentro de casa. Geladeiras, mesas, cadeiras, dentre outros objetos que outrora eram usados pelas famílias, acabam tendo como destino a laje. Seria como se ela funcionasse como uma espécie de depósito do que não mais cabe ou tem serventia dentro da residência. Assim, constatou-se não haver uma preocupação com a decoração desses espaços, além do fato de que, no caso das lajes de prédios, muitas vezes os moradores de outros apartamentos acabam também doando objetos para lajes. O objetivo central é a finalização das obras, a concretização do espaço e o encerramento de uma etapa. Todos os detalhes posteriores acabam aparecendo como secundários nos discursos dos entrevistados. Nas imagens “a” e “b” da foto 11 podemos observar diversos itens usados e que acabaram tendo a laje da família Andrade como destino após serem substituídos. Kátia, filha mais velha do casal, esclarece a origem de tais objetos.

Muitas coisas são doadas, ganhadas, e muitas delas chegam aqui com defeitos e precisam de algum reparozinho para funcionar. Então aqui tem várias geladeiras. Algumas já foram nossas e a gente trocou, mas outras já foram ganhadas de um prédio que meu tio trabalha na Zona Sul, então alguém ia se livrar de uma geladeira, a gente acaba indo lá pegar, porque pode ter alguma serventia, ajudar aqui de alguma forma. A gente já ganhou também desse prédio do meu tio algumas mesas bem grandes e bonitas.

Foto 11 – Parte dos objetos reaproveitados na laje da família Andrade



Fonte: A autora, 2019.

Ainda no que se refere à laje da família Andrade, Lúcio reserva um espaço da para uma pequena horta, a qual cuida com bastante zelo e emprega os itens cultivados no preparo de refeições em sua casa. Inclusive, a horta é feita dentro de um antigo freezer, que foi reaproveitado e agora funciona como uma espécie de canteiro (foto 12). Como Kátia relata,

Meu pai, todo dia de manhã, ele sobe na laje para cuidar dessa horta dele, que ele cuida com muito carinho. É a horta do papai. Nela tem muitas coisas que a gente come no nosso dia a dia, que usa para preparar alguma comida, algum tempero, algum chá. Por exemplo, a gente tem hortelã, que a gente usa em sucos, tem laranja, tem pimenta, tem cidreira, para tomar chá, orégano, mastruz, boldo [para] quando a gente tem algum problema digestivo, mamão. Com isso, meu pai vai cultivando, plantando, quando ele se interessa por alguma outra semente, ele vai, tenta plantar, mesmo sem conhecer muito como funciona, ele tenta e vai trabalhando em cima para ver se floresce.

Foto 12 – Pequena horta da família Andrade.



Fonte: A autora, 2019.

Por fim, a família Andrade foi também a única que já obteve ganhos financeiros diretos com o espaço da laje propriamente dito, já que o alugou para a gravação de um programa de TV do canal a cabo GNT. Parte da laje já foi alugada também para um projeto social de estrangeiros, realizado na Rocinha. As falas abaixo ilustram ambos os eventos.

L. – Já ganhamos algum dinheiro. A gente já fez um evento de televisão, fizemos um jantar, um Natal e um Ano Novo para a GNT. Fizemos um evento de uma semana toda. Foi o trabalho de uma semana. Teve um retorno muito bom para gente. [...] Foi agora, tem quatro anos. Nesse dia teve show do Diogo Nogueira, teve um evento muito grande e bonito. Muito bonito.

K. – O Rodrigo Hilbert também. Tinha um cozinheiro famoso. O Claude [Troisgrois].

G. – Então o dinheiro que vocês ganharam foi pelo aluguel do espaço.

L. – Isso.

Já sobre o projeto social desenvolvido na laje da família, Kátia esclarece:

A gente alugou um pedaço dessa laje para um projeto de gringos que vinham para cá fazer trabalhos sociais com as crianças da Rocinha. Esse projeto era organizado por um americano, que trazia esses gringos para cá e aí tinha uma parte que era moradia e uma parte que acontecia o projeto. [...] Ensino de inglês, matemática, português para essas crianças da Rocinha. Então essas crianças,, até de outras partes da Rocinha, vinham para esse projeto, gostavam muito, os gringos eram muito gente boa. E aí a laje muitas vezes era usada para eventos deles. Uma social, um evento de integração entre os novos gringos que vinham. Eventos do projeto.

Portanto, todas as experiências supracitadas evidenciaram os diversos usos e funções dos espaços designados como laje das famílias entrevistadas, além de nos ajudarem na compreensão dos processos envolvidos na construção das residências e, conseqüentemente, de suas respectivas lajes. Pode-se constatar como a existência de uma laje é percebida como passível de oferecer vantagens de diferentes ordens e incrementa o bem estar e a qualidade de vida dos moradores e moradoras que a possuem. Todos os entrevistados com os quais se conversou na presente pesquisa afirmaram acreditar que seus imóveis possuíam vantagens e aspectos positivos a serem destacados por conta da presença da laje, tendo sido a esfera do lazer a mais presente nos discursos, onde percebemos a diversidade das atividades realizadas nos espaços de acordo a faixa etária, gênero, etc. Se para Leonardo Mota a laje é também um local que lhe demanda responsabilidade para o pleno funcionamento do abastecimento de água do prédio, ao mesmo tempo, também é o espaço onde a família costuma se reunir e celebrar momentos importantes.

Na laje, é lá onde tem a água. A água que a gente bebe, a água que a gente toma banho, está lá na laje. As caixas d'água [você] tem que estar sempre atento. Então estou sempre subindo. Às vezes está vazando, tem que saber por que; a boia está com problema. Nós dois [ele e o pai] temos que ficar vendo isso, porque todos os moradores estão tranquilos. Depende de nós dois. Então, na hora de viajar, eu e ele não podemos. O bom funcionamento depende dos dois. Eles viajaram, todo mundo, mas eu fiquei por isso. Agora eu tenho que ir sozinho. Eu tive a oportunidade, pela segunda vez, de estar todo mundo lá no Ceará e mais uma vez eu não pude.

Por fim, é importante destacar que tem-se em mente que os relatos não possuem caráter estatístico. Contudo, reconhece-se a riqueza da laje como um espaço repleto de possibilidades e significados, tendo sido, portanto, esse aspecto que se intencionou captar ao longo das entrevistas.

Em 2017 o governo estabeleceu, através de decreto, uma medida provisória (MP) que estabeleceu a regularização de domicílios irregulares para moradores com renda de até dez salários mínimos¹¹. A partir disso, passaria a não haver qualquer tipo de ônus ou burocracia para aqueles que residissem em imóveis desse tipo e desejassem adquirir a escritura de sua casa, desde que respeitado o limite de renda estabelecido na MP.

Com cerca de 1,4 milhão de moradores em aglomerados subnormais, o Rio de Janeiro é o município que lidera o ranking nacional de população residente em favelas, seguido por São Paulo, que possui 1,3 milhão. Em 2010, ano do último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), esse número representava 23% do total da população carioca. Desse contingente, a Rocinha contribui com 69.356 habitantes¹², distribuídos em uma área de 836.200 m² e 23.347 domicílios (IBGE, 2010), o que lhe confere o título de maior favela do país.

À época, em entrevista concedida ao jornal O Globo, o diretor do Departamento de Assuntos Fundiários Urbanos do Ministério das Cidades, Sílvio Figueiredo, explicou que um dos parâmetros para regulamentar a Medida Provisória 759 definiu os limites de renda a partir das faixas do Bolsa Família. Tal medida provisória abarcava a regularização tanto de imóveis rurais quanto urbanos, dentre os quais, os imóveis de áreas de favela. Dessa forma, passou a haver, por parte do governo, o reconhecimento de que a burocracia e os custos envolvidos no processo eram um impeditivo para pessoas de menor renda, encaradas como de interesse social. Esse reconhecimento teve reflexo na forma como a medida provisória foi concebida, portanto.

Um importante ponto da medida provisória, que nos interessa, em especial, se refere ao reconhecimento do chamado "direito de laje", ou seja, a possibilidade de que o proprietário do imóvel venda o pavimento referente à laje, que passa a possuir

¹¹ <https://oglobo.globo.com/economia/regularizacao-de-domicilios-beneficiara-quem-ganha-ate-dez-salarios-20837789> Acesso em: 03/03/2019

¹² Em projeção realizada pelo Instituto Pereira Passos, com base em dados dos dois últimos censos do IBGE, aponta-se uma população de 78.951 habitantes na Rocinha no ano de 2020.

uma matrícula separada do imóvel principal. Como Corrêa e Menezes (2016) bem explicitaram em artigo sobre a regularização fundiária em favelas, o direito de laje surge de "uma interpretação feita com o objetivo de conceder uma roupagem jurídica aos arranjos praticados pelos moradores de favelas, para viabilizar seu acesso à moradia" (p. 180). Dessa forma, a MP 759 surge como um dispositivo legal, que reconhece a importância de se regularizar moradias em áreas de favela, onde impostos advindos de arrecadação acabam se perdendo por falta de um maior controle sobre os tipos de moradia existentes. Com uma situação de irregularidade, há maior dificuldade em se obter dados que possam fomentar a elaboração de políticas públicas, por exemplo.

Figueiredo, na entrevista supracitada, explica como a regularização desses imóveis é positiva, ao afirmar que:

— Os moradores que não possuem os direitos de propriedade de seus imóveis tendem a investir menos na melhoria de seus domicílios, com medo de perder os investimentos. Para a sociedade, a irregularidade urbanística causa transtornos e dificuldades na mobilidade urbana, em decorrência dos problemas de infraestrutura e equipamentos urbanos e comunitários — explicou.

Além disso, diz também que: "A regularização converte locais em endereços. Os moradores passam a ter um CEP." É importante ter em mente que o direito de moradia, visto como direito social, acaba se mostrando vulnerável para o alcance da plena cidadania, uma vez que se revela como mais um aspecto no qual a cidade é negada para aqueles que não possuem recursos financeiros para vivenciá-la em sua plenitude.

Sabe-se que a maior parte da população mundial vive hoje em cidades, o que coloca em evidência a importância de se pensar, discutir e formular políticas públicas que possibilitem a melhora da qualidade de vida da população no ambiente urbano. Cabe pontuar que, embora a referida medida provisória seja um instrumento importante, já que reconhece o papel da laje enquanto reserva de valor e visa aproveitar esse aspecto para regularização e arrecadação de impostos, ainda são carentes os dispositivos legais ou políticas públicas que olhem para os processos de construção desses imóveis, garantindo a segurança de seus moradores e/ou oferecendo mecanismos que não tornem a realização das obras algo tao penoso em termos financeiros para os envolvidos.

Praticamente todos os relatos colhidos nesse trabalho contavam com narrativas nas quais o processo de construção da laje e das moradias posteriormente construídas sobre ela não contaram com nenhum tipo de empréstimo ou financiamento governamental. Foram, quase que unanimemente, realizadas obras com recursos próprios, às custas de sacrifícios que envolviam, às vezes, até mais de um núcleo familiar. Embora os entrevistados tenham histórias mais antigas, ainda nos dias de hoje podemos perceber que a situação se perpetua. O último capítulo desta dissertação trará maiores detalhes sobre as narrativas e a trajetória de alguns moradores da Rocinha, mas, por hora, nos coube mencionar que ainda que a MP seja um pontapé inicial, muito ainda precisa ser feito em termos de reconhecimento e efetivação da laje como um espaço capaz de dotar de maior bem estar a vida de moradores de favelas.

Cabe ainda mencionar a elaboração do Plano Diretor da Rocinha, coordenada pelo arquiteto Luiz Carlos Toledo e sua equipe, entre os anos de 2005 e 2007, após o vencimento de um concurso realizado pelo governo estadual. À época, a Rocinha tinha acabado de passar por uma grande guerra entre duas facções rivais (Comando Vermelho e ADA), vivenciando um período crítico de violência que afetava não apenas a população local, como também os bairros adjacentes. Por conta disso, como relatou o próprio Toledo no evento “Mostra o seu que eu mostro o meu”, realizado em 13 de setembro de 2018 na Casa de Estudos Urbanos, houve a realização de um fórum, no qual as associações de moradores dos bairros da São Conrado e da Gávea, juntamente com a associação de moradores da Rocinha, estabeleceram a necessidade de se realizar um plano diretor na Rocinha.

O Plano teve como norte metodológico os princípios do Estatuto da Cidade, prezando pela participação da população local durante todo o processo de sua criação. Toledo et. al (2009) afirmam que o conhecimento local dos moradores foi valorizado, bem como a capacidade de possíveis lideranças presente em alguns e articulação social. O trabalho buscou assim explorar o potencial participativo da comunidade. E explicita:

As ideias apresentadas neste trabalho foram elaboradas a partir de encontros, reuniões, discussões iniciais, quando a comunidade mostrou suas crenças e demandas. Atuando como promotores do processo participativo, assumimos o papel de estabelecer um método de discussões, incluindo os aspectos técnicos do Plano. Para a comunidade local, as tarefas foram as de apontar direções, selecionar assuntos e temas e definir prioridades. (Ibid., p.12)

Nesse sentido, eram realizados encontros periódicos onde a população local podia obter informações sobre o plano e colaborar com ideias a serem implantadas em etapas posteriores. Até mesmo crianças da Rocinha recebiam orientações sobre no que consistia o plano através de encontros realizados. A TV ROC, tv local, chegou a transmitir um programa de mais de 1h sobre o plano diretor, também com o objetivo de informar a população local.

A elaboração do Plano Diretor Rocinha propôs uma série de medidas que deveriam ser postas em prática pelo poder público para que fosse possível a resolução ou minimização de antigos problemas existentes na comunidade. Segundo Toledo, em evento anteriormente mencionado, o plano daria linhas gerais, considerando cada área de intervenção como uma favela de porte médio.

Destaca-se a proposta da elaboração de um PEU para a Rocinha, com critérios específicos a serem definidos em conjunto com a população local; a implantação de corredores verdes sobre os principais talvegues e a arborização em algumas ruas e travessas, com a abertura de espaços livres com praças e áreas de lazer, que ajudariam a reverter o quadro de insalubridade presente em algumas localidades por conta de becos; a priorização da circulação de pedestres e o uso dos transportes públicos, aprimorando o que já tinha sido consolidado pela população; ampliação da rede viária por meio da criação de novas ligações e recuperação/regularização das vias existentes; a construção de um plano inclinado; além da preocupação com a questão do saneamento básico. Embora as propostas do Plano Diretor da Rocinha fossem pertinentes e abordassem aspectos relevantes para o alcance de uma maior qualidade de vida da população local, uma rápida busca na internet, revela algumas matérias jornalísticas com manchetes como: “Plano diretor da Rocinha é ignorado pelo PAC¹³”. Propostas tais como uma fábrica de argamassa na qual a produção seria utilizada na construção de moradias na Rocinha, ou de um centro médico projetado para atender as doenças de maior incidência no local, não se concretizaram. O centro médico, por exemplo, deu lugar a uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de 3 mil m², metade do tamanho do centro médico projetado. As edificações que acabaram compondo o conjunto habitacional construído pelo PAC, também haviam sido projetados pelo plano diretor com características como terraços verdes, captação solar, além de se conectarem uns com os outros.

¹³<http://www.brasil247.com/pt/247/favela247/129693/Plano-Diretor-da-Rocinha-%C3%A9-ignorado-pelo-PAC.htm>

A proposta do plano teria sido interessante justamente por ter permitido que a população local estivesse diretamente envolvida no processo, prática essa essencial para o desenvolvimento socioespacial, defendido por Souza (2004). Embora nessa experiência ainda tenha havido a separação entre os que detinham o conhecimento técnico e aqueles que não o possuíam, assim como a intervenção proposta a partir de um grupo “de fora” de comunidade, acreditamos que o estímulo à participação dos moradores e a preocupação em estabelecer diálogos já configurou um avanço.

Assim, sua elaboração e execução mostra a possibilidade de se conceber formas de oferecer maior bem estar a populações residentes de áreas menos favorecidas das cidades brasileiras, às quais são, comumente, encaradas como não pertencentes à cidade. A lógica que lhes é imposta coincide com a visão descrita ao longo da primeira seção deste capítulo, a qual enxerga o outro como externo a qualquer lógica que vigore sobre os espaços tidos como formais. Assim, a favela acaba sofrendo um embate entre não ser vista como cidade, mas, ao mesmo tempo, ser contemplada com propostas e políticas que tentam transformá-la em cidade, muitas das vezes negando suas particularidades e deixando de compreendê-la dentro de suas limitações e potencialidades.

Aqui nos valem desses primeiros traços para, em uma tentativa de avanço na discussão, analisar e compreender a laje sob uma perspectiva geográfica, levando em conta experiências diversas alcançadas no uso dessas unidades espaciais tão emblemáticas das favelas cariocas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo de questionamentos provenientes de um trabalho anterior, realizado para a obtenção do grau de bacharel e licenciada em Geografia, esta dissertação nasceu da motivação de se melhor compreender os espaços favelados e suas dinâmicas. Assim, o presente trabalho teve por objetivo refletir sobre a figura da laje das habitações faveladas como uma possibilidade de se obter maiores bem estar e qualidade de vida por parte dos moradores e moradoras que a possuem em suas residências.

A Rocinha, que, para mim, já figurava enquanto objeto de estudo desde os tempos de graduação, permaneceu como exemplo empírico, embora agora o foco fosse especialmente uma determinada unidade espacial característica não apenas desta favela, mas também nas demais favelas cariocas.

Tendo por inspiração a chamada “epistemologia da laje”, partimos da compreensão de que, se há lajes em muitas construções, nas favelas a laje é patrimônio, recebe muitos usos e proporciona mobilidades. Dessa forma, encarou-se, desde o princípio, a laje como um elemento construtivo tomado geograficamente como uma unidade espacial das residências faveladas, capaz de articular mobilidade, paisagem e lugar e, por isso, em alguma medida prover bem estar a quem as possui.

Assim, o primeiro capítulo discutiu as possíveis relações estabelecidas entre as categorias desenvolvimento socioespacial, justiça espacial, e Buen vivir para se pensar no bem estar humano e na qualidade de vida em ambientes favelados. Evidenciamos o caráter dualista da maior parte dessas noções, questionando a pertinência de sua aplicabilidade no estudo de algo que não se encaixa em dualismos: a própria laje. Ela, que pode ser pública ou privada, formal ou informal, não se encaixa em categorizações comuns, já que pode ter tantos usos e desempenhar tantas funções quanto seus proprietários julgarem necessário. Por estar inserida em ambientes favelados, que são encarados e concebidos enquanto não cidade, a laje acaba não tendo seu potencial percebido nem explorado, tornando a busca por uma melhora de qualidade de vida um processo repleto de sacrifícios, privações e dificuldades, mas também permeada por relações de solidariedade, afeto e autorganização entre moradoras e moradores que decidem encarar tal empreitada.

As soluções habitacionais, quando propostas para as habitações faveladas, acabam esbarrando em concepções e planejamentos que historicamente se aplicam às áreas formais da cidade, mas que não necessariamente são eficazes em seu contexto específico. Percebe-se, assim, que o caráter inacabado das edificações próprias das favelas é lido pelos agentes hegemônicos como algo precário. Dessa forma, pode-se interpretar que tal visão parte de um interesse no qual tachar a favela de precária e inferior lhe coloca como um espaço que deve sofrer interferências que lhe façam alcançar características que modifiquem essa condição. Portanto, reforça-se a concepção que lhe coloca como parte de mais um dualismo, acrescido a um evolucionismo, já que lhe opõe aos espaços tidos como formais e lhe concebe como espaço que deve ser dotado de tecnicidade, formalidade e, de certa forma, padronização.

No entanto, o estudo da laje mostra que o inacabado, na verdade, se coloca como uma solução para a vida que é, naturalmente, elástica. A vida muda, projetos mudam, são executados paulatinamente. O que se lamenta, no entanto, é o não reconhecimento, por parte de tais agentes hegemônicos, das especificidades e dinâmicas próprias das favelas, de forma que pudesse haver políticas que tornassem o processo de conquista de melhorias na vida cotidiana menos custoso financeiramente e emocionalmente. Durante as entrevistas realizadas com membros de quatro famílias moradoras da Rocinha, foi muito presente nos discursos dos entrevistados e entrevistadas as estratégias adotadas para que, mesmo que paulatinamente, suas moradias, bem como suas respectivas lajes, conseguissem ser concluídas, respeitando-se restrições principalmente de ordem financeira, mas também referentes ao tempo de dedicação necessário para a conclusão das obras. Logo, a casa é um reflexo das possibilidades de quem nela vive, seus momentos geo-históricos, suas conquistas, suas perdas, as mudanças que a vida traz... Nesse sentido, a laje se revela como projeto, como solução que compreende melhor a dinâmica da vida, o que vai ao encontro do aparato teórico trazido pelo Buen Vivir, discutido no primeiro capítulo.

No capítulo 2 nos dedicamos à análise da laje através desses dois conceitos centrais na ciência geográfica: paisagem e lugar. O intuito foi tanto captar a importância atribuída pelos moradores e moradoras à paisagem da favela vista a partir de suas lajes, como também explorar, ainda que de forma breve, o valor comercial que a paisagem percebida a partir das lajes acaba ganhando. Assim, acompanhamos

nos relatos as sensações, emoções e a relevância trazidas pela contemplação/observação da paisagem a partir desses espaços. A laje se revelou como um espaço no qual os moradores e moradoras se sentem à vontade, que lhes traz certa tranquilidade e orgulho. No que tange ao conceito de lugar, exploramos falas que refletiam sentimentos como pertencimento e afetividade sendo valorizados pelos entrevistados e entrevistadas, tendo por foco as experiências marcantes selecionadas por eles. Cabe pontuar que nos deparamos tbm com a menção a experiências negativas que, de alguma forma, marcaram a trajetória de algumas famílias sem, contudo, ofuscar outras também memórias positivas. A laje, assim, se revelou como o local de encontro de familiares e amigos, de celebração, de lazer, de momentos marcantes de épocas passadas, etc. Assim, percebemos como ela esteve presente de forma central ao longo da vida daquelas pessoas.

O capítulo 3 teve por norte, primeiramente, apresentar a favela da Rocinha, visando contextualizar o ambiente no qual estão inseridas as lajes das quais falamos ao longo do trabalho. Foram expostos dados oficiais revelados principalmente nos últimos censos e levantamentos realizados pelo governo. Tais dados transpareceram a condição da Rocinha enquanto favela produzida historicamente como um espaço injusto, produto da desigualdade na qual se desenvolveu a cidade do Rio de Janeiro. Nesse sentido, a laje acaba se revelando como um objeto ainda mais importante, pois se podemos assumi-la como propiciadora de maior bem estar e qualidade de vida, certamente em um espaço já precário, as funções que desempenha ganham ainda mais relevância.

Foi neste capítulo também que elencamos os mais diversos usos e funções da laje, bem como os processos que envolveram sua construção. Ficou evidente o seu caráter temporário, que lhe coloca como um espaço construído aos poucos, paulatinamente, de acordo com os recursos financeiros e tempo disponíveis para investimento naquele espaço, bem como as relações de cooperação e solidariedade entre aqueles que se envolvem na construção das lajes. Abordamos as estratégias empreendidas para a realização das obras, tanto no que tange a busca por ajudas financeiras, quanto de mão de obra a ser empregada no processo de construção. Inclusive, foram reveladoras as falas que narravam a prática da autoconstrução realizada a partir de experiência adquirida em fases anteriores das obras, através de observação, ou em experiências de trabalho na construção civil.

A ausência do uso de ajuda financeira adquirida em bancos e as dificuldades que um morador ou moradora de favela pode encarar para conseguir empréstimos, por exemplo, também nos revela a precariedade de interpretações que enxerguem na laje potencial construtivo para tornar melhor a vida daqueles que nela planejam investir. São espaços construídos sem aparato técnico, ou acompanhamento de profissionais e que também não conta com apoio de instituições financeiras. Talvez seja este um caminho para, futuramente, permitir que tais espaços sejam construídos com maior segurança e estabilidade, de forma que a favela passe a ser concebida como um local que não precise alcançar o *status* e as práticas colocadas para a cidade formal, o dito “asfalto”, mas seja encarada, compreendida e aceita dentro de toda sua dinâmica própria.

Ao fim do capítulo 3 trouxemos ainda a experiência do Plano Diretor da Rocinha, no Rio de Janeiro, como exemplo de possibilidade de se conceber formas de oferecer maior bem estar a populações residentes de áreas menos favorecidas das cidades brasileiras, porém levando-se em conta a participação direta dos principais afetados pelos projetos: os moradores e moradoras locais. Acreditamos que o estímulo à participação de moradores e moradoras e a preocupação em estabelecer diálogos já configura um avanço nas práticas relacionadas à concepção de projetos para áreas menos favorecidas, o que reforça a importância desses exemplos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. A. B. de; GUTIERREZ G. L.; MARQUES, R. **Qualidade de vida: definição, conceitos e interfaces com outras áreas de pesquisa**. São Paulo: Edições EACH, 2012. 141 p.

BRASIL. Lei nº 13.465, de 11 de Julho de 2017. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União; e dá outras providências. . Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13465.htm>. Acesso em: 28 mar. 2018.

BERQUE, A. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. **Geografia cultural: uma antologia**, v. 1, p. 239-243, 2012.

BORDIEU, P. **As estruturas sociais da economia**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

CABRAL, L. O. A paisagem enquanto fenômeno vivido. **Geosul**, Florianópolis, v. 15, n. 30, p. 34-45, jan. 2000. ISSN 2177-5230. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/14252>>. Acesso em: 12 abr. 2019.

COHN, A. **Entre sair da pobreza e ingressar na cidadania. Nova classe média, utopia de um futuro fugaz?** In: BARTELT, D. D. (org.). *A “nova classe média” no Brasil como conceito e projeto político*. Rio de Janeiro: Henrich Bohl Stiftung, 2013. 106-114.

CORRÊA, C. F.; MENEZES, J. B. da C. e. **A regularização fundiária nas favelas nos casos de “direito de laje”: onstruindo pontes entre o direito inoficial e o direito vigente**. Revista de Direito Urbanístico, Cidade e Alteridade, Brasília, v. 2, n. 1, p.179-195, jan. 2016. Disponível em: <<https://www.indexlaw.org/index.php/revistaDireitoUrbanistico/article/view/507/504>>. Acesso em: 14 jan. 2019.

DUARTE, G. F. O paradigma do desenvolvimento sob uma nova perspectiva sustentável: reflexões acerca da necessidade de se pensar em múltiplas sustentabilidades. **Revista GeoPuc**. Rio de Janeiro. Ano 4, n. 8. fev 2013.

_____. **Nova classe média brasileira: o que a geografia tem a ver com isso? Um estudo de caso na favela da rocinha, Rio de Janeiro**. 43 f. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015

ESTEVA, G. **Más allá del desarrollo: la buena vida**. America Latina en movimiento. La agonía de un mito: Cómo reformular el "desarrollo"? 2009. p. 1-5

FERREIRA, L. F. Acepções recentes do conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano V, nº 9, pp. 65-83, jul./dez., 2000.

FREIRE-MEDEIROS, B. **Gringo na laje**: produção, circulação e consumo da favela turística. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2009. 164 p. - (Coleção FGV de bolso. Série Turismo)

FREIRE-MEDEIROS, B.; NAME, L. Epistemologia da laje. **Tempo Social**, v. 31, n. 1, p. 153-172, 17 abr. 2019.

MAGALHÃES, A. F. **O direito das favelas**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. 462 p.

NAME, L. O conceito de paisagem na geografia e sua relação com o conceito de cultura. **GeoTextos**, vol. 6, n. 2, dez. 2010. p. 163-186.

NERI, M. **A nova classe média: o lado brilhante da pirâmide**. Rio de Janeiro: FGV/Saraiva, 2011. 280 p.

_____. **A nova classe média: o lado brilhante dos pobres**. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2010. 121 p.

POLANYI, K. **A grande transformação**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PORTO-GONÇALVES, C.W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

Projetos urbanísticos podem transformar favelas. Exame, Branca Nunes, 2011. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/projetos-urbanisticos-podem-transformar-favelas/>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

POCHMANN, M. **Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012. 128 p.

Regularização de domicílios beneficiará quem ganha até dez salários. O Globo, Eliane Oliveira, 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/regularizacao-de-domicilios-beneficiara-quem-ganha-ate-dez-salarios-20837789>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

SAUER, C. O. **A morfologia da paisagem**. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). *Geografia cultural: uma antologia*. Volume 1. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012, p. 181-217.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. ([1993] 2007), A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**. [s.l.], 28: 19-54, janeiro-junho.

_____. ([1990] 2008) *Epistemology of the closet*. Berkeley/Los Angeles/London, University of California Press,.

SOUZA, A. e LAMOUNIER, B. **A classe média brasileira. Ambições, valores e projetos de sociedade.** Rio de Janeiro/Brasília: Elsevier/CNI, 2010. 174 p.

SOUZA, M. L. de. **Mudar a cidade. Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 556p.

TUAN, Y. **Topofilia:** um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. 1980. São Paulo: DIFEL. 342 p.

VALLADARES, L. Educação e mobilidade social nas favelas do Rio de Janeiro: O caso dos universitários (graduandos e graduados) das favelas. **Dilemas:** Revista de Estudos de Conflito e Controle Social. Vol. 2, nº 5-6, jul/ago/set-out/nov/dez 2010, p. 153-172. Disponível em: <<http://revistadil.dominiotemporario.com/doc/Dilemas5-6Art6.pdf>> Acesso em: 27 nov 2014.

APÊNDICE A – Questionário aplicado nas entrevistas realizadas com moradores da Rocinha.

1. Nome, idade e profissão dos chefes de família e demais membros do núcleo familiar.
2. Há quantos anos mora na Rocinha? E no imóvel atual?
3. Desde quando sua casa tem laje?
4. Como foi a construção dela? Ocorreu aos poucos? Ou você decidiu fazer toda a obra de uma vez só?
5. Alguém ajudou na construção da laje, seja com dinheiro, ou mão de obra?
6. Quem realizou as obras? Conhecidos que trabalham no ramo,
7. familiares, amigos? Alguém ajudou voluntariamente ou todas as pessoas foram remuneradas para isso?
8. Você recorreu a financiamentos e empréstimos em bancos?
9. Você precisou abrir mão de algo para priorizar a construção da laje?
10. Deixou de comprar ou fazer algo, pois estava guardando dinheiro para a obra?
11. Atualmente, o que você e sua família costumam fazer na sua laje?
12. E no passado? Quais memórias você têm de eventos ou atividades realizadas na sua laje?
13. Você já ganhou algum dinheiro através da sua laje? Como?
14. O que você acha da vista que tem da sua laje? Tem o hábito de parar alguns instantes para admirar a paisagem?
15. Você acredita que sua casa é uma casa melhor do que outras casas por ter laje? Se sim, por quê?
16. Você consegue mencionar a lembrança mais positiva, marcante, que você tem que inclui sua laje? Ou: Me conta um momento marcante, uma lembrança forte de algo que aconteceu na sua laje.

APÊNDICE B – Entrevistas realizadas com moradores da Rocinha**Transcrição Família Mota****Data: 19/03/2019****Entrevistadora: Gabriela Duarte**

Gabriela. – Então, antes de tudo eu queria que você falasse seu nome, sua idade e sua profissão.

Carlos. – Minha idade é 54 anos. Sou o Carlos Alves Martins. Sou protético e moro na residência.

Leandro – Estudante também.

C. – Estudante também. Colégio Sagrado Coração de Maria. Ganhei a bolsa lá e estou estudando.

Maria – Aprendeu a ler com 50 anos.

C. – Estou na 5ª série.

G. – Que é o que a gente chama de 6º ano, não é?

M. – Não, quarta.

G. – Ah, tá. Quinto ano. E as outras pessoas que moram aqui? Você mora com quem?

C. – Mora[mos] eu, minha filha, Aline. Só, porque os outros já casaram.

G. – E a esposa?

C. – A esposa. Os outros já casaram, mas estamos sempre juntos. Sempre estamos juntos aqui. Quase todo dia.

G. – Todo mundo mora no mesmo prédio, então todo dia se vê.

C. – Todo dia se vê. Nos domingos almoça[mos] juntos.

G. – E há quantos anos você mora aqui na Rocinha?

C. – Trinta e cinco anos.

G. – Originalmente você nasceu onde?

C. – No Ceará.

G. – Qual cidade?

C. – São Benedito, sítio Faveira.

G. – E nessa casa aqui há quanto tempo você mora?

C. – Essa casa aqui já tem o que? Dezesesseis anos.

G. – Antes você morava onde?

C. – Eu morava lá na Travessa Luz.

G. – Lá embaixo. Era aluguel?

C. – Era.

G. – E desde quando essa casa tem laje?

C. – A gente vai fazendo um andar e vai ficando a laje. Aí vai levantando, vai ficando uma laje. Sempre vai ficando uma laje, a gente vai fazendo a comida e vai almoçando lá.

G. – Então desde o início você fez um andar e tinha uma laje. Aí subiu esse andar...

C. – Hoje tem outra laje.

L. – A laje existe antes da própria casa. Primeiro é a laje, depois que se tornou uma casa. Primeiro foi o térreo, o chão, feito o chão. Depois o primeiro andar, que é a garagem. No segundo andar já era uma laje sozinha, sem ninguém habitar, para depois fazer a casa.

G. – Quantos andares tem hoje o prédio?

C. – Seis andares.

G. – Em todos os andares mora alguém?

L. – Famílias diferentes.

C. – Mora família diferente, porque mora o filho, mora[m] outras pessoas que são parentes. É quase uma família toda.

G. – As outras casas são alugadas.

C. – Essas são alugadas.

G. – Você tem a ideia dessa laje virar outra casa?

C. – Não. Lá vai parar. Vai ficar o telhado, a cobertura, que é pra secar alguma coisa e fazer alguma coisa, um almoço.

G. – Então a ideia é só melhorar a laje que já tem.

C. – Melhorar o que já tem.

L. – Não, porque a construção já chegou no limite e agora é só para poder usar mesmo. Não é para fazer mais nada.

G. – Pelo o que eu já entendi, a construção dessa laje, então, tem sido aos poucos. Então a obra não foi feita toda de uma vez. E aí quem ajudou na construção dessa laje?

C. – Família.

G. – Amigos também?

C. – Contados, poucos.

G. – São esses familiares que hoje moram aqui?

C. – Moram, é. Sempre dão uma força.

L. – Os familiares são os que mais ajudam a gente com a força, com apoio. Às vezes com dinheiro.

C. – Às vezes eles emprestam dinheiro. Você está tudo, ai tem dó e eles emprestam o dinheiro.

L. – Por exemplo, está batendo a laje. Aqui houve muita coisa sem ser paga. Muita gente e ia lá e ajudava na amizade. Como era antigamente, fazia mutirão, as pessoas ajudavam os outros sem pensar no dinheiro. Hoje em dia para você fazer uma laje, por exemplo, quando você vai fazer, ou você tem o dinheiro e faz e paga cada um R\$ 150 naquele trabalho, ou não faz. Mas graças a Deus aqui sempre teve pessoas que ajudaram. Vieram até de fora para ajudar a construir naquele dia.

C. – Às vezes empresta o dinheiro.

L. – Esse aqui ajudou muito, mas ele já veio com a coluna defeituosa.

G. – Esse evento de ajuda envolve também carregar material?

L. – Agora você subiu sozinha. Imagina você subir com um saco de cimento de 50 kg nas costas. Um tijolo que você carrega, cada tijolo pesa 2,7 kg. Às vezes a gente subia isso aqui com dez tijolos no ombro.

Cleber – Cada vez fica mais difícil. Para fazer a minha eram um, dois, três vãos de escada. Agora para chegar lá em cima, você subindo sem peso, já chega cansado.

L. – A história mais legal de todas é do genro aqui, que casou e precisava fazer a casa urgente, então ele recebeu muita ajuda de muita gente. Ele foi o que mais recebeu ajuda. Daniel, Edilson, Marcelo, Marquinhos... Tinha pedreiro que se transformou em pedreiro profissional hoje trabalhando na casa dele. Trabalho experimental.

Cleber – Leandro também.

L. – Eu estou fazendo e nem sabia. “Como é que faz, Leandro?” “É assim. Faz desse jeito.” E nem eu era profissional. Eu já era formado nessa época e nas horas vagas fazia a obra.

G. – O que você estudou?

L. – Eu sou formado em educação física. Subir material, subir uma caixa de cerâmica, subir uma pia, tudo isso é pesado. A [parte] elétrica dele foi o irmão dele que fez para ele. Botaram luz dentro de casa. A história mais assim foi a dele.

G. – Vocês pegaram algum tipo de empréstimo ou de financiamento?

L. – Ai, ai, ai, até dói o espinhaço. Primeiro a gente entrou em um banco antigo, que já fechou, o Viva Cred. Acho que você se lembra. A gente fazia empréstimo lá. Ai fazia um empréstimo de um valor, terminava de pagar ele para comprar o material. Ai entrava em outro. Ai depois que estava muito apertado, chegava o compadre Ciço aí, pedia um valor a ele. Pedia um valor de R\$ 5 mil, R\$ 2 mil. Então a gente estava sempre antes. Ai ela [a esposa] pagava esse dinheiro. Mas tem outros casos mais perigosos. Tivemos sempre que pegar dinheiro emprestado. Ele pegava o dinheiro dele, que trabalhava, aplicava. O dinheiro meu também jogava aqui. Mas a gente vivia naquela pressão, sufoco, sufoco, até... Muitas pessoas torcem para você conseguir subir o muro, mas tem muitas pessoas que derrubam você para não subir o muro. E essas pessoas que nós chamamos em família, são essas pessoas que eu te falei agora. E sempre estamos juntos.

L. – E aqui a gente teve vários exemplos de amizade. Porque às vezes a gente acha que muita gente é teu amigo, mas na verdade não tem mts amigos. Os teus amigos. Os teus amigos você só sabe quando você está precisando. Em uma situação como ele chegou aqui no Rio de Janeiro, a casa dele ele fez primeiro que a gente. A gente veio depois dele. Por ele ter emprestado à gente, porque ele já estava em uma condição melhor. Mas os amigos dele que ajudaram ele lá na época da casa dele foram poucos, não é, tio?

Ciço – Foi, foi um sufoco muito grande.

L. – Ele é irmão da mãe, ele mora no 99.

Ciço – Apesar que eu nem terminei de fazer. Eu acho que eu nem vou mais mexer ali. Não sei o que eu vou fazer mais. O importante é ter um lugar para a gente se esconder, não é?

G. – Quando vocês falaram que você ajudava a pagar o empréstimo com o dinheiro do seu trabalho, o que você fazia?

M. – Eu sou empregada doméstica.

L. – E aqui também, Gabi, desculpa eu cortar, para gente que mora em um endereço difícil, que não é social, o nosso endereço é um endereço muito complicado. A gente não tem documentação da casa. O banco não entende isso como um pré-requisito para você fazer o empréstimo. Então a gente, para provar que é pobre, é até difícil. Então, por exemplo: “Ah eu preciso de R\$ 5 mil.” “Você quer R\$ 5 mil para que?” “Ah, para fazer minha casa.” “Então me dá o documento da casa, me dá o RG, o registro no município, o registro na prefeitura.” “Ah, não tenho documento.” “Então não te

empréstimo dinheiro.” Viva Cred foi depois. O empréstimo do Viva Cred não era para construção. Até hoje não existe empréstimo aqui na Rocinha para ninguém fazer nada. O empréstimo era para melhoria do trabalho do pai, que ele é protético, fazia dentadura. Então ele estava pegando aqueles R\$ 5 mil para fazer reforma no imóvel onde ele trabalhava, que ele pagava aluguel. Até hoje as obras da favela são feitas com o próprio suor, luta e custos do próprio morador. Você deixa marca, você deixa carne, você deixa sangue. Então hoje em dia você pode até fazer uma referência. Vê o pessoal que está fazendo casa lá que caiu, mas o governo não foi lá e falou: “Está aqui a planta. Um engenheiro fez a planta para você. A prefeitura não pode te ajudar a construir, mas está um engenheiro à disposição para te ajudar. Aqui você bota uma coluna, aqui é outra. Você vai ter um empréstimo de R\$ 10 mil, você vai pagar com 30 anos, mas você vai receber.” Eu acho, na minha opinião, que tinha que ser assim. Eles não fizeram esses prédios ali? Chegava para a gente aqui, derrubava um montão de casinha, cada um ia ter uma casa, falava assim: “Você não paga aluguel? Não é R\$ 600? Você vai pagar a parcelinha de R\$ 600.” Mas aí você que vai pagar. É teu. Você vai quitar, vai ser sua daqui vinte anos. É isso que a gente não tem. É abandono. Então até hoje se você fazer um empréstimo como pré-requisito em qualquer banco... “Ah, quero fazer minha casa.” “Onde é sua casa?” Dependendo do CEP que você digitar ali, você não recebe, porque o banco tem preconceito. Já é uma favela. Se tratar de favela, o muro já fica mais alto e você não faz nada. Os bancos que ajudam, eles ajudam, mas se você falar que é para investir dentro, não ajuda.

Cleber – É para empreendedor os empréstimos. Inclusive eles vão até visitar o espaço, tirar foto do espaço.

L. – Todas as casas que existem na favela são todas abandonadas, foi tudo feito com o suor do próprio morador. Não teve ajuda de ninguém. Por isso que muitas vezes existe falta de estrutura, falta de infraestrutura, falta de esgoto, que são os próprios moradores que fazem do jeitinho que podem. Uma escada malfeita... Eles criticam, “ah, mas cadê o habite-se da casa? Você tem o habite-se?” Você pede um habite-se para uma pessoa que nunca estudou, ela nem sabe o que é. Você só pode entrar em uma construção quando o prédio está pronto e todo o projeto de hidráulica, elétrico, a planta, o engenheiro assinar. Então é uma complicação. Não tem aparato de ninguém. É você por si só. Aí as enchentes, o que acontece? No meu ponto vista é a sujeira que muitas vezes o próprio morador, por ser pobre, a falta de educação, ele deixa o lixo. A gente aqui, no Doutor Mário, vive a duas lixeiras que não tem 200 m se você

contar ali da entrada da rua para chegar naquela lixeira. Se você subir, tem a lixeira aqui. Eu levo a sacola do lixo todo dia, ele leva, ele é morador, o pai leva duas, três, que é do banheiro e da cozinha. Tem morador que por muitas vezes pega o lixo e bota ali no prédio do cara, na porta do cara. Ou lá naquele poste na entrada da rua, que agora botaram uma placa. Me revolta, cara, quando eu desço que tem uma sacola de lixo ali. E tem outro problema que são os esgotos, que entopem. Entopem por quê? Por causa do lixo. Não tem canaletta de agua suficiente para descer a chuva. Tem muita coisa que falta melhorar no lugar, mas onde a prefeitura não tem olhos... Se nem lá embaixo está sobrando verba para ser investida. Não se investiu R\$ 1 em nada disso.

G. – Bom, eu já percebi também, pelo que vocês falaram, que tiveram que abrir mão de coisas para priorizar a construção não só da laje, mas do prédio. Vocês conseguem lembrar o que exatamente vocês tiveram que deixar de fazer, ou de comprar, porque vocês estavam guardando dinheiro?

L. – A mãe é a primeira.

M. – Minha filha, era um sufoco tão grande, que um dia eu fui caçar uma calcinha aqui para vestir e não tinha. Todo dinheiro era para obra. Recebia com uma mão, entregava com a outra.

G. – Vocês já morando aqui ou morando lá embaixo e fazendo aqui?

M. – Morando aqui já. Quando a gente mudou para o primeiro andar, a gente ficou devendo 14 mil reais.

G. – Devendo para quem?

M. – Pro banco, para ele, Deus e o mundo. Cinco anos sem ver minha mãe. Meu filho casou no Ceará, o Carlinhos, que você conhece, só quem foi fomos eu e as meninas. Eles não foram porque não tinha condição. Não tinha dinheiro de passagem.

L. – Aqui a gente só não abriu mão da comida. A comida era o único item que a gente não abria mão. Mas a gente abriu mão de viajar, de roupa, roupa a gente não tem. Tênis só comprava quando já estava vendo o pé debaixo que não conseguia mais.

G. – Você hoje mora com quem lá na sua casa?

Ciço – Eu moro sozinho. Os filhos estão dois casados e um separado.

G. – mas você tem laje também na sua casa.

Ciço. – Tenho. Tenho uma casinha embaixo, onde eu moro, e meu filho mora em cima.

G. – O que você faz na sua laje geralmente?

Ciço – A laje que tinha eu fiz uma casinha para o meu filho.

L. – Ele já perdeu a laje para dar a casa para o filho.

Ciço – Não tem mais como.

L. – Ele abriu mão do lazer dele de fazer um churrasco para poder o filho dele morar.

[Pausa]

G. – Atualmente o que vocês fazem na laje?

C. – Às vezes a gente faz um almoço. Assa uma carne, fica lá um pouco, estende roupa, tem as caixas d'água para abastecer o prédio...

L. – Comemoração de formatura. Ah, teve uma festa de casamento de uma amiga da minha mãe, que depois de velha casou. Aí o bolo foi lá na laje.

C. – Quando tem mais de dez pessoas a gente leva lá para cima.

L. – Na verdade, sempre foi muito improvisado, porque nunca está terminado. Você vai subir lá daqui a pouco, aí você vai ver. É tijolo de um lado, aí a pessoa senta no tijolo, assa carne, quem vai cortar está cortando em cima do tijolo. Na formatura da Aline foi tudo arrumadinho. O tema do meu bolo foi obra. Minha esposa fez um bolo com um martelo e o que mais? Tinha um tijolo, tinha a pá. Aí atrás, na decoração, eles penduraram tudo que usava na obra. O Assis trabalhou com a gente também aqui. Aprendeu muita coisinha comigo, não é, Assis?

G. – Tudo o que você aprendeu foi na prática, ou você fez algum curso?

Cleber – Minha casa foi a cobaia.

L. – Não, na verdade, o aprendizado está na cabeça, você só desenvolve. O meu pai, ele é inteligente. Qualquer tipo de coisa ele sabe fazer. Aí, de certa maneira, minha obrigação era fazer isso.

G. – Quem te ensinou?

C. – Eu mesmo.

M. – A vida.

C. – Mas aí, deixa eu te falar. A ferramenta é que te ensina. Eu sempre falo: quem vai te ensinar a fazer a obra é o prumo, o nível e o esquadro. E a sabedoria que você tem. Se você tem a ferramenta, você vai saber. Por exemplo, uma instalação de água, elétrica, tudo isso aí nós fazemos.

M. – Mas não sabia, tá? Aprenderam. Ele [Leandro], quando começou a obra, era professor de tênis. Ganhava bem também.

C. – Quando o Leandro começou não sabia enfiar um parafuso na parede. Aí primeiro eu botei ele para fazer sabe o que? Fazer a instalação elétrica a casa. Eu falei: “Forra um positivo e um neutro na casa toda. A tomada e tal.”

L. – Na verdade, quando a gente tinha dinheiro para pagar, a gente pagava o profissional. Eu ganhava bem, sobrava dinheiro, dinheiro do meu pai, dinheiro da minha mãe. Reunia um pouco daquilo e botava o profissional para fazer a estrutura, a fundação. Automaticamente, ele estando fazendo aquilo ali, a gente está presenciando. O profissional estava trabalhando, aí, por exemplo, era eu e mais quatro pessoas ajudando. Quatro profissionais recebiam, que eram os pedreiros e dois ajudantes e ficava eu e meu irmão e as vezes tinha outra pessoa. Meu pai não podia porque tinha que trabalhar. Fazendo trabalho de ajudante. Enquanto eles estavam fazendo, a gente estava olhando. “Ah, então é assim que faz um buraco. Ah, então assim que amarrava o ferro, assim que bota a tabua.” Ai você vai entrando no mundo do estágio. Aí o estágio vai te ensinando como o profissional age. Só que a meta do estagiário é observar o profissional trabalhando para você aprender como é que faz. O cara está lá trabalhando, você está vendo. Ai aos poucos quando já não tinha mais dinheiro para pagar...

Cleber – Eles começaram a dar mancada também com a gente.

L. – Aí eles começaram a falhar um pouquinho.

Cleber – Parou de vir pedreiro na construção da minha casa. A gente começou fazendo, aí era final de semana que vinha, sábado e domingo. Pegava meu sogro, Leandro, eu, Marcelo vinha para cá, meu primo, meu pai. A gente ficava ajudando ali. Eram dois pedreiros, tinha um ajudante. Só que o pedreiro, do nada, deixou de vir. Meu sogro falou: “Ah, vamos fazer a gente mesmo.” A gente foi tocando. Começou a vir Daniel, Edilson, Marquinho. Ninguém sabia. Todo mundo aprendendo, parede torta. Ele já sabia fazer, mas deixava muito na mão do pedreiro. O Leandro assumiu mesmo a obra a partir da minha casa. O Leandro começou a cair dentro, a fazer. Ai depois já começou a ir para obra fora com o Marquinhos, ajudar em alguma coisa. O Marquinhos aprendeu aqui e já se oferecia para os outros na rua.

L. – Depois eu fui vendo que para mim estava ficando ruim no meu trabalho. Aí larguei o trabalho e caí na obra. Ai da obra foi que eu fui me especializando mais. Até que fui aprendendo mais. Larguei a profissão, cansei. Enjoei. Fiquei até com depressão também, não conseguia mais nem trabalhar. Ai de uma hora para outra falei: “Agora eu não quero mais.” Minha mãe foi contra, meu pai também, mas eu não conseguia mais. Eu tinha crise de ansiedade, eu vomitava, tinha diarreia o tempo todo e aquilo começou a me bloquear. Passei sete anos sem fazer nada na minha profissão. Depois de sete anos eu tentei voltar, já pronto, sem nenhum tipo de dependência de remédio,

sem nada, e quando eu fui trabalhar não era mais a mesma coisa. O salário já não compensava, eu tinha mulher, filho para dar de comer, e o que eu estava tirando não conseguia compensar. Na obra eu já conseguia ganhar. Então eu não vou voltar. E minha mãe foi supercontra. “Você vai trabalhar lá. Vai trabalhar na obra todo sujo?” Ela queria ver o filho bonitinho chegando em casa. Eu falei: “Mae, mas não dá dinheiro. Estou com a minha mulher e filho em casa sem dinheiro.” Aí ia para a obra mesmo.

G. – Então hoje você trabalha com obra.

L. – Trabalho com obra. Aí eu decidi que não queria mais, fiquei com trauma da minha profissão devido aos baixos salários também. Porque eu saía para trabalhar, o cara falava assim: “Ah, eu vou te pagar R\$ 10 a hora.” Mas são só três horas por dia. Aí eu ia lá ganhar R\$ 30. Para eu ir tinha o ônibus, tinha que lanchar antes. Se eu fosse lanchar, com R\$ 30 não pagava. Fui dar aula no clube militar de natação. O cara queria me pagar R\$ 12 a hora. Eram 4h por dia. Aí eu ficava somando meu salário e a pretensão de melhorar nenhuma. Não quero isso para mim. Eu fico igual uma rapariga para um canto e para o outro e não ganho dinheiro. Não quero isso para mim. Estou me sentindo usado. Aí comecei a pensar se eu ficasse naquilo, ia voltar minha ansiedade, iam voltar os problemas, e eu abandonei. Pronto. Eu não superei até hoje. De vez em quando tenho pesadelos, tenho algumas coisas relacionadas. Pessoalmente eu superei, mas o meu subconsciente ainda sofre um pouquinho. Eu comecei com 12 anos. Então eu tinha uma responsabilidade muito cedo. Aí acho que essa responsabilidade depois me cobrou por ter meio que falido.

G. – Você tem quantos anos?

L. – Trinta e cinco.

G. – Vocês já ganharam algum dinheiro por causa da laje?

M. – Não. Dinheiro não.

L. – [Em] Algumas casas na Rocinha existe isso. Grupos de gringos que querem ver a vista, aniversários. Mas aqui nunca teve estrutura para isso. É só da gente mesmo.

G. – Você falou da questão da vista. Tem vista na laje daqui? O que vocês acham da vista de lá?

C. – É uma vista muito bonita. Vista para o mar. Aí você vê o mar.

Aline – Eu acho que foi a partir de quando chegou na minha formatura que teve vista para o mar, não é?

C. – Foi, foi.

G. – Nos andares anteriores não tinha. Só foi ter vista agora no último andar.

C. – No último. Tem uma vista boa.

L. – Mas uma coisa que sempre estava presente com a gente, no meu caso... Não sei, teve um momento da minha vida que eu comecei a ficar com medo, já que estava ganhando pouco. Meu pai até hoje paga R\$ 800 de aluguel lá para onde ele trabalha, que é onde a gente morava todo mundo. Quando saiu do aluguel, veio para cá, mas o trabalho dele tem que continuar lá. Então meu medo, acho que um dos meus maiores medos, eu me sentia como se nunca fosse terminar aqui, nunca fosse fazer. Eu sempre ficava com muito medo disso. E aí, quando a gente olhava para o terreno e olhava para o céu, não é, pai? Fazendo o buraco e olhando para o céu. Será que um dia a gente termina? E eu sempre tive muito medo de morrer antes disso. Eu não sei por quê. Hoje eu não tenho mais medo de morrer, não. Se morrer, acabou, estou nem ai. Mas antes eu tinha medo, porque antes a gente nem morava aqui. Antes a gente chegava, via aquela obra fechada, tampada com tábuas de 30 e olhava só o ponto da casa. Aí ficava imaginando lá a cobertura, ficava imaginando a laje. “Ah, minha laje. Uma churrasqueira para comer um churrasco.” Por muitas vezes a gente abriu mão disso também. Eu queria comprar um carro. Até hoje eu não tenho um carro para eu passear. Queria comprar uma moto. Eu não tenho moto para passar. Porque sempre foi assim. A minha vida toda está sendo assim. Então às vezes está me batendo um medo [de] que eu vou morrer e não vou ter nada disso ainda. Porque às vezes você focaliza tanto em umas coisas, que bate uma crise de nervos, medo.

G. – Vocês costumam parar de vez em quando para ir lá na laje dar uma olhada na paisagem?

C. – Ah, eu gosto.

M. – Eu não. Tenho tempo não.

L. – Eu vou todo dia. De manhã, de tarde, de noite. A responsabilidade do homem é diferente. Não é sendo machista. Na laje, é lá onde tem a água. A água que a gente bebe, a água que a gente toma banho, está lá na laje. As caixas d’água tem que estar sempre atento. Então estou sempre subindo. Às vezes está vazando, tem que saber por que; a boia está com problema. Nós dois temos que ficar vendo isso, porque todos os moradores estão tranquilos. Depende de nós dois. Então na hora de viajar eu e ele não podemos. O bom funcionamento depende dos dois. Eles viajaram, todo mundo, mas eu fiquei por isso. Agora eu tenho que ir sozinho. Eu tive a oportunidade, pela segunda vez, de estar todo mundo lá no Ceará e mais uma vez eu não pude.

M. – Quando for agora em 2021 a gente vai fazer 40 anos de casamento.

L. – Aí a gente vai comemorar lá. Outro motivo de eu ir na laje todo dia é que eu tenho um morador lá, o primeiro morador da laje, então tem que estar lá todo dia. O João. É um pato.

M. – Tem um pato lá. O cara ia jogar na lixeira e ele pegou.

G. – Entre esse vai, sobe lá para checar as coisas, você acaba parando para olhar a vista? Para um tempo para respirar?

L. – Pobre não tem tempo para isso, não. A gente respira porque é obrigado. Porque não dá tempo, a gente trabalha muito. Todo mundo aqui.

M. – Todo dia eu saio 7h, chego 17h, chego morta de cansada. Vou subir para a laje?

L. – O pai trabalha de 7h15h, 7h20min, aí chega aqui 18h40min, janta, vai para a escola, chega 23h. Não dá tempo de nada.

C. – Domingo, às vezes, eu pego umas tilápias e asso lá, a gente come lá.

G. – Aline, você que estudou na PUC, seus amigos vinham aqui?

A. – No colégio, época de escola, não tinha vista, não. Tinha a laje, mas não tinha a vista. Agora, na faculdade, na minha formatura eu trouxe, porque eu queria fazer alguma coisa na laje e ter a vista, ter a favela de fundo. É um símbolo muito forte.

G. – E aí o que o pessoal achou? Eles comentaram?

A. – “Ah, que chique.”

C. – “Eu quero morar aqui.”

A. – “Que vista! Arrasou!”

Cleber – Você perguntou sobre ir para lá, mas é aquela coisa que o Leandro falou de não estar pronto, de não ter estrutura, não ter um banco, não ter nada, isso acaba evitando também que você suba para contemplar o lugar, porque ainda não está finalizado. Depois que estiver pronto a gente vai ver.

C. – Os almoços hoje são lá de domingo e feriado.

L. – Por exemplo, uma das coisas que eu mais queria, era meu objetivo, era terminar a laje. Por quê? Porque vê o sacrifício que foi para almoçar. Uns tem que almoçar pela metade. Quando tem aniversário, alguma coisa... A mesa é aqui. Uns têm que comer lá fora. Eu não quero. Eu falei que eu quero uma mesa igual àquela ali. [Leandro mostra o quadro da Santa Ceia, onde Jesus se reúne com seus apóstolos em volta de uma grande mesa] Lá é um ambiente para a gente reunir, fazer um almoço.

Cleber – Vai ter cozinha, vai ter banheiro...

C. – Lá eu quero finalizar assim: lá vai ter a geladeira, vai ter o fogão, vai ter tudo completo, a cozinha completa. Não vou levar nada daqui para lá. Vai ser a casa

montada para tudo estar lá. Na hora de fazer o almoço, vamos fazer tudo lá. Já estará tudo lá.

Cleber – É porque também, de certa forma, a gente passa muito tempo junto. Eu venho da missa, eu já compro pão. Aí chega aqui, a gente fica aqui sentado quase que emenda direto com o almoço.

C. – Eu quero finalizar lá com esse esquema. Tudo organizado, com mesa, banco. Tem um quarto lá, que vai ser um quarto.

L. – Quem ficar bêbado primeiro, deita. [risos]

G. – Vocês acreditam que a casa de vocês é melhor que as outras casas porque tem uma laje?

L. – Não.

C. – Eu acho que o importante, por exemplo, nessa casa aqui a gente tem conforto. Porque tem dois quartos com dois banheiros. Porque a laje, para nós, nesse ponto, a gente usufrui dela só para ter esse lazer. Para a gente estender roupa.

L. – No caso, a laje não é uma coisa que torna melhor, porque assim seria se fosse uma cobertura duplex onde você teria um outro cômodo da casa. E os espaços são pequenos para você morar na Rocinha. Não tem casa grande. É um milagre você conseguir fazer uma casa desse tamanho aqui. O que torna melhor não é os dois ambientes juntos. É o valor que você dá ao ambiente. Porque, por exemplo, tem um vizinho aqui que ele tem uma laje maravilhosa, mas eu não vejo. Não tem amigo, não tem... Ele tem uma laje maravilhosa, tem uma churrasqueira, tudo no granito. Nunca acontece nada lá. É feriado, é réveillon, é aniversário da esposa, do filho, do papagaio, está lá o cara. Só para ter mesmo. Eu posso ter a melhor casa do mundo, posso ser rico, mas não poder gastar dinheiro? Para que eu quero dinheiro? Eu quero chegar no domingo, “ah a picanha é R\$ 40.” “Estou perguntando o preço não, amigo. Eu trabalhei, eu quero agora.” Não quero saber quanto custa.

G. – Então para você o valor da laje daqui também está muito no uso que vocês fazem.

L. – E você em dia, na Rocinha, para alguém ter uma laje é uma coisa muito rara. É igual você ter uma garagem, entendeu? Nem todo mundo tem, porque os espaços são difíceis. Não tem mais terreno, é difícil você ter uma laje.

Cleber – O diferencial aqui da Rocinha – e acredito que de todas as favelas – é isso. A laje é um espaço diferenciado até porque ela tem valor de venda também. A pessoa vende a laje para construção. Pessoal fala assim: “Ah, comprei uma laje para construir.” Se você falar isso lá fora, é a coisa mais absurda do mundo. “Como assim

“você comprou uma laje?” Quer dizer, então você compra uma laje como se fosse um terreno também.

G. – Essa é a última pergunta. Se cada um responder individualmente, vai me ajudar bastante. Me conta um momento marcante, uma lembrança forte, que aconteceu na sua laje.

C. – Eu vou contar. A que me chocou mais? Foi um muro que desceu muito pesado para cima da laje e ele [Leandro] vinha quase junto.

L. – Estava tendo uma chuva muito forte.

G. – Então foi uma memória ruim, na verdade?

L. – Não, mas você falou uma memória. O que acontece: ali em cima, na Dioneia, o pessoal está passando sofrimento com chuva agora. A gente já sofre com isso aqui há muito tempo. Aqui atrás existia um muro e não tinha outra construção. Então toda vez que chovia a gente tinha medo, porque a água da chuva acumulava na laje e descia para nossa casa. Então chovia lá fora e quase que dentro de casa. Então quando estava chovendo era um momento de apreensão. Eu não dormia, meu pai não dormia. Tinha que ficar vigiando e com medo, porque lá em cima tinha um muro, tinha um barranco enorme. Então todo mundo tinha medo e não via a hora do vizinho chegar aqui e fazer a obra dele. Aí o cidadão foi lá, fez uma obra malfeita, aí bateu uma chuva daquelas, derrubou um muro em cima da obra dele. E nesse momento que o pai está falando foi o momento que eu corri para lá para saber o que tinha acontecido e nesse mesmo momento, quando meu pai chegou lá, viu o muro descendo e a imagem que ele tinha é que eu tinha descido junto. E a imagem que eu tinha vendo minha mãe aqui, minhas irmãs, dormindo, é que tinha quebrado tudo lá para baixo. Então foi choque. Essa memória marcou mesmo, foi pesada. A mãe chorava. Juntando com essa memória junta outra que foi a do dia que alagou aqui atrás, que ele desceu para ajudar também e a mãe chorando, pensando que o prédio ia cair. A água da CEDAE arrombou um cano que cabia uma pessoa em pé embaixo da estrutura do prédio.

G. – Isso foi quando?

L. – Agora há pouco.

G. – O do muro é mais antigo.

C. – Sim, estava na laje do andar aqui de baixo.

M. – Tinha uns dois anos que tinha começado [a obra].

Cleber – Uma memória boa é da construção da minha laje, que era a construção da minha casa, estava todo mundo unido. Assim, eu não gosto nem aguento trabalhar muito com peso. Eu não gosto mesmo não. Mas foi um período que a gente trabalhou muito intensamente, como o Leandro falou. Eu lembro da gente carregando tijolo em um Monza que ele tinha, no porta-malas, subindo. Parava ali, já subia e ia dar outra viagem. Eu lembro quando a gente bateu uma laje. Estava meu pai, estava o Marcelo... Esse cara falando assim: “Manda teu pai parar.” Todo mundo parava e meu pai continuava.

L. – O pai dele com 60 anos, a gente sofrendo e o pai dele lá. Saco de cimento nas costas.

C. – Agora, a boa, a melhor, hoje eu chego na laje vejo aquele visual bonito, olho para baixo e agradecendo a Deus porque cheguei até lá.

G. – E você, Aline?

A. – Formatura.

M. – A minha também.

A. – Foi ano passado, em julho.

G. – E você?

L. – É o que o meu pai falou. A parte boa é quando a gente sobe as escadas, que você olha para aquilo que você era. Era impossível você chegar lá. E quando você chega lá na laje, aquilo ali representa uma conquista. É igual quando você vai comprar uma roupa. “Quanto é essa roupa?” “É R\$ 100.” “Nossa, só tenho R\$5. Vou juntar até completar os R\$100.” Então para você é quase impossível. Para gente que era praticamente muito pobre... Às vezes, quando eu estou desanimado, a motivação que meu pai me dá e dizer: “A gente é rico, vocês têm isso, isso e aquilo. Muita gente não tem.” Aí quando a gente sobe, e vê o que conquistou, olha para a vista e [vê] que você abriu mão de muita coisa, mas que valeu a pena... Essa é a sensação que eu tenho. Saber que eu consegui o que parecia impossível. É um sentimento de gratidão, primeiramente a Deus, por ter saúde e conseguir. A gente nasceu ruim na vida, já nasceu de má sorte, porque nasceu pobre e sem nada.

C. – O importante também é a união de todos. Aqui ninguém vê briga. Repara só que tem família que fica aquela briga e aqui nós mantivemos sempre aquela união um com o outro. Genro, irmão, filho, unido. Briga para quê? Porque não compensa. Se você parar para pensar, onde tem aquela briga em família nada constrói. Nada dá certo. O

valor mais forte que tem é essa parte. Você já pensou? Família toda desunida e descontrolada.

Transcrição Família Andrade

Data: 13/03/2019

Entrevistadora: Gabriela Duarte

Gabriela – Me fala, para começar, seu nome, sua idade e sua profissão.

Luiz – Nome: Luiz Aniceto Neto; 51 anos completos, profissão: garçom. Hoje sou empresário MEI.

G. – E as outras pessoas da sua família, que moram na mesma casa que você? Você mora com quem?

L. – Moro com minha esposa e três filhas. Todas as três já formadas, mas continuam todas as três dentro de casa.

G. – Elas são formadas em...

L. – Uma engenheira química, e as gêmeas uma é engenheira ambiental, outra engenheira de alimentos.

G. – Há quantos anos você mora aqui na Rocinha?

L. – Moro há 28 anos.

G. – Sempre na mesma casa?

L. – Não, diferente. Eu já morei mais lá pra cima e hoje estou morando aqui, mais para baixo na Rocinha.

G. – Desde quando você mora aqui?

L. – Desde... Deixa eu ver... Nós estamos em 2019? Dois mil e sete.

G. – Desde quando sua casa tem laje? Desde o início?

L. – É, desde o início. Teve mais três lajes. Depois que eu vim para cá, botei mais três lajes.

G. – Então eram três andares a menos quando você...

L. – Isso. Quando eu cheguei aqui, eram três andares a menos.

G. – O prédio não era como ele é hoje. Hoje ele tem, no total...

L. – Cinco andares.

G. – Mais a laje. E como que foi a construção dessa laje? Foi aos poucos?

L. – Sim. Vamos lá desde o início. Eu fundei o prédio, eu com meu cunhado. Cavamos, fizemos toda a fundação, fizemos toda a base e, dali para a frente, fomos subindo. Fiz uma garagem, fiz depois um andar para o meu cunhado, fiz o meu em cima e fiz mais três andares para alugar.

G. – De um andar para o outro, quando você foi acrescentando esses três andares, demorava mais ou menos quanto tempo?

L. – Olha, demorava. Tudo isso era muito lento. Muito lento.

G. – Foi ao longo de todos esses anos.

L. – Todos esses anos. Ainda tenho obra para fazer. Está bem devagar porque o dinheiro é pouco mesmo. Dinheiro pouco e fui fazendo muito devagar.

G. – Mas a sua ideia é subir mais?

L. – Não. Parou por aí. Agora só melhorar, fazer algumas coisas internas. Umas melhorias. Sempre estar melhorando. Sempre tem alguma coisa para fazer também. Sempre aparece alguma coisa para fazer, mas nada para cima.

G. – Alguém ajudou na construção da laje, seja com dinheiro, ou a bater a laje?

L. – Com dinheiro não. O dinheiro sempre foi nosso mesmo. Agora, ajuda de mão de obra, para bater laje, para fazer qualquer coisa quando era serviço maior, sempre tinha aí oito, 10 pessoas, vizinhos, amigos e parentes que davam a maior força para a gente.

G. – Ah, então eram sempre conhecidos?

L. – Sempre conhecidos.

G. – E essas pessoas, elas eram pagas para fazer aquele trabalho, ou era na ajuda mesmo?

L. – No início não era pago. Só no final que fazia um churrasquinho com refrigerante e cerveja.

G. – Liberado para o pessoal?

L. – Liberado, liberado.

G. – Vocês chegaram a pegar empréstimo ou algum tipo de financiamento de banco para aplicar o dinheiro na obra da laje?

L. – Não, não. Não precisava, porque tudo era aos pouquinhos. A maior parte da mão de obra era nossa mesmo, entendeu? Fazia o que dava para fazer. Não precisava fazer empréstimo. Não pegava dinheiro para fazer muita coisa. Simples, devagarinho, um metro de areia, um metro de pedra e fomos subindo, e fomos levando, fomos levando.

G. – Vocês tiveram que abrir mão de alguma coisa para priorizar a construção da laje?

L. – Muito. Abri mão de muita coisa. Viajar, passeio, algumas outras farras. Sempre cortava para deixar o dinheiro para obra, fazer alguma coisa. Se não, se fosse para farra, ou fazia uma coisa, ou outra. Ou ficava só passeando e farra, via outras coisas, ou a obra. Uma coisa, ou outra. Queria priorizar principalmente a obra.

G. – E hoje em dia o que vocês fazem na laje?

L. – Hoje as coisas deram uma melhorada. Tem muita coisa feita, tem tanta coisa mais para fazer. Mas agora a laje é espaço para fazer alguma coisa. Hoje nós temos um bom espaço para curtir alguma coisa em casa mesmo, churrasco, umas brincadeiras, aniversário, já teve casamento. Aniversários de 15 anos [da minha filha] foi aqui, casamento meu foi aqui na laje. Festa de final de semana sempre tem. Sempre aparece um amigo, um aniversário de um amigo. “Vamos juntar, vamos fazer um churrasco, vamos fazer isso, vamos lá.” Já tem uma boa churrasqueira, com tudo para fazer churrasco, geladeira. É só inventar o churrasco e cair para dentro.

G. – Você às vezes trabalha fazendo churrasco ainda, não é? Como churrasqueiro.

L. – Sim, sim. Faço. Porque eu já trabalho com churrasco há muito tempo, são 32 anos de churrasco e sempre de vez em quando tem que fazer o nosso churrasquinho na laje.

G. – Me falaram que vocês têm um grupo no Whatsapp que o nome eu acho que é “Família na laje”, é isso?

Kadjyna – Laje da Família.

L. – Laje da Família, é.

G. – E é nesse grupo que vocês marcam os eventos?

L. – Marcamos as coisas nesse grupo da família. Tem alguma coisa na laje, vamos lá. “Domingo na laje tem alguma coisa, sábado à noite tem isso na laje.” Ai todo mundo vem.

G. – Mas é só família ou tem amigo também das redondezas?

L. – Esse é o da família, mas sempre tem um vizinho, um parente que tá de fora [do grupo], mas tá sempre com a gente aqui. Acompanhando esse churrasco na laje.

G. – Então a sua festa de casamento foi aqui.

L. – Foi aqui na laje. Formatura da minha filha, festa de 15 anos, foi aqui na laje. A formatura das duas filhas e [festa de] 15 anos foi aqui também. Sim, aí os aniversários, ai vem Ano-Novo, Natal. Natal a família está na laje também. Só a família mesmo. Só

a família bem próxima mesmo que fica na laje. E fim de ano, virada de ano, é dia 31, dia 1, dois dias de festa direto.

G. – Porque é seu aniversário.

L. – É. Aí tem aniversário, festa de final de ano, aí vem amigo, vizinho, todo mundo.

G. – O que vocês fazem hoje, na verdade, vocês já fazem há muitos anos. Todas essas festas acontecem ainda hoje mas são uma tradição.

L. – Sim, toda vida a gente fez. Essas festinhas, essas coisas, sempre houve mesmo. Com certeza.

G. – Você já teve algum retorno financeiro por causa da sua laje? Você já ganhou algum dinheiro com evento?

L. – Já. Já ganhamos algum dinheiro. A gente já fez um evento de televisão, fizemos um jantar, um Natal e um Ano Novo para a GNT. Fizemos um evento de uma semana toda. Foi o trabalho de uma semana. Teve um retorno muito bom para gente.

G. – Foi em que ano isso? Você lembra?

L. – Foi agora, tem quatro anos.

K. – Foi em 2016.

L. – Nesse dia teve show do Diogo Nogueira, teve um evento muito grande e bonito. Muito bonito.

K. – O Rodrigo Hilbert também. Tinha um cozinheiro famoso. O Claude [Troisgrois].

G. – Então o dinheiro que vocês ganharam foi pelo aluguel do espaço.

L. – Isso.

G. – E esse programa foi sendo gravado ao longo de uma semana.

L. – Uma semana.

G. – E eles disseram por que eles queriam especificamente o espaço de vocês?

L. – Porque o espaço era bom, bonito e interessava para fazer tudo que eles queriam.

K. – O motivo mesmo é porque meu pai conhecia o Batista, que é o cozinheiro assistente do Claude. Ele mora a vida inteira na Rocinha. Ele mora ainda na Rocinha e a ideia do programa na TV era fazer o Natal e o Ano Novo na casa do Batista. Como o Batista, eu acho, não tem uma laje, usaram uma laje do meu pai para dizer que era a laje dele.

G. – Então tinha toda a questão de você conseguir, no programa, ver que se tratava de uma laje de favela.

K. – Da favela.

G. – E a laje de vocês tem toda a questão da vista também.

L. – Isso aí. Tem uma vista bem ampla.

G. – O que você acha da vista da sua laje? Você gosta? Você costuma parar um pouco?

L. – Gosto muito. Paro muito. Paro sempre. Sempre que puder estar aqui em cima olhando, eu paro mesmo. De um lado, vejo água e montanha bonita.

G. – Você acredita que a sua casa é melhor do que outras casas por conta da laje?

L. – É, eu creio que sim. A minha casa é muito boa para o local. Uma casa muito boa. Para ser aqui na Rocinha., eu acho que ainda está de bom tamanho.

G. – Se você pudesse me falar de um momento mais marcante, mais emocionante quando você pensa na sua laje, qual você mencionaria?

L. – Mais emocionante na laje? A do casamento? Quando eu cheguei aqui, a laje estava muito bem arrumada, muito bonita e cheia. Cheia, cheia, que você não podia andar. Ficou muito bonita, a laje ficou muito bem feita. Cheguei aqui, vi a laje cheia, fiquei doidinho. Essa foi bem chocante mesmo. Era gente demais.

G. – Perfeito, então. Era basicamente isso. Agradeço muito a ajuda. Só mais uma coisa. Eu vi aqui que vocês têm uma espécie de horta. Quem cuida dessa horta, o que tem nela? Para o que serve? O que vocês fazem com o que cultivam?

K. – Então, meu pai todo dia de manhã, ele sobe na laje para cuidar dessa horta dele, que ele cuida com muito carinho. É a horta do papai. Nela tem muitas coisas que a gente come no nosso dia a dia, que usa para preparar alguma comida, algum tempero, algum chá. Por exemplo, a gente tem hortelã, que a gente usa em sucos, tem laranja, tem pimenta, tem cidreira, para tomar chá, orégano, mastruz, boldo [para] quando a gente tem algum problema digestivo, mamão. Com isso, meu pai vai cultivando, plantando, quando ele se interessa por alguma outra semente, ele vai, tenta plantar, mesmo sem conhecer muito como funciona, ele tenta e vai trabalhando em cima para ver se floresce.

G. – Vocês ajudam a pesquisar?

K. – Às vezes a gente pega alguma semente que a gente acha que pode ser interessante e traz para ele, ou se não, se ele tem curiosidade para entender como é que funciona, para cultivar, a gente também pesquisa, tenta ajudar ele a pesquisar.

G. – Sua mãe cuida também?

K. – Não. É algo do meu pai. Ela pede. Ela pede para pegar para fazer algo na cozinha.

G. – E os objetos que ficam aqui em cima? São de vocês, ou acabam sendo guardados aqui por outras pessoas também do prédio?

K. – Então, é tudo nosso. Muitas coisas são doadas, ganhadas e muitas delas chegam aqui com defeitos e precisam de algum reparozinho para funcionar. Então aqui tem várias geladeiras. Algumas já foram nossas e a gente trocou, mas outras já foram ganhadas de um prédio que meu tio trabalha na Zona Sul, então alguém ia se livrar de uma geladeira, a gente acaba indo lá pegar, porque pode ter alguma serventia, ajudar aqui em alguma forma. A gente já ganhou também desse prédio do meu tio algumas mesas bem grandes e bonitas.

G. – São as que estão sendo usadas hoje, porque vai ter um aniversário.

K. – Exatamente. E aí são doadas nesse prédio, a gente traz e reutiliza aqui. Tudo a gente procura dar um jeito.

G. – Eu lembro que tinha uma espécie de hospedagem aqui tempos atrás, de uma galera que vinha de fora.

K. – Ah, sim. É. A gente alugou um pedaço dessa laje para um projeto de gringos que vinham para cá fazer trabalhos sociais com as crianças da Rocinha. Esse projeto era organizado por um americano, que trazia esses gringos para cá e aí tinha uma parte que era moradia e uma parte que acontecia o projeto.

G. – O projeto era de que?

K. – Ensino. Ensino de inglês, matemática, português para essas crianças da Rocinha. Então essas crianças até de outras partes da Rocinha vinham para esse projeto, gostavam muito, os gringos eram muito gente boa. E aí a laje muitas vezes era usada para eventos deles. Uma social, um evento de integração entre os novos gringos que vinham. Eventos do projeto.

Transcrição Família Rocha

Data: 02/03/2019

Entrevistadora: Gabriela Duarte

G. – Nome, idade e profissão dos chefes de família e demais membros do núcleo familiar.

M. – Meu nome é M. Rodrigues. Tenho 27 anos. Minha mãe é costureira e meu pai é barman. Eu me formei em economia. Aqui moravam também meus dois irmãos mais velhos. Um é administrador e o outro cientista social. Os dois são casados e não moram mais na Rocinha.

G. – Há quantos anos mora na Rocinha? E no imóvel atual?

M. – Meus pais moram na Rocinha há quase 40 anos, mas não foi sempre no mesmo lugar, não. Se não me engano, essa é a segunda casa. Nos mudamos para cá há 26 anos, mais ou menos. Quando a gente veio, eu estava fazendo 1 ano. Sei sei que a outra casa era bem menor e não tinha laje.

G. – Desde quando sua casa tem laje?

M. – Desde que compramos a casa, mas não era como ela é hoje. Era apenas uma laje normal, só com uma parte coberta, mais ou menos na metade dela. Depois de muitos anos, meus pais cobriram a laje inteira e, no final da laje, construíram um quartinho para minha mãe trabalhar. Então, hoje, ela usa a laje como “ateliê” e coloca as máquinas dela lá.

G. – Como foi a construção dessa laje? Ocorreu aos poucos? Ou vocês decidiram fazer toda a obra de uma vez só?

Eu não sei exatamente como foi a construção, porque a gente já comprou a casa com a laje, mas a reforma, – essa colocação da cobertura e a construção do quartinho que minha mãe usa como ateliê –, foi feita praticamente de uma vez só pelo meu pai mesmo e por um conhecido dele.

G. – Alguém ajudou na construção da laje, seja com dinheiro, ou mão de obra?

M. – Sim. Meu pai fez a maior parte, mas, para algumas partes mais específicas, ele falou com um conhecido dele que trabalha com obra. Eles sempre cobram alguma coisa, então não foi de graça. Financeiramente, foi dinheiro tanto do meu pai, quanto da minha mãe.

G. – Quem realizou as obras? Conhecidos que trabalham no ramo, familiares, amigos? Alguém ajudou voluntariamente, ou todas as pessoas foram remuneradas para isso?

M. – Só trabalhou uma outra pessoa mesmo com meu pai, que, no caso, foi remunerada. Foi um conhecido que trabalha com isso mesmo e todo mundo conhece na vizinhança.

G. – Vocês recorreram a financiamentos ou empréstimos em bancos?

M. – Não. Na verdade, não temos o costume de pedir empréstimos. Sempre juntamos o dinheiro e só depois fazemos ou compramos as coisas.

G. – Vocês precisaram abrir mão de algo para priorizar a construção da laje? Deixaram de comprar ou fazer algo, pois estava guardando dinheiro para a obra?

M. – Sim. Deixamos de comprar outras coisas para juntar dinheiro para a reforma da laje porque precisávamos construir um lugar para a minha mãe colocar a bagunça dela. Todas as máquinas e panos ficavam bem na entrada de casa, na varanda, então ficava bem feio e bagunçado. Quem chegava, dava de cara com aquela bagunça. Aí a gente priorizou a cobertura da laje e a construção desse quartinho.

G. – Atualmente, o que você e sua família costumam fazer na sua laje?

M. – Agora, depois que fizemos a cobertura e o quartinho da minha mãe, a laje é lugar de trabalho também, mas de vez em quando fazemos churrasco e almoço de família. É bom porque cabe muita gente e é aberto. Ah, e o mais importante, claro, é um lugar para lavar roupa e secar no varal.

G. – E no passado? Quais memórias você tem de eventos ou atividades realizadas na sua laje?

M. – A laje já foi palco de muita coisa na nossa família. Costumávamos fazer festas de fim de ano, churrascos e almoços de família com muito mais frequência, até porque meus irmãos ainda moravam aqui. Hoje um deles mora fora do Brasil. Sempre foi um lugar grande e ao ar livre, que cabia todo mundo e deixava todas as pessoas confortáveis. Além da vista, que sempre foi uma atração à parte. Por um período de tempo, foi também lugar de ensaios. Eu dançava em um grupo de valsa que se apresentava em festas de 15 anos e nem sempre tínhamos espaço para os ensaios. Como a laje daqui de casa era enorme, durante um tempo usamos para ensaiar. Usamos também para festas de 15 anos – a minha e de amigas. Também costumávamos pegar sol em cima da laje quando ficávamos com preguiça de ir à praia.

G. – Você já ganhou algum dinheiro através da sua laje? Como?

M. – Não. Nunca ganhamos dinheiro, mas já pensamos em fazer uma escada por fora de casa e alugar para festas e eventos [risos].

G. – O que você acha da vista que tem da sua laje? Tem o hábito de parar alguns instantes para admirar a paisagem?

M. – A vista é linda! Sempre paro para olhar. Ainda mais quando o pôr do sol de verão aparece. É lindo demais! Sempre tiro foto. Como morei na Alemanha um ano e no Canadá seis meses, sempre fiz amigos de fora do Brasil. Aí quando eles vêm para o Brasil, sempre rola aquela visita na laje, porque eles sempre acabam querendo conhecer onde eu moro.

G. – Você acredita que sua casa é uma casa melhor do que outras casas por ter laje?
Se sim, por quê?

M. – Não que ela seja melhor, mas, sem dúvida, na hora de vender, por exemplo, ela será mais bem valorizada. Além de ser um pouco de privilégio ter uma laje, porque você pode reunir amigos, usar a laje para várias outras coisas, como até mesmo construir mais um andar para a casa no futuro.

G. – Você consegue mencionar a lembrança mais positiva, marcante, que você tem que inclui sua laje?

M. – O período em que eu dançava em festas de 15 anos com o grupo de valsa foi bem marcante porque, às vezes, quando não tínhamos lugar para ensaiar ou precisávamos de ensaios extras, todos iam ensaiar na laje da minha casa. Então, essa época me proporciona lembranças muito positivas porque passava muito tempo na laje com o pessoal da valsa.

Transcrição Família Alves

Data: 12/05/2019

Entrevistadora: Gabriela Duarte

G. – Primeiramente, o nome de vocês, a idade e no que vocês trabalham.

E. – Atualmente ou toda vida?

G. – Atualmente.

E. – Atualmente eu trabalho por conta própria, trabalho na praia, próximo da minha residência, que aqui a gente está na Zona Sul, você sabe. Cercado de mar, de areia. E nós temos esse privilégio de poder trabalhar por conta própria. Porque a praia é perto, então tem aquele... Estou em Ipanema.

G. – Quantos anos você tem?

E. – Estou com 41 anos. Não, estou com 42. É porque todas as minhas datas eu comemoro fazendo uma grande festa, representando o Ed. O Ed sou eu.

G. – Sérgio agora. Pode falar.

S. – Eu sou o Sérgio, eu tenho 54 anos. Cheguei aqui no Rio de Janeiro com 22 anos.

G. – De onde você veio?

S. – Recife.

G. – E você nasceu aqui.

S. – Eu nasci aqui, mas eu sou filho de paraibanos.

G. – E você morou um tempo aqui, mas agora você já não mora mais.

S. – Trinta e três anos aqui na Rocinha.

G. – Sempre aqui nessa área?

S. – Sempre aqui nessa área, nesse mesmo local.

E. – Eu, 42 anos, sempre aqui, nessa mesma residência, nessa mesma localidade. Nasci no hospital Miguel Couto, aqui do lado. Minha mãe [teve] oito filhos. Veio com um lá do Nordeste. Os outros sete nasceram aqui. Mas a Aninha já veio gerada de lá.

G. – Aí vieram já para essa casa daqui?

E. – Não. Minha mãe veio aqui para casa de um irmão na Rua 1. Depois minha mãe, a família dela, que já tinha meu pai, tinha os dois mais velhos, aí minha mãe resolveu alugar uma casa aqui. Um barraco, que não era nem casa. Era barraco de madeira que se alugava. Aí como minha mãe conseguiu essa residência aqui foi através de uma tia minha, que morava aqui do lado e cedeu esse terreno aqui para minha mãe fazer um barraco.

G. – Aí depois foi começando a construção do prédio que tem hoje.

E. – Alvenaria.

G. – Quando você chegou essa construção já estava feita. Você entra depois.

S. – Eu entro depois, no terceiro andar. Construímos aqui, na laje. Fizemos uma casa com quarto, sala, cozinha e banheiro. No período da guerra aqui foi quando eu vendi e fui morar em Jacarepaguá. Dois mil e quatro. O Othon era pequeno e vendemos aqui e fomos para Jacarepaguá.

G. – E estão lá até hoje. Desde que a casa que vocês moravam, que era um barraco, virou uma casa depois, ela teve laje?

E. – Não. Era um barraco de madeira e de telha de barro.

G. – E quando virou uma casa de alvenaria?

E. – Foi no ano mais ou menos de 1980, que meu pai e meu irmão mais velho foram indenizados, aí ganharam um dinheiro de firma que eles trabalhavam. Aí o meu irmão falou assim: “Pai, vamos fazer uma laje aqui.” Aí começou a subir coluna, fazer laje. Porque ele já via isso em outras comunidades, que já estavam sendo evoluídas. Aí ele resolveu fazer a laje. Até porque aqui na minha mãe acho que foi uma das primeiras casas a fazer laje. Aí o que meu pai fez? Meu pai mesmo construiu porque o trabalho do meu pai sempre foi [ser] peão de obra. Então ele sempre viu os pedreiros – que ele não era pedreiro na época. Ele sempre viu fazendo. O que ele fez? Ele

sozinho conseguiu construir isso aqui. Só que ele construiu assim: era um barraco, em volta ele fez a alvenaria e fez a casa. Depois que ele destruiu o barraco dentro da...

G. – Ele tipo protegeu o barraco com paredes.

E. – Isso. Interessante. E ele teve isso da cabeça dele mesmo. “Vou fazer assim porque eu não tenho onde morar. Não posso pagar um aluguel para poder sair daqui para construir.” Então ele fez primeiro em volta a laje, depois ele destruiu o barracão.

S. – O primeiro andar já estava construído.

G. – E aí, quando ele subiu esse primeiro andar e destruiu o barraco, em cima já veio o andar do João.

E. – Veio uma laje. Aí demorou muitos anos para poder fazer o segundo.

G. – E nessa laje fazia alguma coisa? Algum churrasco na época?

E. – Não, porque na época o poder aquisitivo era tão precário, que não tinha esse negócio ainda de churrasco na laje, essas coisas.

G. – Isso é década de 1980 que você está falando, né?

E. – É.

G. – Seu Ezequiel construiu sozinho. Ninguém ajudou ele?

E. – Ajudavam os parentes dele do Nordeste, que moravam próximos. Vinham ajudar a fazer um traço de massa, concreto, coisa assim. Mas botar a mão na massa mesmo foi ele.

G. – E era sempre família? Não era amigo, vizinho, de repente?

E. – A gente não tinha, porque a gente era pequeno e meu pai sempre foi muito fechado para amizade. Então era mais família mesmo.

G. – Depois de quantos anos que foi aparecer o segundo andar?

E. – Ah, depois de uns 10 anos. Demorou, porque aí foi quando meu irmão resolveu fazer. Porque aqui meu pai cedeu tudo para os filhos irem fazendo. Os filhos iam crescendo, iam arrumando família, aí resolvia fazer e ele cedia. Ai foi assim. Os filhos foram crescendo, trabalhando...

G. – Mas eu lembro que em cima da minha casa, que era o segundo andar, lembro que tinha uma laje já.

E. – Já. Aí foi já a minha época de querer fazer, que eu já era de maior, já trabalhava.

G. – A partir dali, dessa segunda laje, desse segundo andar, ai veio a casa do Sérgio e ai cada andar foi meio que sendo de um filho, não é isso?

S. – Isso.

E. – Mas a primeira laje bonitinha, da gente confraternizar, foi ainda na época do João. Ele fez a casa dele e depois fez a cobertura em cima, que é essa que você está falando.

G. – Você sabe se seu pai ou até vocês, quando foram construir as lajes que vieram depois, se vocês pegaram algum tipo de empréstimo em banco para investir nisso?

E. – Não. A gente nunca pegou. Sempre foi dinheiro e era tipo serviço de formiguinha. Não era construído tudo de uma vez. Era devagar. “Ah, vamos fazer aqui duas colunas. Vamos fazer aqui mais uma.” Não era rápido, não. Sempre demorava muito.

S. – É o mesmo caso que eu. Eu trabalhava na praia, pegava o meu salário e ia colocando.

G. – A sua foi mais rápida, não foi?

S. – Foi porque eu peguei como está aqui, assim, meia parede.

E. – Ele pegou meia alvenaria, no caso.

S. – Mas também entreguei do mesmo jeito que está aqui.

G. – E vocês tinham que abrir mão de alguma coisa para investir na construção das lajes?

E. – Ah, muita coisa. Por exemplo, quando eu construí a minha casa, uma quitinete, a gente abre mão de muita coisa. Por exemplo, um passeio, coisas assim, a gente não ia, porque tinha que comprar um metro de areia. “Tenho que comprar isso, então não vou para tal lugar.” Porque tudo era muito caro. Então você deixava um pouco de viver a vida social para tentar fazer.

S. – Era um sacrifício para ter a casa.

G. – E atualmente o que vocês fazem na laje?

E. – Atualmente na laje a gente faz o que a gente está fazendo aqui hoje. Hoje a gente está fazendo churrasquinho, confraternizando o dia das mães.

G. – E essas confraternizações sempre acontecem final de ano?

E. – Nas datas comemorativas, aniversário, sempre tem alguma coisinha. Aí é onde a gente tem um espaço para poder fazer isso. Até porque nossas confraternizações são muito pequenas. Então não tem por que alugar um espaço.

G. – Já aconteceu de vocês emprestarem espaço para alguém fazer alguma coisa?

E. – Já, já. Sempre tem alguém que não tem um espaço aí pede para fazer. De graça. Tem pessoas aqui na Rocinha que cobram, mas a gente nunca cobrou, não.

G. – E quando você era mais jovem você lembra o que fazia na laje?

E. – Na minha época, até quando era barraco, a gente já soltava caixotinho. Não era nem pipa, era caixotinho de folha de caderno, já em cima do telhado. Se arriscando mesmo. A gente caía às vezes com a perna dentro do telhado.

G. – Então as memórias relacionadas à laje vão ser sempre essas de aniversário, dia das mães, Natal...

E. – É. Brincadeiras de infância também. A gente pegou uma época ainda, como essa laje foi uma das primeiras na redondeza, então eu lembro muito das brincadeiras que eu brincava com meus primos, que meus primos eram meus vizinhos na época. Não tinha área de lazer ainda. Não tinha uma praça na Rocinha.

S. – Comemorei o aniversário do meu filho de um mês até os 14 anos dele. Sempre na laje. Hoje ele tem 25 anos.

G. – Vocês já ganharam algum dinheiro por causa da laje?

S. – Não.

E. – Que eu lembre, não.

G. – E o que vocês acham da vista que tem daqui?

S. – Maravilhosa.

E. – A vista aqui é maravilhosa.

S. – Não tem dinheiro que pague isso aqui.

E. – É relaxante. Apesar dos pesares que acontecem de vez em quando, mas desestressante. Há vinte anos eu lembro que meu irmão botava até rede aqui. Descansando mesmo.

G. – Vocês costumam parar de vez em quando... Eu sei que Sérgio já não mora mais aqui, você também já se mudou, mas quando vocês estão aqui costumam parar para ficar olhando um pouco a paisagem?

S. – Sim. Eu tiro foto, fico admirando.

E. – À noite aqui também é bonito. Nossa, fresquinho.

G. – Vocês acreditam que uma laje é melhor do que outras por que ela tem uma laje?

E. – Eu acredito.

G. – É uma vantagem uma casa que tem laje?

E. – É uma vantagem você ter uma área de lazer sua. Eu, por exemplo, hoje, agora, moro em uma casa que não tem laje. Então eu me sinto sufocado. Eu abro a janela às vezes para poder tipo dar uma respirada, meditar um pouco. E aqui não. Você sobe e medita rápido. Em uma janela é difícil você conseguir chegar naquele grau de...

G. – E por que não tem laje na sua casa?

E. – Porque é um prédio e eu moro no segundo andar. É um prédio de seis andares. Tem uma laje, mas é só para caixa d'água, essas coisas.

G. – Me conta uma lembrança marcante, forte, de alguma coisa que aconteceu nessa laje.

E. – Aqui, atualmente, que eu tenho na minha cabeça, foi meu aniversário de 41 anos. Foi em 2017. Fiz um evento mesmo, fiz uma festa legal. Foi uma festa dos meus sonhos.

G. – E você, Sérgio?

S. – Um ano do meu filho e meus 38 anos que eu fiz uma feijoada sexta, sábado e domingo. Então aquilo foi marcante.

E. – Eu também tenho uma história que ficou marcante, história triste que aconteceu aqui na laje também. Foi na Copa do Mundo, que aconteceu um acidente com meu irmão. Foi quando os bandidos vieram, que ele se envolveu, aconteceu tudo. Então a Copa do Mundo... Todo mundo vendo o jogo, foi quando aconteceu tudo. Tem mais de 20 anos.

S. – Foi em 2002.

G. – É isso, então. Muito obrigada.